



**Universidade Federal do Pará  
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares  
Embrapa Amazônia Oriental  
Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas  
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

**Evandro Carlos Costa Neves**

**O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra construindo a luta no cotidiano: a  
experiência do Assentamento 26 de Março, em Marabá (PA)**

**Belém  
2018**

**Evandro Carlos Costa Neves**

**O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra construindo a luta no cotidiano: a experiência do Assentamento 26 de Março, em Marabá (PA)**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Heribert Schmitz.

**Belém  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

N511m      Neves, Evandro Carlos Costa.  
              O MST construindo a luta no cotidiano: A experiência do Assentamento 26 de Março, em  
Marabá (PA) / Evandro Carlos Costa Neves. — 2018.  
              156 f.: il color.

Orientador(a): Prof. Dr. Heribert Schmitz.

1. MST. 2. Quadros interpretativos. 3. Repertórios de ação coletiva. 4. Assentamento 26 de  
Março. 5. Reforma Agrária. I. Título.

CDD 630.98115

---

**Evandro Carlos Costa Neves**

**O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra construindo a luta no cotidiano: a experiência do Assentamento 26 de Março, em Marabá (PA)**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Heribert Schmitz.

Data de aprovação. Belém – PA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Dr. Heribert Schmitz  
(Orientador e presidente da banca)  
(IFCH/UFPA)

---

Dr. Fabiano de Oliveira Bringel  
(Examinador Externo)  
(UEPA)

---

Dr. Luís Fernando Cardoso e Cardoso  
(Examinador Externo)  
(IFCH/UFPA)

---

Dr<sup>a</sup>. Lívia de Freitas Navegantes Alves  
(Suplente)  
(INEAF/UFPA)

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender a atuação cotidiana do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no que concerne à sua organização e à criação de seus quadros interpretativos (*frames*), além do desenvolvimento de seus repertórios de ação coletiva em um assentamento rural no Sudeste do Pará. Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa teve como base teórica a Teoria da Mobilização Política, que constitui as teorias dos movimentos sociais (GOHN, 1997), e mobilizou contribuições específicas de Charles Tilly (1979; 1981) sobre os repertórios de ação coletiva e de estudos sobre os quadros interpretativos (SNOW et al., 1986; SNOW; BENFORD, 1988; 2000). Com isso, desloca-se o entendimento dos movimentos sociais enquanto anomalia do corpo social ou como resultado de reivindicações não canalizadas e passa-se a percebê-los como portadores de ideias, construtores de significados, capazes de organizar sua própria compreensão da realidade e, portanto, como detentores de um grande potencial para a mudança da mesma. A área de pesquisa é o Assentamento 26 de Março, antiga fazenda Cabaceiras de propriedade da família Mutran, atualmente sob a organização preponderante do MST. Foram realizadas pesquisas de campo entre os meses de março e julho de 2017 e fevereiro de 2018. Os resultados apontam que a criação do assentamento em 2008 proporcionou uma mudança na estrutura organizativa mediante a necessidade de divisão dos lotes e distribuição das famílias. Ao mesmo tempo, os repertórios de ação coletiva arrefeceram e cederam lugar a formas de ação mais individuais, enquanto que os quadros interpretativos passaram a enfrentar desafios para a sua realização diante da institucionalização do território por meio da política de reforma agrária.

**Palavras-chave:** MST. Quadros interpretativos. Repertórios de ação coletiva. Assentamento 26 de Março. Reforma Agrária.

## ABSTRACT

The objective of this study is to understand the Landless Rural Workers Movement's (MST) daily practices, especially in with regard to its organization and the creation of its collective action frames, as well as the development of its collective action repertoires in a rural settlement in the Southeast of Pará. To achieve our proposed objectives, our study used the Theory of Political Mobilization (GOHN, 1997), which constitutes social movement theories, as its conceptual base and also referred to the specific contributions of Charles Tilly (1979; 1981) on collective action repertoires and the work of Snow regarding collective action frames (SNOW et al., 1986; SNOW; BENFORD, 1988; 2000). Using these references, the understanding of social movements as social anomalies or as resulting from poorly directed claims is shifted, such that movements are perceived as bearing ideas, constructing meaning and as capable of organizing their own understanding of reality; therefore, they also possess have great potential to change the status quo. Research for this study was conducted in the 26 of March Land Reform Settlement, the old Cabaceiras Ranch of the Mutran family, which today is primarily under MST organization. Field research was conducted between the months of March and April of 2017 and again in February of 2018. Results show that the creation of the land reform settlement in 2008 led to change in the settlement's organization structure due to the need to divide the area into individual plots and distribute them between families. At the same time, collective action repertoires cooled off and gave way to more individual forms of action, while collective action frames faced challenges with regards to institutional processes of agrarian reform policies.

**Keywords:** Landless Rural Workers Movement. Collective action frames. Collective action repertoires. 26 of March Land Reform Settlement. Agrarian Reform.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01:</b> Mapa de Localização do Assentamento 26 de Março .....	17
<b>Figura 02:</b> Organização espacial do Assentamento 26 de Março .....	18
<b>Tabela 01:</b> Palestra da coordenadora do setor de produção do MST no Assentamento 26 de Março cedida aos alunos do Campus Rural de Marabá no ano de 2012 .....	19
<b>Figura 3:</b> Distribuição espacial dos raios de sol e da disposição das famílias assentadas .....	21
<b>Figura 4:</b> Organograma da estrutura orgânica do Assentamento 26 de Março .....	24
<b>Figura 5:</b> Romaria da Terra no Rio Grande do Sul no ano de 1992 .....	44
<b>Figura 6:</b> Enterro dos assassinados no Massacre de Eldorado do Carajás .....	44
<b>Figura 7:</b> Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra .....	46
<b>Quadro 1:</b> Evolução da apropriação dos castanhais por algumas famílias ou empresas em Marabá e São João do Araguaia (1960-980) .....	62
<b>Quadro 2:</b> conflitos em áreas de castanhais no município de Marabá .....	69
<b>Figuras 9 e 10:</b> Reintegração de posse na fazenda Cabaceiras em julho de 1999 .....	97
<b>Figura 11:</b> Show com a participação do canto e compositor Chico César .....	98
<b>Figura 12:</b> Festividade no Acampamento 26 de Março .....	98
<b>Figuras 13 e 14:</b> Escola Carlos Marighella na época do Acampamento 26 de Março .....	99
<b>Figura 15:</b> Produção de cereais, frutos, legumes e tubérculos no Acampamento 26 de Março .....	101
<b>Figura 16:</b> Produção de hortaliças no Acampamento 26 de Março .....	102
<b>Figura 17:</b> Organograma da estrutura organizativa do Acampamento 26 de Março .....	103
<b>Figura 18:</b> Ocupação do prédio da Secretaria Municipal de Educação de Marabá por lideranças do MST. Fonte: Secretaria Estadual do MST, em Marabá (PA) .....	118
<b>Figura 19:</b> Acampamento montado na superintendência do Inbra em Marabá por lideranças do MST de vários assentamentos do Sudeste paraense em 2012. Fonte: Secretaria Estadual do MST, em Marabá (PA) .....	118

<b>Figura 20:</b> Acampamento montado na superintendência do Incra em Marabá por lideranças do MST de vários assentamentos do Sudeste paraense em 2012 .....	118
<b>Gráfico 1:</b> Criação de animais nos núcleos de moradia 2, 3 e 4 e na beira da beira da BR-155 do Assentamento 26 de Março .....	125
<b>Gráfico 2:</b> atividades agrícolas praticadas nos núcleos de moradia 2, 3 e 4 e na beira da beira da BR-155 .....	125
<b>Gráfico 3:</b> Uso do solo antes e depois da chegada dos assentados .....	127
<b>Figura 21:</b> Produção de hortaliças de Edivaldo .....	129
<b>Figura 22:</b> Produção do feijão-trepa-pau ( <i>Vigna unguiculata</i> ) de Edivaldo .....	129
<b>Figura 23:</b> feijão guandu ( <i>Cajanus cajan</i> ) .....	130
<b>Figura 24:</b> mudas de açai ( <i>Euterpe oleracea</i> ) .....	130
<b>Figura 25:</b> feijão trepa-pau-seco ( <i>Vigna unguiculat</i> L. Walp.) .....	130
<b>Figura 26:</b> viveiros de mudas de cacau ( <i>Theobroma cacao</i> ), café ( <i>Coffea</i> ) e castanha ( <i>Bertholletia excelsa</i> ) .....	130
<b>Quadro 3:</b> Distribuição dos investimentos anuais do Pronaf na Amazônia Legal por atividade agrícola e pecuária entre 2013 e 2015 .....	135
<b>Gráfico 4:</b> Financiamento do Pronaf no estado do Pará em atividades específicas .....	134
<b>Gráfico 5:</b> Terras vendidas e/ou arrendadas na beira de BR-155 no Assentamento 26 de Março .....	141
<b>Figura 27:</b> Composta de esterco e serragem .....	143
<b>Figura 28:</b> Aviário utilizado no experimento .....	143
<b>Figura 29:</b> Massa aérea do Feijão-caupi devorado por insetos .....	143

## LISTA DE SIGLAS

APROTERRA	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento 26 de Março.
ASPRUPAM	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Familiares do Assentamento 26 de Março.
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural.
ATES	Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CPAs	Cooperativas de Produção Agropecuária.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes.
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Pará.
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária.
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos.
MASTER	Movimento de Agricultores sem Terra.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MEB	Movimento Eclesial de Base.
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PIN	Plano de Integração Nacional.
PRNA	Programa Nacional de Reforma Agrária.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PT	Partido dos Trabalhadores.
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados.
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

## LISTA DE ENTREVISTADOS

- 1- Antônio Carlos. Coordenador do núcleo de moradia 4, presente no assentamento desde a primeira ocupação em 26 de março de 1999.
- 2- Chico Onça. Coordenador do núcleo de moradia 2, presente no assentamento desde a primeira ocupação em 26 de março de 1999.
- 3- Edivaldo. Assentado às margens da Rodovia Federal BR-155, principal produtor de hortaliças e presente no assentamento desde a primeira ocupação em 26 de março de 1999.
- 4- Giselda Coelho. Dirigente do setor de produção do MST no Assentamento 26 de Março, presente no assentamento desde a primeira ocupação em 26 de março de 1999.
- 5- Izabel Rodrigues. Coordenadora do núcleo de base Firme na Luta e do núcleo de moradia 1, presente no assentamento desde a primeira ocupação em 26 de março de 1999.
- 6- Maria da Paz. Agricultora assentada no núcleo de moradia 2, presente no assentamento desde a primeira ocupação em 26 de março de 1999.
- 7- Maria Helena. Agricultora que cedeu seu lote para uma experiência agroecológica de um trabalho de dois estudantes do Campus Rural de Marabá, presente no assentamento desde a primeira ocupação em 26 de março de 1999.
- 8- Maria Pereira, atual diretora da Escola Carlos Marighella, presente no assentamento desde a primeira ocupação em 26 de março de 1999.
- 9- Mateus. Neto de ex assentado no Assentamento 26 de Março. Estudante do curso de Educação do Campo na Unifespa. Entrevistado na Fundação Cabanagem.
- 10- Messias, assentado no núcleo de moradia 3, presente no assentamento desde a primeira ocupação em 26 de março de 1999.
- 11- Valmir. Agricultor assentado no núcleo de moradia 4, presente no assentamento desde a primeira ocupação em 26 de março de 1999.
- 12- Zé Moraes. Coordenador do núcleo de moradia 3, presente no assentamento desde a primeira ocupação em 26 de março de 1999.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	16
1.1 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	18
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	26
2.1 A TEORIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA .....	32
<b>2.1.1 Frames ou quadros interpretativos</b> .....	35
<b>2.1.2 Repertório</b> .....	37
2.2 O MST NO CONTEXTO NACIONAL.....	40
<b>2.2.1 Repertórios de ação coletiva desenvolvidos pelo MST</b> .....	43
<b>2.2.2 Difusão de símbolos pelo MST</b> .....	48
<b>2.2.3 Organização do MST</b> .....	50
<b>3 CONTEXTUALIZANDO O DEBATE: A CONSTRUÇÃO DE UMA OLIGARQUIA AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA EM MARABÁ</b> .....	52
3.1 DO CAPITAL MERCANTIL AO CAPITAL FINANCEIRO-INDUSTRIAL: AS MUDANÇAS NO QUADRO FUNDIÁRIO DE MARABÁ .....	57
3.2 OS CONFLITOS PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ .....	62
3.3 A REPRESENTATIVIDADE DA LUTA CAMPONESA NO SUDESTE DO PARÁ....	68
<b>4 A ATUAÇÃO DO MST NO SUDESTE DO PARÁ</b> .....	75
4.1 UM NOVO JEITO DE ORGANIZAR .....	76
4.2 O PROGRAMA AGRÁRIO DO MST (1998) E A REFORMA AGRÁRIA NECESSÁRIA .....	78
<b>4.2.1 Enquadramento Diagnóstico</b> .....	79
<b>4.2.2 Enquadramento Prognóstico</b> .....	82
4.3 OS TRABALHOS DE BASE.....	84
4.4 OS REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA.....	85
4.5 AS OCUPAÇÕES DE TERRA .....	88
4.6 “O SONHO SE FAZ A MÃO E SEM PERMISSÃO”: A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO .....	91
<b>4.6.1 A mobilização dos participantes</b> .....	93
<b>4.6.2 A realização dos repertórios de ação coletiva</b> .....	97
4.7 A CONSOLIDAÇÃO DO ACAMPAMENTO 26 DE MARÇO E SUA ORGANIZAÇÃO .....	100
4.8 A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS QUADROS INTERPRETATIVOS DO MST NO ACAMPAMENTO 26 DE MARÇO .....	106
<b>4.8.1 A transição do MST para a agroecologia</b> .....	107

<b>4.8.2 Programa Especial para a região amazônica: o Acampamento 26 de Março e a disseminação das sementes crioulas .....</b>	<b>114</b>
<b>5 O ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO E A REFORMA AGRÁRIA DO MST .....</b>	<b>118</b>
5.1 REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA.....	118
5.2 O SETOR DE EDUCAÇÃO .....	121
5.3 O SETOR DE PRODUÇÃO .....	126
5.4 COMPORTAMENTO DO PRONAF NO ESTADO DO PARÁ E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO.....	135
<b>5.4.1 Evasão e arrendamento de terras no Assentamento 26 de Março.....</b>	<b>141</b>
<b>5.5 A FORMAÇÃO DA BASE SOCIAL NO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO.....</b>	<b>143</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>150</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem sua gênese no interesse em compreender a maneira pela qual um movimento social contemporâneo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), se organiza, desenvolve seus repertórios de ação coletiva e cria seus quadros interpretativos para se perpetuar enquanto tal. Esse interesse conduziu a pesquisa ao Sudeste do Pará, especialmente Marabá, onde está localizada a área de estudo, o Assentamento 26 de Março. Entender os movimentos sociais como portadores de ideias e significados e produtores da interpretação das situações sociais, econômicas, políticas e culturais nas quais estão situados vai além do reconhecimento de sua autonomia, requer também relacioná-los à realidade social e política na qual estão inseridos.

É neste sentido que esta dissertação busca contextualizar um movimento social diante da política de reforma agrária promovida pelo Estado brasileiro no Sudeste paraense. Desde o processo de formação socioespacial dessa mesorregião, a questão da terra aparece como elemento central para explicar as suas desigualdades sociais. Historicamente, a emancipação política e econômica de oligarquias agrárias, comerciantes e empresas capitalistas, sobretudo a partir do século XX, concentrou a terra e negou-a à população local, por meios legais e ilegais. (EMMI, 1987). Por consequência, gerou intensos conflitos no campo paraense (LOUREIRO, 2004). Assim, a questão fundiária funcionou como importante instrumento para atender aos interesses econômicos dos representantes do capital, ora de base comercial, ora de base financeira e industrial, em detrimento da população local (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Diante desse contexto, já nos anos 1970, várias reivindicações como as da Comissão Pastoral da Terra, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e do MST garantiram representação política e social à população local e contribuíram para que as terras que historicamente foram apropriadas pelos setores do capital passassem a ser, posteriormente, conquistadas por meio da reforma agrária. A espacialização dessas lutas se deu de maneira diferenciada, o que proporcionou um mosaico de assentamentos rurais com representações políticas distintas no Sudeste paraense. Em Marabá, por exemplo, dos 109 assentamentos rurais existentes, apenas o 26 de Março está sob a organização do MST (MIRANDA, 2017).

De maneira geral, ainda que a política de reforma agrária tenha buscado promover a distribuição de terras para trabalhadores rurais, ela está entrelaçada a uma política de desenvolvimento que fortalece a estratégia de expansão do agronegócio e representa obstáculos ao desenvolvimento da agricultura familiar e dos assentamentos rurais, sendo, por isso, um objeto de investigação válido (DELGADO, 2014). Tal exemplificação pode ser constatada no

Sudeste do Pará, onde os assentamentos de reforma agrária apresentam vários desafios em relação à produção agrícola e à permanência dos camponeses nos lotes.

Michelotti e Rodrigues (2004) identificaram que, desde os anos 1990, diversos fatores presentes nas políticas que investem nas terras da reforma agrária, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), levaram a agricultura familiar a uma especialização na pecuária bovina em Marabá e, como consequência disso, aumentaram consideravelmente o número de evasão das terras da reforma agrária. Por sua vez, Terence (2013, p. 96) analisa que as antigas e as novas investidas dos projetos agropecuários no Sudeste do Pará, sobretudo as que estão relacionados à pecuária bovina, estão diretamente relacionados a uma nova etapa da luta pela terra em áreas de assentamento rural. Assim, “[...] a disputa por terras continua mesmo nessas áreas reformadas [...]”.

Nesse sentido, surge a motivação por compreender como o MST se mantém em um assentamento rural a partir de uma luta cotidiana, construída mediante a sua organização, os seus repertórios de ação coletiva e os seus quadros interpretativos diante de um contexto que dificulta a sua principal estratégia produtiva: a agroecologia.

Para analisar o MST como um movimento social, parte-se de duas categorias que são trabalhadas entre os teóricos das teorias dos movimentos sociais: os repertórios de ação coletiva (TILLY, 1979; 1981; 1995), compreendido como as maneiras pelas quais as pessoas agem diante de seus adversários, tendo sido identificado que a principal forma de ação do MST é a ocupação de terras; e os quadros interpretativos (SNOW; BENFORD, 2000), a fim de compreender como o MST substitui uma interpretação da realidade que legitima um *status quo* por um sistema de interpretações de injustiça por meio de dois processos que se complementam: um diagnóstico e um prognóstico da realidade, os quais dão origem a um projeto de reforma agrária deste movimento social. Nesse sentido, é fundamental compreender o projeto de reforma agrária que esse movimento social promove em suas áreas de influência.

Para isso, os recursos metodológicos basearam-se em levantamentos bibliográfico-documentais, pesquisas de campo acontecidas em três momentos: março de 2017, julho de 2017 e fevereiro de 2018; e entrevistas realizadas com os sujeitos locais: coordenadores do assentamento e a base social do MST. Além disso, aconteceram entrevistas com técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) em Marabá e com lideranças do movimento na Secretaria Estadual do MST em Marabá que não necessariamente viviam no assentamento, mas que forneceram dados importantes para o entendimento sobre a atuação desse movimento social no Pará.

O texto contém, além desta introdução, um percurso metodológico que explica as motivações da pesquisa e detalha o caminho seguido durante a pesquisa. Em um momento posterior, apresentam-se as bases teóricas da pesquisa, especialmente os repertórios de ação coletiva e quadros interpretativos, conceitos abordados na Teoria da Mobilização Política (GOHN, 1997). Depois disso, expõe-se o debate em torno do contexto de apropriação de terras no Sudeste do Pará, especialmente de Marabá, desde o início do século XX até a chegada do MST no estado, em fins de 1989. Então, analisa-se a repercussão da atuação desse movimento social no estado para compreender como ele desenvolveu seus quadros interpretativos ao longo do tempo. Identifica-se que, inicialmente, seu programa agrário promoveu a Reforma Agrária Necessária; depois, a Reforma Agrária Popular, na qual a agroecologia ganhou força como uma alternativa de produção de alimentos no Acampamento 26 de Março, promovendo nesse espaço o início de sua luta cotidiana. Por fim, analisou-se a maneira pela qual ele se organiza e desenvolve suas estratégias de luta cotidiana no Assentamento 26 de Março. Além disso, algumas análises foram realizadas quanto aos desafios atuais, estes associados à institucionalização do assentamento, entendendo-o como uma área de influência não apenas da lógica instituída pelo MST, como também dos instrumentos políticos do Estado.

No que concerne especialmente aos investimentos produtivos recebidos pelos agricultores, a pesquisa indica que a existência de uma prioridade dos financiamentos do Pronaf caracteriza um modelo de reforma agrária que não alcança os objetivos dos assentados, nem as propostas construídas entre o MST e os órgãos responsáveis pela assistência técnica e, como consequência, impõe novos desafios à implementação de uma política que poderia atender as reais necessidades que motivam a sua existência. Diante desse cenário, os esforços de organização do MST e seus esquemas de interpretação da realidade no assentamento recolocam a reforma agrária promovida pelos camponeses na agenda brasileira por meio da agroecologia.

## 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O interesse por estudar o MST iniciou com uma experiência no curso de graduação em geografia na Universidade do Estado do Pará, a qual contribuiu para minha imersão no Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS) na Universidade Federal do Pará (UFPA). Naquela ocasião, tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) como bolsista voluntário no Projeto “Fronteiras Agrárias e Processos de Territorialização na Amazônia: uma análise comparativa entre dois projetos de assentamento no Sul e Sudeste do Pará”, na Universidade do Estado do Pará (UEPA), sob a orientação do professor Dr. Fabiano de Oliveira Bringel. Depois dessa experiência, admitido no Mestrado em questão, iniciei a pesquisa sob a orientação do professor sociólogo Dr. Heribert Schmitz. A escolha pelo Assentamento 26 de Março se deu no contexto do projeto “Na rua, no campo: estudo comparativo entre movimentos sociais contemporâneos” da UFPA.

Para ser realizada, a pesquisa seguiu as seguintes etapas: a primeira etapa metodológica foi um levantamento bibliográfico-documental em revistas científicas, dissertações, teses e documentos sobre o assentamento 26 de Março. Esta etapa ajudou-me a entender, sobretudo, o histórico de ocupação e formação do assentamento e foi acompanhada pelo levantamento bibliográfico do referencial teórico sobre os movimentos sociais. Na segunda etapa, em março de 2017, aconteceram as pesquisas de campo: em um primeiro momento, recolhi dados em três lugares diferentes: na Casa de Cultura Marabá, na Emater de Marabá, onde pude entrevistar Franceli Sousa Silva e Glauco Filho, ambos sociólogos que participaram da elaboração do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento 26 de Março (PDA) em 2013, e na Secretaria Estadual do MST, onde entrevistei Giselda Coelho, assentada e então dirigente do setor de produção do MST no assentamento. Na biblioteca da secretaria, pude coletar o Diagnóstico Socioambiental do Assentamento 26 de Março elaborado por estudantes do curso de licenciatura em agronomia do Campus Rural de Marabá, relatórios de pesquisa doados por antigos pesquisadores, materiais que os assentados elaboraram, como o plano de seus sistemas produtivos, documentos do MST, fotos da ocupação na Cabaceiras em 1999, esquemas organizativos do assentamento e mapas.

As pesquisas de campo continuaram na terceira etapa, em julho de 2017. Giselda Coelho e Izabel Rodrigues, coordenadora local, fizeram de seu lote minha estadia. Giselda já havia me recebido na secretaria em março, enquanto Izabel apenas me conhecia por intermédio de um amigo professor que já havia comentado do meu interesse em ficar no assentamento. Com o

tempo estabelecemos uma *relação de pesquisa* da qual resultaram o mapeamento de todos os coordenadores e dos núcleos de moradia do assentamento e o itinerário de pesquisa, ou seja, as pessoas com quem se realizariam as entrevistas e os lugares no assentamento a serem observados.

A quarta etapa aconteceu em fevereiro de 2018. Deu-se continuidade nas pesquisas de campo, nas quais foram realizadas entrevistas não diretivas (MICHELAT, 1987) e observação participante. Como ponto de partida, as entrevistas não diretivas partem do pressuposto de que quanto maior a liberdade dada para o sujeito, maior o nível de profundidade das informações. Além de recurso metodológico, as entrevistas constituíram-se como uma ferramenta de aproximação com os coordenadores e com a base social do MST. A maneira pela qual as entrevistas eram realizadas me ajudava nisso. À medida que a entrevista se estendia e os entrevistados falavam sobre as suas trajetórias no movimento, eu percebia certo entusiasmo, pois contavam a sua própria história.

Durante o ato de entrevistar, preoquei-me em informar aos entrevistados sobre a pesquisa, os objetivos, as motivações, como seria feita e sobre o meu próprio histórico de pesquisa com o MST. Falar sobre meu interesse em pesquisar o assentamento e a maneira de como eu faria isso ampliou minhas possibilidades de aproximação com os entrevistados. Além disso, foi utilizado um roteiro não impresso para serem utilizados durante as entrevistas e um gravador de voz como ferramenta para armazenamento dos dados.

As análises das entrevistas passaram pelas seguintes etapas: 1) recolhimento de trechos de cada uma em separado, de acordo com temário criado e dividido em *frame* e repertório; 2) construção de um temário com enumeração e caracterização dos entrevistados; e 3) revisão da caracterização dos entrevistados e reorganização do temário.

Outra ferramenta metodológica utilizada foi a observação, pois “as atividades cotidianas dificilmente prestam-se à entrevista, pois os pesquisados, literalmente, não veem o que fazem” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 118). Durante a observação, havia um diário de campo. Nele, eu anotava o mínimo possível para não atrapalhar o ato de observar; depois, articulava o que havia sido anotado com dados já obtidos anteriormente. Essa foi a principal maneira pela qual consegui organizar a compreensão dos dados pela observação. No entanto, aos poucos utilizava cada vez menos o diário de campo. Viver o cotidiano no assentamento exigia isso. Não permiti que os procedimentos metodológicos acadêmicos estivessem presentes em formas materiais durante as refeições, por exemplo, momento no qual vários assuntos eram “colocados à mesa”, assim como em várias outras situações cotidianas.

## APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Nos anos 1990, o conflito pela terra no Sudeste do Pará foi intenso. A morte de duas lideranças do MST, Onacílio Araújo Barros e Valentim Serra por fazendeiros em uma ocupação na fazenda Goiás II, em Parauapebas (PA), no dia 26 de março de 1998 foi o estopim para que este movimento social se voltasse veementemente contra os latifundiários por meio da ocupação de terras. Um ano depois da morte das duas lideranças, mais de 1.200 famílias entrara em uma área que já era pretendida de ser ocupada pelo MST em Marabá, a fazenda Cabaceiras, de propriedade da família Mutran. O MST reivindicou a desapropriação da fazenda após a ocupação e a alegação de que este latifúndio era improdutivo. No entanto, durante a ocupação, esse movimento também fez denúncias relacionadas ao trabalho escravo e à exploração ilegal da floresta nativa. De acordo com o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento 26 e Março (PDA) elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Marabá (Emater), a trajetória do uso da terra desse latifúndio passou pelas seguintes etapas: primeiro, era

[...] uma área de floresta densa, com a presença de diversas espécies vegetais, composta de árvores frondosas e muito exploradas no mercado com o nome de madeira de lei e por conta dessa riqueza natural também tinha grande quantidade de castanheira, árvore muito explorada pelos seus frutos ricos como substância alimentar: a *Castanha do Pará*, como era conhecida até muito recentemente, hoje é Castanha do Brasil, produto que produziu muita riqueza para uma dezena de famílias. Em função disso ficara meio século sob o domínio de duas oligarquias locais e a área ganhara o título de empresa. Utilizada via arrendamento e aforamento, com o passar dos anos e frente a mudanças significativas na economia e na lógica de exploração econômica da Amazônia, a empresa Mutran procedeu a mudança de Castanhal para Fazenda Cabaceira, explorando a madeira existente, substituindo a pastagem natural por pastagem para criação de bovinos (EMATER, 2012, p. 44).

A partir dos anos 1950, a área do atual assentamento foi conhecida como castanhal Cabaceiras, o qual foi dirigido pela Empresa Nelito S/A que estava sob o domínio de proprietários que compunham a família Almeida, constituída por comerciantes de castanha em Marabá. Em 1989, a família Almeida vendeu o castanhal para a família Mutran, outra família de comerciantes de castanha no Sudeste do Pará que havia se adequado às transformações econômicas instituídas na Amazônia e, dessa forma, transformou as áreas de floresta densa do castanhal Cabaceiras em uma fazenda de criação de bovinos.

Observa-se que a trajetória de uso do solo foi bem diversa: floresta densa – castanhal aforado – fazenda de bovinos – acampamento. A derrubada da floresta para fins lucrativos, especialmente para a exploração da madeira de lei e para a implementação de pastagens originou um passivo ambiental que hoje se caracteriza como uma herança para as famílias assentadas.

Desde o dia 26 de Março de 1999, as famílias ficaram acampadas até o dia 19 de dezembro de 2008, quando o assentamento foi criado pela Portaria nº 67, publicada pelo Diário Oficial da União. Em função das denúncias feitas pelo MST, o Assentamento 26 de Março foi o primeiro da história do Brasil a ser criado pela influência do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, que prevê o confisco de terras onde se realizam trabalho escravo. Além disso, houve uma cerimônia considerada histórica pelo MST para a assinatura de um termo de licenciamento ambiental pela então governadora Ana Júlia Carepa no dia 19 de dezembro. Neste termo, o Governo do Estado do Pará demonstrou total apoio aos assentados ao firmar uma parceria com o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária de Marabá (INCRA) para oferecer a estrutura necessária aos assentados e estimular a produção agroecológica no assentamento (EMATER, 2013). Nesta mesma cerimônia, a governadora do Pará assinou também um protocolo que continha a intenção do MST de doação de uma área do assentamento para a criação da Escola Agrotécnica de Marabá, criada pela Lei nº 11.534 de 25 de outubro de 2007. Em 2008, a escola foi transformada no Campus Rural de Marabá que foi vinculado ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

Após a criação do assentamento em uma área de 9.774,0405 hectares, com 206 famílias (EMATER, 2013) e a uma distância de 25 km do centro urbano de Marabá, foram criadas duas associações: a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento 26 de Março (APROTERRA), fundada em maio de 2009, reunia 159 famílias; e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Familiares do Assentamento 26 de Março (ASPRUPAM), criada em agosto de 2009, congregava 47 famílias (BARROS, 2011). A primeira é vinculada ao MST; a outra não<sup>1</sup>. A dissidência entre algumas famílias e o MST resultou de interesses divergentes para acessar o Crédito Instalação liberado em 2009.

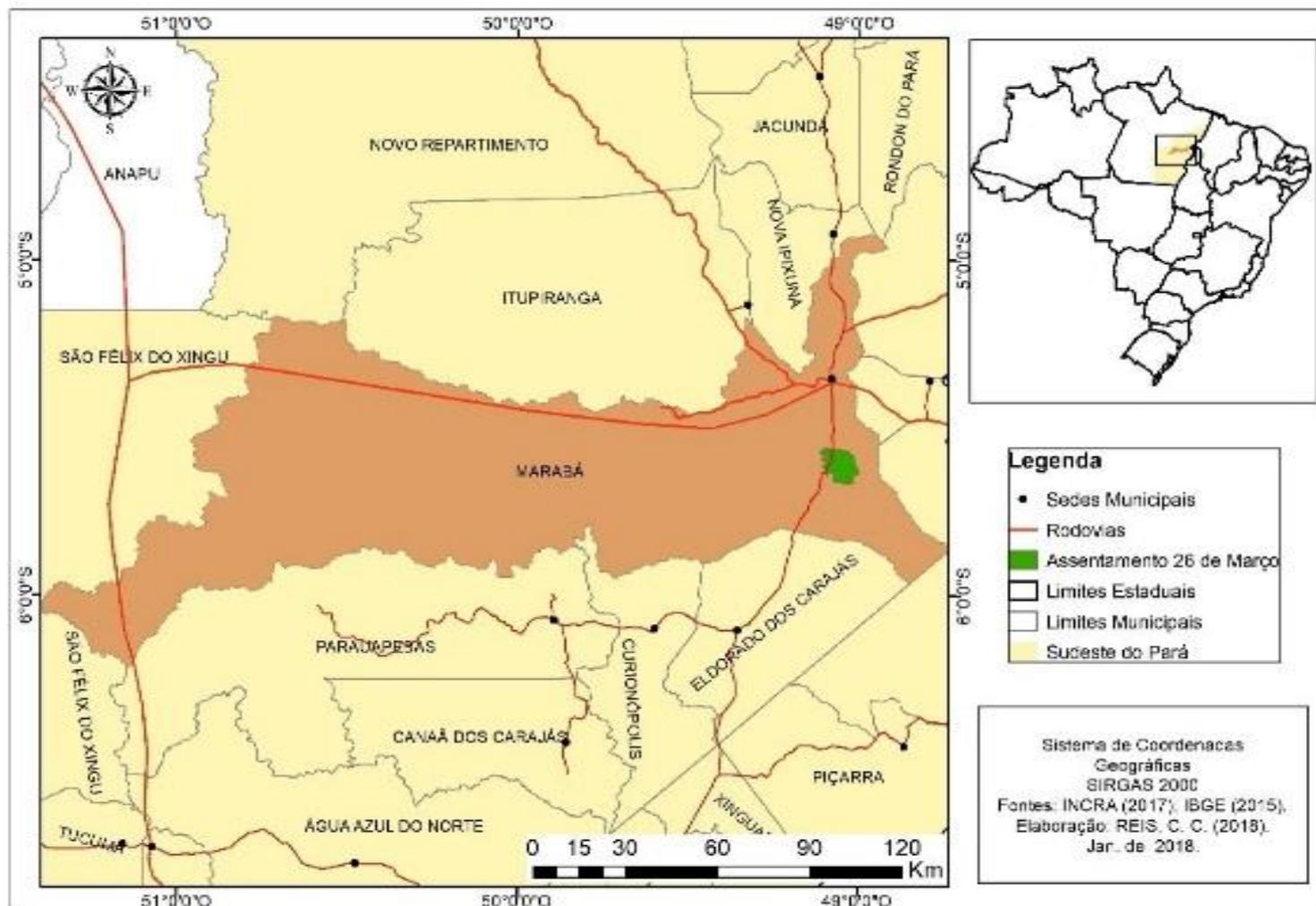
Atualmente, esses dados não fazem parte da realidade do assentamento. Durante as pesquisas de campo, percebeu-se que a ASPRUPAM não tinha sede nem representante. Conseqüentemente, seus participantes passam a compor a APROTERRA, que contém aproximadamente 162 associados, sendo 140 possuidores de Registro de Beneficiário (RB) no Incra.

Em 2013, a Emater em parceria com o MST delimitou as Áreas de Reserva Legal, as Área de Uso Alternativo e as Áreas de Proteção Permanente no assentamento por meio do PDA do assentamento.

---

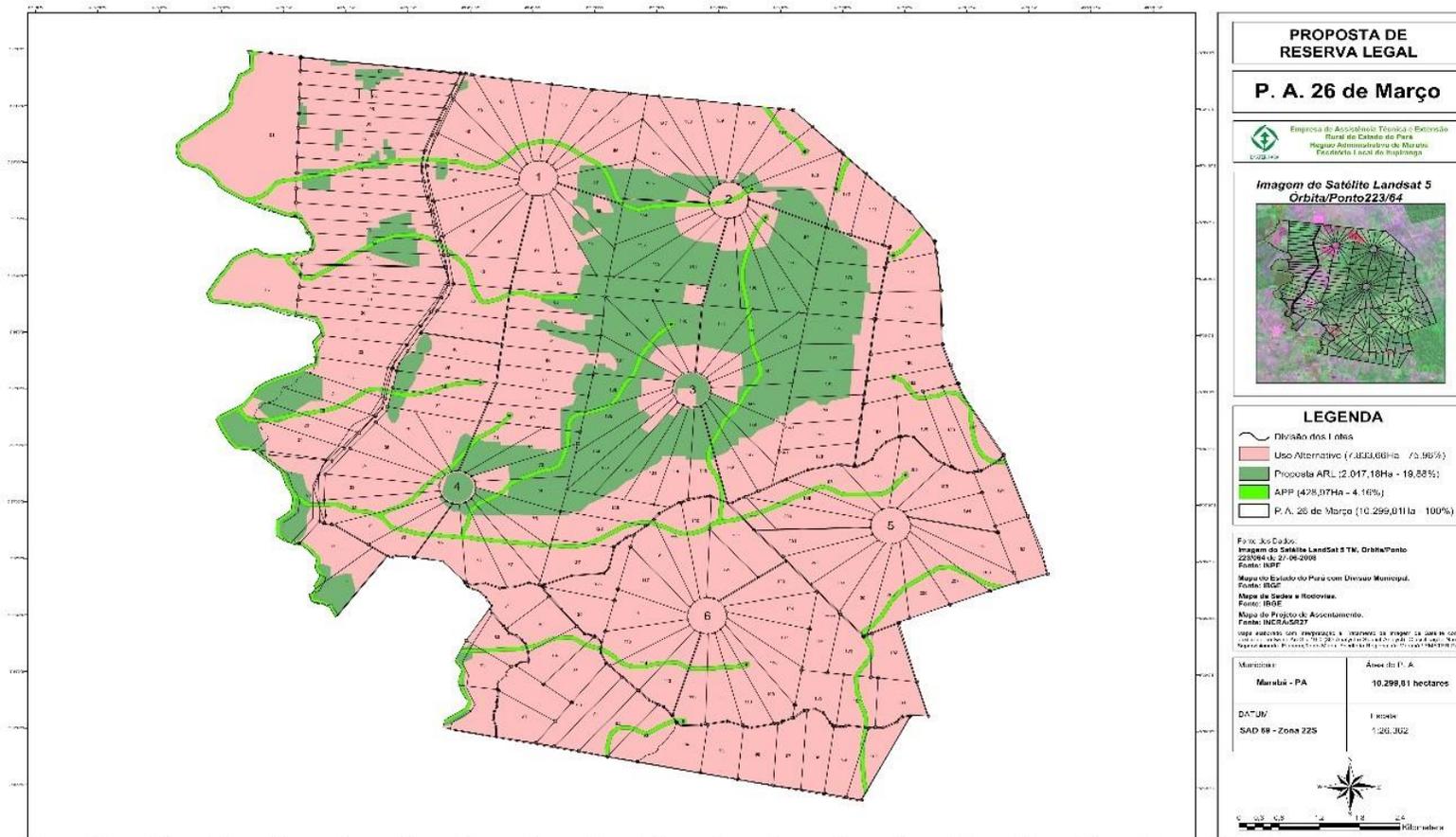
<sup>1</sup> Nota-se que ambas foram criadas no ano de 2009, mesmo ano em que saiu o Crédito Instalação.

**Figura 01:** Mapa de Localização do Assentamento 26 de Março.



Fonte: Incra (2017) e IBGE (2015).

**Figura 02:** Organização espacial do Assentamento 26 de Março.



Fonte: EMATER (2013).

Quando às áreas de Reserva Legal observadas na figura 02, observa-se que estão concentradas, sobretudo, nas vilas 2, 3 e 4 como consequência do que restou de floresta primária da fazenda Cabaceiras, enquanto as áreas de Uso Alternativo se estendem pelo restante do Assentamento. Em função dessa diferença da cobertura vegetal, há diferentes realidades que compõem os sistemas produtivos no Assentamento. Há lotes mais propícios ao sistema de cultivo porque sua cobertura vegetal é predominantemente constituída pelas áreas de mata, enquanto outros são mais propícios à pecuária bovina em função da pré-existência de pastagens.

**Tabela 01:** Palestra da coordenadora do setor de produção do MST no Assentamento 26 de Março cedida aos alunos do Campus Rural de Marabá no ano de 2012.

Tipologia	Famílias	Porcentagem aproximada
Área de Mata	60	30%
Área de Pasto	105	50%
Área de Capoeira	41	20%
Total	206	100%

Fonte: IFPA, 2012.

A formação socioespacial do assentamento propiciou um mosaico de paisagens que apresenta coberturas vegetais diferentes e atividades produtivas distintas. Nas áreas de mata, encontram-se lotes que desenvolvem, principalmente, a agricultura por meio do cultivo de hortaliças, frutíferas e cultivos anuais. Atualmente o cultivo da castanheira (*Bertholletia excelsa*) é responsável em grande medida pelo reflorestamento que está acontecendo no assentamento. De outro modo, os camponeses que se encontram nos lotes que apresentam a área coberta por pastagens também praticam os cultivos anuais, além da criação de pequenos animais em alguns casos, embora em menor frequência e com maior dificuldade em função da degradação do solo. Nessas áreas, predominam a pecuária bovina leiteira e de corte.

Quanto à organização do espaço, as famílias que antes viviam em 81 hectares da fazenda na época do acampamento foram para seus lotes individuais. Os lotes são distribuídos entre 20 núcleos de base, 6 núcleos de moradia, cada um tem entre 18 e 20 famílias divididas em lotes com uma área média de 48 hectares cada, e por vicinais, como a Boa Esperança e a Nova Amanhã. Os raios de sol enquanto modelo de organização do espaço para o MST prevê a aproximação entre as famílias e permite a prática agrícola e atividades afins no próprio lote de moradia.

Essa organização espacial resultou dos debates internos dos núcleos de base ainda na época do acampamento para propor uma nova organização do espaço diferente da organização

utilizada em outros assentamentos, as agrovilas. Segundo a coordenadora do núcleo base Firme na Luta, Izabel Rodriguez, a diferença entre os núcleos de moradia e a agrovila é que

[...] nos núcleos de moradia, os assentados podem construir suas áreas de trabalho, a roça, a criação, pra que elas permaneçam no próprio lote que ele mora e no círculo central há áreas de uso comum, que permite o trabalho coletivo e aproxima as famílias. Já as agrovilas não: elas afastam o lote rural de trabalho e o lote de moradia do assentado, como pode ser percebido em Palmares [Assentamento Palmares II, localizado no município de Parauapebas]. Lá tem muitos problemas relacionados a esse modelo de agrovila desde quando o assentamento foi criado (Izabel Rodriguez, entrevistada em julho de 2017).

A coordenadora revela um exemplo de uma experiência negativa das agrovilas em um assentamento do MST no município de Parauapebas (PA) e, por outro lado, ressalta algumas vantagens em relação aos núcleos de moradia, sendo uma delas a possibilidade do trabalho coletivo. Assim, a organização em raios de sol propiciou uma experiência nova ao MST, sendo o Assentamento 26 de Março o primeiro assentamento no Pará a experimentar esse modelo de organização.

Cada núcleo de moradia tem um coordenador e/ou uma coordenadora. Durante as pesquisas de campo, o núcleo de moradia Firme na Luta, às margens da BR-155, era coordenado por Izabel Rodriguez, a qual coordenava também na época das pesquisas de campo o núcleo de moradia 1, pois o coordenador desde núcleo havia saído da coordenação e a coordenadora estava doente. O núcleo de moradia 2 era coordenado por Chico Onça; enquanto o núcleo 3 era coordenado por Zé Moraes. O núcleo 4 era coordenado por Antônio Carlos, o 5 por Luzia e o 6 por Bendito. A vicinal Boa Esperança era coordenada por Vasco e a Nova Amanhã coordenada por Reginaldo. Além disso, em cada núcleo de moradia há um círculo central, o qual apresenta o objetivo de incentivar o trabalho coletivo.



Essa organização espacial incorpora as instâncias da estrutura orgânica interna do assentamento: as assembleias, a coordenação do assentamento, a Aproterra, os setores e os núcleos de base.

**Figura 4:** Organograma da estrutura orgânica do Assentamento 26 de Março.



Fonte: Secretaria Estadual do MST, em Marabá (PA).

Quanto à origem das famílias vinculadas ao MST na ocupação do dia 26 de março de 1999, um estudo realizado por alunos do curso de licenciatura em agronomia do Campus Rural de Marabá (IFPA, 2012) identificou que as pessoas eram de vários estados, sobretudo do Maranhão, Ceará, Tocantins e Pará. A maioria foi migrantes, sendo 47% do estado do Maranhão. Alguns haviam perdido o vínculo histórico com a terra que foi criado pelos seus ancestrais, mas viram a entrada no MST como um retorno à vida no campo. Muitos que compõem a base social desse movimento social no assentamento atualmente trabalhavam no centro urbano de Marabá e em outros municípios no entorno quando foram convidados a participarem dos trabalhos de base.

De maneira geral, a base social do MST varia em conformidade com a situação social dos agricultores em cada estado (STÉDILE, 2002). Para compreender essa base social na Amazônia, recorreu-se à contribuição teórica de Costa (2012b). Este autor investiu na construção de uma teoria do investimento camponês como uma proposta alternativa para o entendimento do campesinato nas fronteiras do capitalismo. Na questão agrária na Amazônia,

Francisco de Assis Costa contribui ao afirmar que essa região não é apenas uma extensão da fronteira agrícola no Brasil, mas resultado da realidade camponesa que a constitui.

Por camponeses, Francisco de Assis Costa compreende “aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação (COSTA, 2012b, 117-118). Dessa forma, o campesinato se constitui como uma unidade indissociável entre as esferas da produção e do consumo. Portanto, é a partir desse prisma teórico que se entende as famílias que constituem os núcleos de moradia no assentamento.

A caracterização das famílias assentadas, nesse sentido, perpassa por dois pontos principais: não há uma separação entre as esferas da produção e do consumo, sendo tal fato uma especificidade das estruturas sociais camponesas ressaltadas por Costa (2012b); e há uma eficiência produtiva e uma mobilização ao investimento e à capacidade de permanência, sendo estas as principais características do campesinato na fronteira amazônica.

Como pôde ser observado, as reivindicações que motivaram o MST a ocupar a fazenda Cabaceiras relacionaram-se com aspectos sociais e ambientais. Isso se deve ao fato de o MST ter se aproximado de um debate sobre a soberania alimentar e a agroecologia no fim dos anos 1990 e início do século XXI, o que fez com que o seu programa de reforma agrária fosse adequado no decorrer dos anos para tal propósito. Assim, a intenção desse movimento social no Assentamento 26 de Março acompanha as orientações interpretativas de seu programa agrário e tenta implementar a agroecologia como uma alternativa ao atual modelo hegemônico de produção de alimentos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Movimento social: categoria analítica utilizada inicialmente no século XIX para explicar o surgimento do movimento operário na Europa. Com o passar dos anos e das distintas abordagens, o termo foi adquirindo sentido explicativo para representar a organização da classe trabalhadora. Os teóricos que dedicaram seus esforços para tal análise se capacitaram para explicar a multiplicidade de formas participativas emergentes na sociedade.

A categoria movimento social foi influenciada por diversas maneiras de pensar em distintos momentos históricos e ao longo do tempo foi aderindo diversos significados. Ainda no início do século XX, o teórico francês Gustave Le Bon desenvolveu uma interpretação dos movimentos sociais baseada na irracionalidade das massas, considerando os movimentos sociais como “patologia” do corpo social. Sua interpretação sobre as mobilizações coletivas foi baseada na ênfase sociopsicológica, na qual as reações dos indivíduos resultavam das privações, sobretudo econômicas, em que viviam. Foi dessa maneira que foram desenvolvidos elementos para uma teoria baseada no comportamento tido como irracional das massas (CHAZEL, 1995).

Essa abordagem influenciou autores posteriores que se dedicaram a explicar as mobilizações coletivas nos Estados Unidos. Considera-se na literatura sobre os movimentos sociais que de 1930 até 1960 esses teóricos, baseados na teoria do comportamento coletivo, explicaram os descontentamentos individuais responsáveis pelas mobilizações coletivas partindo do princípio de que a sociedade era desorientada e a mobilização surgia como urgência para recompor a ordem. Os indivíduos eram descolados de suas identidades e com os problemas que os afetavam em plena sociedade industrial eles buscavam nas mobilizações coletivas uma forma de reintegração em grupo (TARROW, 2009).

De acordo com Maria da Glória Gohn (1997), a teoria do comportamento coletivo foi influenciada por cinco abordagens que se complementavam: a primeira, desenvolvida no início do século XX, foi representada pelos interacionistas simbólicos da Escola de Chicago, a qual decidi explorar mais do que as outras em função de sua importância na retomada dos estudos norte-americanos sobre os movimentos sociais nos anos 1980 e por estar mais diretamente relacionada com a abordagem trabalhada nesta dissertação; a segunda desenvolveu-se ao longo dos anos 1940-1950 a partir das teorias das sociedades de massas, de Eric Fromm; a terceira predominou nos anos 1950 e se baseou nas abordagens sociopolíticas de Rudolf Herbele; a quarta corrente foi uma combinação dos estudos da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Talcott Parsons; por último, a corrente organizacional-institucional (GOHN, 1977).

A partir dessas diferentes correntes, formou-se uma teoria baseada no comportamento coletivo, na qual as mobilizações tinham origem nas reações psicológicas das pessoas às privações individuais. O período de inquietação individual da sociedade industrial gerava incerteza, impulsos reprimidos e ações frustradas nas pessoas e a adesão delas às mobilizações coletivas eram respostas irracionais diante das mudanças da sociedade industrial. Assim, o principal núcleo articulador dessa teoria buscava explicar os comportamentos coletivos a partir de um enfoque sociopsicológico diante do qual dava-se “[...] importância à reação psicológica como comportamento não-racional ou irracional” (GOHN, 1977, p. 24).

A Escola de Chicago foi uma das principais referências nesta teoria. Integrante dessa escola de pensamento, Blumer (1995 [1951]) considerou que as mobilizações coletivas poderiam se tornar movimentos sociais a partir de estágios evolutivos de desenvolvimento. Para ele, inicialmente, os movimentos sociais eram poucos organizados e sem forma. Eram conhecidos como genéricos, constituído por mudanças e valores graduais, entendidos como tendências culturais, que despertariam um profundo desejo de mudança nas pessoas, tornando-as questionadoras de novos valores. Esse momento inicial continha objetivos vagos e desorganizados, mas sua importância estava em ser indicador de direção. Ao passar do tempo, os movimentos sociais ganhariam destaque com a cristalização das motivações de descontentamento por mudanças, despertadas anteriormente pelos movimentos genéricos, e seriam considerados como movimentos específicos. Estes, ao contrário dos genéricos, continham metas e objetivos definidos, além de organização e estrutura melhor desenvolvidas. Nessa segunda fase os movimentos sociais apresentavam alguns estágios: inquietação individual, inquietação popular, formalização e institucionalização. No primeiro estágio, havia um agitador, uma liderança. No segundo, os objetivos tomariam forma. No terceiro, seriam organizadas táticas, regras, políticas e disciplinas e, no quarto, haveria a cristalização da organização e o líder tornava-se um administrador, causando o fim do movimento social.

Além disso, Blumer (1995 [1951]) identificou mecanismos e significados por meio dos quais os movimentos sociais se tornavam aptos ao crescimento e à organização. Entre eles, destacam-se: agitação, para desenvolver novos impulsos e novos desejos nas pessoas; *Esprit de corps* (traduzido por alguns autores como espírito de equipe), importante para criar uma atmosfera de cooperação entre os indivíduos e uma ideia de coletivo; desenvolvimento de uma moral, para retomar a questão dos mitos, dos símbolos, de criação de ídolos e heróis; desenvolvimento de ideologia de grupo, que tem um papel essencial na permanência e no desenvolvimento do movimento e, por fim; criação de táticas, que envolve adesão e construção

de objetivos. Para o autor eram esses mecanismos e significados que estabeleciam um programa, mantinham disciplina e evocavam fidelidade no interior de um movimento social.

A partir da abordagem de Blumer, uma primeira definição de movimento social pode ser entendida como um grupo de pessoas que se organizam a partir de mecanismos e significados que amadurecem objetivos e metas para contestar uma ordem vigente a favor de novos valores sociais. Como tentativa de comparar a possível definição acima e relacionar com o MST, podemos considerar que este movimento social especificamente carrega consigo mecanismos e significados, que serão analisados pelas lentes teóricas dos conceitos de *frame* e repertório, que orientam os seus participantes para interpretar e mudar a realidade.

A contribuição de Blumer é essencial em nossa abordagem, pois este autor foi o primeiro teórico a contribuir com uma teoria consistente sobre os movimentos sociais, embora estivesse em um campo teórico que entendia as mobilizações coletivas como resultado das frustrações de indivíduos que não tinham suas demandas atendidas, fato que fez com que a teoria do comportamento coletivo carecesse de uma explicação de caráter político sobre as mobilizações coletivas (CHAZEL, 1995). Alonso (2009), outrossim, expôs os limites dessa teoria ao apresentar as explicações dos sociólogos norte-americanos sobre as mobilizações coletivas e concluiu que “de uma maneira ou de outra, a explicação tinha pilares psicossociais, amparando-se em emoções coletivas, e tom sombrio” (ALONSO, 2009, p. 50).

As críticas direcionadas aos teóricos da teoria do comportamento coletivo foram acompanhadas de novas abordagens. Após os anos 1960, vários autores norte-americanos dedicaram esforços teóricos ao redor do mundo para analisar os “movimentos sociais pós-1960” e rejeitaram a ênfase psicossocial, centrada na frustração dos indivíduos. Entre eles próprios, houve a criação teoria da Mobilização de Recursos, que concentrou esforços para analisar a racionalidade, a organização e os recursos necessários ao engajamento coletivo das novas mobilizações coletivas baseadas na ideia de solidariedade de milhares de pessoas, que buscavam a diversidade de estilos de vida e etnias. Caracterizaram-se, nessa época, o surgimento do movimento feminista, do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e do ambientalismo. Portanto, os movimentos não se baseavam mais apenas em indivíduos frustrados, mas principalmente em etnias, gênero e estilos de vida (ALONSO, 2009).

A partir de então os movimentos sociais passaram a ser compreendidos como portadores de sentido e organização e os teóricos

[...] argumentaram que descontentamentos e motivos para a mobilização, sejam eles privações materiais ou interesses de classe, sempre existem, o que os tornariam inócuos para explicar a formação de mobilizações coletivas. Assim, mais importante que identificar as razões seria explicar o processo de mobilização (ALONSO, 2009, p. 52).

Na nova interpretação, os teóricos incorporaram “[...] temas e problemas que não vinham sendo contemplados, bem como críticas, mas mantiveram uma base explicativa principal: os movimentos sociais são abordados como grupos de interesses” (GOHN, 1997, p. 50), o que fez com que os movimentos sociais não fossem entendidos no campo individual, mas no âmbito organizacional de grupos de interesses.

Com influências diretas do pensamento de Olson (1999), os autores da teoria da Mobilização de Recursos colocavam toda a ênfase numa visão exclusivamente economicista e suas explicações não estavam baseadas no individual, mas sim em uma lógica racional entre os indivíduos, os quais buscariam atingir metas e objetivos a partir de estratégias de avaliação do custo-benefício de suas ações. O problema reside no fato de Mancur Olson não ter analisado propriamente movimentos sociais, mas grupos de interesses. O destaque da importância e eficácia do papel dos líderes organizadores dos interesses de um grupo no estudo deste autor influenciou direta e decisivamente os teóricos da teoria da Mobilização de Recursos, os quais evidenciaram, de acordo com Gohn (1977), uma racionalização da atividade política nos movimentos sociais, na medida em que estes criariam normas, hierarquia interna e divisão do trabalho para administrar os recursos necessários à continuidade da organização coletiva.

Os movimentos sociais eram pensados mais em termos de organizações, os quais funcionavam sob a condição de existência de recursos materiais, financeiros e humanos, do que propriamente como uma ação política para mudar determinada realidade social. Os teóricos da teoria da Mobilização de Recursos concebiam os movimentos sociais em “termos de um setor de mercado, livre, em competição com outros grupos, num mercado aberto de grupos e ideias. Os movimentos competiriam com outras organizações, não-movimentos, para obter adeptos, recursos [...]” (GOHN, 1997, p. 52). Assim, os movimentos sociais eram analisados sob uma ótica econômica, na medida em que competiam em busca de recursos financeiros e sob uma ótica puramente racional, na qual a estrutura organizacional e o papel dos líderes eram essenciais.

Os teóricos estiveram preocupados com o caráter racional e estratégico dos movimentos sociais e pouco deram importância ao caráter cultural e político das mobilizações. Segundo Alonso (2009, p. 53), “[...] supõe-se a presença de crenças e processos cognitivos na formação da ação coletiva – termos como “lealdades e consciência” o denotam – mas não se sabe nada

sobre seu *modus operandi*”. Da mesma forma, Gohn (1997, p. 56) compreende que os teóricos “[...] excluía[m] valores, normas, ideologias, projetos e identidade dos grupos sociais estudados”.

O exposto acima exige um esforço de síntese. Os teóricos da teoria do comportamento coletivo conceberam os movimentos sociais como resultado de frustrações individuais, ainda que possamos perceber o esforço de Blumer em reconhecer crenças e emoções nas mobilizações coletivas. Já na teoria da Mobilização de Recursos, a preocupação dos teóricos com a racionalidade e as estratégias de calcular o custo-benefício pouco considerou os elementos culturais e políticos, uma vez que seus teóricos insistiam na racionalidade e estratégia dos grupos, influenciados pelo pensamento racional e estratégico das ações coletivas (OLSON, 1999).

Assim, em ambos os momentos históricos: antes e depois de 1960, os teóricos apresentaram suas limitações para explicar as mobilizações coletivas de suas épocas. Eles não encaixaram em suas análises teóricas, do ponto de vista cultural, político e étnico, as novidades que emergiram pós-60 “e foram justamente essas novidades – os movimentos ecológicos, pela paz, pelas mulheres etc. – que criaram uma nova agenda” (GOHN, 1997, p. 58).

Mas o mundo pós-60 experimentou mudanças na crise do pensamento racional e no contexto das mobilizações coletivas. Nesse cenário, foram construídas várias dicotomias de pensamento, sendo uma delas: sociedade industrial *versus* sociedade pós-industrial (TOURAINÉ, 1989). Dicotomia da qual surgiram: a principal explicação da perda do protagonismo do proletariado, antes experimentado para explicar os movimentos sociais; e vários argumentos em relação à mudança macroestrutural do capitalismo ao longo do século XX. O eixo central de discussão deixou de ser a produção industrial e o trabalho para ceder espaço a novos conteúdos, temas e sujeitos que realizavam mobilizações coletivas, como movimentos juvenis, o movimento feminista, o ambientalismo e várias outras iniciativas cívicas nos Estados Unidos na Europa (KARNER, 1987).

Della Porta e Diani (2006) apontam que de maneiras diferentes, e com uma ampla gama de objetivos e valores, várias formas de protestos continuaram a surgir nos anos 1970. Segundo os autores houve uma combinação de temas típicos dos movimentos sociais que aumentaram vertiginosamente as mobilizações coletivas.

[...] possivelmente pela primeira vez desde 1968, a onda de mobilizações para uma globalização a partir de baixo (muitas vezes identificada como movimento social de justiça) parece ter o potencial para um desafio global, generalizado, combinando temas típicos de movimentos sociais de classe com temas típicos de novos movimentos sociais, como a ecologia ou a igualdade de gênero (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 02).

As novidades que adjetivavam a nova abordagem de “novos movimentos sociais” pelos teóricos europeus estavam na luta pelos direitos civis americanos; revolta de maio de 1968 na França, juntamente com protestos estudantis na Alemanha, Grã-Bretanha e México; mobilizações pró-democracia na Itália e na Espanha e os primeiros sinais dos movimentos de mulheres e ambientais. Foram mobilizações que sugeriram transformações na sociedade, moldaram o contexto político das mobilizações de outrora e garantiram novo vigor analítico a partir da teoria dos Novos Movimentos Sociais, à medida que a sociedade estava em constante “movimento” (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

A combinação de temas de movimentos sociais de classe com os movimentos pós-1960, que traziam novos temas, inseriu uma nova análise no campo teórico dos movimentos sociais, no qual seus adeptos desenvolveram vários estudos. Touraine (1989), por exemplo, rechaçou teorias explicativas das mobilizações coletivas ancoradas nas frustrações individuais e na racionalidade ao destacar o campo cultural no processo explicativo dos movimentos sociais. Para Alain Touraine, o sujeito não era reflexo de um pensamento do indivíduo sobre si mesmo, mas sim ação, resultado de um trabalho, que não coincide com a experiência individual. A experiência a que ele se refere está relacionada com o aprendizado que os sujeitos adquirem a partir de experiências coletivas. Nesse caso, o sujeito seria resultado de resistências e lutas e não experiência imediata de si. Dessa maneira, os novos movimentos não seriam constituídos de classes, mas por grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural da sociedade. Assim, as mobilizações coletivas e as explicações baseadas no campo cultural consolidaram um reconhecimento de caráter diverso e localizado das novas experiências participativas no mundo.

Já Melucci (2001) preocupou-se em entender como o ator coletivo é formado e o motivo pelo qual as pessoas agiam de maneira coletiva e demonstrou o quanto tal preocupação vigorava na compreensão dos movimentos sociais na virada do século. O autor forneceu elementos teóricos para entender como os movimentos sociais são mantidos e não simplesmente como surgem. Os atores agem coletivamente à medida que se comunicam e criam significados numa relação em que avaliam os problemas sociais em comum, dando origem à uma identidade coletiva. Esse foco dado às análises dos movimentos sociais desloca explicações conjunturais para vários processos de formação dos participantes dos movimentos, atribuindo protagonismo aos envolvidos nas mobilizações. Assim, “o processo de mobilização, formas organizativas, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação são níveis de análises significativas

para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo” (MELUCCI, 2001, p. 23).

A organização torna-se imprescindível ao funcionamento da ação coletiva, pois através dela os indivíduos constroem suas ações, definindo em termos cognitivos as possibilidades e limites para suas ações (MELUCCI, 1996; 2001). Cabe destacar que a organização para os teóricos da teoria dos Novos Movimentos Sociais não se limitou ao modelo estrutural dos teóricos da Mobilização de Recursos. Ao contrário, a organização concentra-se também no nível cognitivo, no entendimento dos problemas sociais e na interação entre os sujeitos.

Como visto, as mudanças verificadas após 1960 sacudiram a Europa e marcaram a configuração de um novo contexto na análise das mobilizações: o tempo dos novos movimentos sociais, os quais contribuíram para o desenvolvimento de novos elementos teóricos para entender os novos acontecimentos, os novos conflitos e as novas demandas sociais. No entanto, não foi a única: a Teoria do Processo Político ganhou destaque entre os estudiosos norte-americanos ao mesmo tempo que os adeptos da Teoria dos Novos Movimentos Sociais desenvolviam seus estudos na Europa.

Chazel (1995) considera que a Teoria do Processo Político é uma vertente da teoria da Mobilização de Recursos. No entanto, não há um consenso em torno dessa assertiva. Autoras brasileiras entendem o assunto de maneira diferente. Alonso (2009) afirma que a teoria do Processo Político é sucessora da Teoria da Mobilização de Recursos, enquanto Gohn (1977) quase não menciona a teoria do Processo Político. Gohn (1977) propõem uma abordagem denominada de Mobilização Política, a qual é resultado de um debate entre os estudos das teorias da Mobilização de Recursos, do Processo Político e dos Novos Movimentos Sociais.

## 2.1 TEORIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Para esta pesquisa, a proposta de Gohn (1977) foi utilizada como caminho teórico. A teoria do Processo Político tem em seu cerne teórico o desenvolvimento do processo político e o campo cultural para analisar os movimentos sociais e delineou uma nova etapa do pensamento norte-americano em que se buscou o preenchimento das lacunas teóricas evidenciadas na teoria da Mobilização de Recursos.

Na interpretação desenvolvida pelos teóricos da teoria da Mobilização Política, os mesmos movimentos sociais analisados pelos teóricos da teoria da Mobilização de Recursos passaram por uma releitura.

As mudanças no tratamento metodológico acompanharam as mudanças na vida real, onde passou a imperar a política do "politicamente correto", a exemplo dos conflitos raciais: os negros deixam de ser chamados blacks e passam a ser denominados african-american. Outros movimentos surgiram e passam a ser estudados: ecológicos, minorias nacionalistas, medicina alternativa, direitos dos animais, Nova Era, novos movimentos religiosos etc. O movimento ecológico cresceu, se diversificou e ganhou escopo internacional, na figura de organizações como o Greenpeace, a Rainforeft etc. O movimento de gays e lésbicas criou instituições baseadas na era do politicamente correto, e o movimento das mulheres, de forma geral, se alterou substancialmente. Conferências internacionais, setores do feminismo radical e grupos institucionalizados passaram a compor, entre outros temas, a nova agenda daquele movimento. O movimento pela paz deixou de ser mera oposição à guerra ou de se concentrar em bandeiras do tipo paz e amor, a criação de uma nova ordem mundial holística passou a ser uma das grandes ênfases (GOHN, 1977, p. 70).

Dessa maneira, a incorporação de uma nova maneira de pensar entre os estudiosos norte-americanos foi considerada uma “nova etapa no paradigma norte-americano em que se destaca a busca de elementos conceituais que preencham as lacunas existentes devido ao enfoque exclusivamente econômico da MR [Mobilização de Recursos]” (GOHN, 1977, p. 69).

Alguns autores que tinham desenvolvido estudos sob a teoria da Mobilização de Recursos, como Charles Tilly, David Benford e Robert Snow reformularam e ampliaram suas abordagens em relação aos aspectos políticos e culturais. E embora tenha sido desenvolvida nos Estados Unidos, a Teoria da Mobilização Política englobou casos europeus em suas análises, como os estudos de Charles Tilly sobre as mobilizações coletivas na França e na Grã-Bretanha.

A ênfase na mobilização de recursos não foi abandonada, pelo contrário, pois ela continua como teórico. Há um reconhecimento da importância dos recursos necessários para o engajamento das pessoas em uma ação coletiva. Mas a teoria da Mobilização Política não considera apenas os recursos e, conseqüentemente, a lógica racionalista deixa de ser o fio condutor das análises. Segundo Gohn (1997), as ações que antes eram interpretadas como anômalas pelos teóricos das teorias do Comportamento Coletivo e da Mobilização de Recursos, por exemplo, passaram a ser entendidas como ações que são construídas socialmente para a mudança social, nas quais a cultura, os símbolos, os significados, os valores e as crenças são essenciais.

A teoria da Mobilização Política também reintroduziu a psicologia social para o entendimento do comportamento coletivo dos grupos sociais. A Escola de Chicago, por exemplo, a partir de seu pressuposto básico, enraizado no interacionismo, ressurgiu como interacionismo simbólico, por meio da recuperação de alguns trabalhos, como os de Erving Goffman e de Herbert Blumer. Para esta dissertação, foi desenvolvida a releitura do conceito de *Frames* de Erving Goffman por dois teóricos norte-americanos: David Benford e Robert Snow. Além disso, utilizei o conceito de Repertório, de Charles Tilly. A teoria que se apresenta,

portanto, expõe reformulações e continuidades entre os teóricos dos movimentos sociais desde, ao menos, a teoria do comportamento coletivo entre os norte-americanos

Tanto o conceito de repertório como a reinterpretação do conceito de *frames* contribuíram para uma nova abordagem explicativa sobre a atuação dos movimentos sociais a partir da Teoria da Mobilização Política. Talvez mais que isso: buscaram compreender a maneira pela qual operam os movimentos, dando um caráter dinâmico em sua atuação. Formas de ação, referentes ao Repertório, e o reconhecimento de mecanismos e significados por meio dos quais os movimentos sociais se desenvolvem, referentes aos quadros interpretativos, são fundamentais nessa abordagem. Dessa maneira, espero revigorar um debate que enfatiza a interação entre as pessoas que agem coletivamente para a mudança social, tendo como objeto estudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais no Assentamento 26 de Março, em Marabá, Sudeste do Pará.

### **2.1.1 *Frames* ou quadros interpretativos**

Os quadros interpretativos correspondem à maneira pela qual os movimentos sociais substituem uma interpretação que legitima o *status quo* por um sistema de interpretações, crenças e ideias alternativas em busca de mudança. O processo toma forma através de discursos, símbolos e interpretações acionados na luta por intermédio de um estoque cultural disponível, este acionado em um processo deliberado de escolha para mediar a interpretação de mundo das pessoas envolvidas. Como resultado, as pessoas interpretam o mundo, revoltam-se contra injustiças e exigem reconhecimento de seus direitos por meios dos enquadramentos interpretativos (TARROW, 2009).

O conceito nem sempre correspondeu às análises dos movimentos sociais. A primeira vez que apareceu foi em um artigo do biólogo Gregory Bateson, nos anos 1950. Este autor definiu os *frames* (quadros interpretativos) como elementos que são ativados na mente humana para interpretar os acontecimentos. A partir dessa premissa, que tinha o modelo de pensamento humano como referência, Bateson estudou um grupo de macacos em um zoológico de São Francisco (EUA). O resultado de seu estudo indicou que o *framing* (enquadramento) era responsável pela estruturação das mensagens e ações metacomunicativas nas interações entre os animais. Foi a partir dessa abordagem de Bateson, que organizava e definia a percepção da realidade, que Goffman se inspirou para trabalhar o conceito de *frame* no domínio sociológico (GOFFMAN, 2012).

Sua análise aproximou-se, então, da relação entre indivíduo-sociedade. Goffman (2012) passou a entender que os quadros interpretativos são esquemas de interpretação que capacitam os indivíduos a localizar, perceber, identificar e rotular ocorrências relacionadas com suas vidas e com o mundo. Ainda assim, as suas contribuições para a sociologia da ação coletiva podem ser consideradas um legado improvável, pois para alguns autores a análise de Goffman jamais teve como foco os fenômenos políticos, uma vez que se baseou em análises de micro interação e não de grupos (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017, p. 149)

A primeira reinterpretação das análises de Goffman sobre os *frames* aconteceu pelo sociólogo William Gamsom, no início dos anos 1980. Este autor estudou a contestação política, na qual os indivíduos desafiavam a ordem colocada pelas autoridades. No estudo de Gamsom, as pessoas eram convidadas a participar do projeto de uma empresa que usava meios considerados como injustos para alcançar suas metas. Nesse estudo, o autor percebeu que

[...] a contestação da autoridade apenas foi possível quando os participantes puderam questionar a definição das situações proposta pelos empresários e, logo após, propor uma reinterpretação para os eventos que enquadrasse as definições prévias como injustas (SILVA, COTANDA; PEREIRA, 2017, p. 150).

O centro da contestação realizada pelas mobilizações coletivas estava baseado nos processos de construção e defesa das interpretações dos indivíduos. Dessa maneira se desenvolveu o conceito de *frame* até o fim dos anos 1980, quando uma nova abordagem passou a ocupar lugar central na compreensão dos movimentos sociais pelos estudos de David Snow e Robert Benford. Os autores retomaram o conceito de *frame* de Erving Goffman e tentaram compreender de que maneira a experiência coletiva era organizada e como os quadros interpretativos se tornavam orientação para os movimentos sociais (SNOW et al., 1986).

Os trabalhos de Snow e Benford (1986; 1988; 2000) deslocaram os *frames* de uma dimensão microssociológica, como foi pensado por Goffman (2012), para uma dimensão coletiva. Os autores estudaram esquemas de interpretação que capacitavam não apenas indivíduos, mas também organizações a formularem o problema social a ser enfrentado para mobilizar atores em direção à luta. A partir dessa releitura, os quadros interpretativos foram estendidos a atores coletivos e passaram a ser encarados como processo fundamental para a mobilização de membros no interior dos movimentos sociais.

Essa nova abordagem surgiu diante da incapacidade das teorias preexistentes de analisar apropriadamente as razões da militância e da resistência exercidas, dos motivos de crítica e de contestação das mobilizações coletivas nos anos 1980. Nutriu-se, portanto, das insuficiências apresentadas pelos teóricos dos movimentos sociais, especialmente os adeptos da Teoria da

Mobilização de Recursos, que investigaram a racionalidade estratégica dos atores sociais. Então, a reinterpretação analítica dos quadros interpretativos aos poucos compreendeu as interpretações de mundo dos movimentos sociais que denunciavam as injustiças e buscavam a reivindicação de direitos baseados em princípios éticos, cívicos, estéticos e jurídicos (SNOW, 2001).

A teoria do Comportamento Coletivo, com ressalva aos trabalhos de Herbert Blumer, e da Mobilização de Recursos ignoraram o que a lente analítica dos quadros interpretativos foram capazes de analisar por concentrarem seus esforços teóricos em considerações irracionais e organizacionais. Ambas rejeitaram, portanto, “a enorme variabilidade nos significados subjetivos que as pessoas atribuem às suas situações objetivas” (SNOW et al., 1986, p. 466. Tradução nossa). Os autores salientaram a importância dos quadros ao afirmarem que “a emergência de um significativo movimento social exige uma revisão na maneira pela qual as pessoas percebem condições problemáticas ou características de suas vidas, percebendo isso não mais como infortúnio, mas como uma injustiça” (SNOW et al, 1986, p. 466).

Em uma síntese sobre o conceito, Tarrow (2009, p. 143) identifica que os quadros interpretativos são definidos como um “[...] esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’ salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado[...]”. A elaboração de quadros contribui para a construção de esquemas interpretativos que possam fazer uma coletividade entender o mundo “lá fora”, através da identificação de estratégias pelas quais os movimentos sociais vinculam seus esquemas de interpretação à existência de visões comumente aceitas na sociedade.

### **2.1.2 Repertório**

Charles Tilly foi o responsável pela criação e dinamização do conceito de repertório. Os estudos deste autor com o uso do conceito de repertório também desafiaram as abordagens irracionais e organizacionais sobre os comportamentos coletivos e instauram uma abordagem que implicou e focalizou elementos eminentemente políticos e históricos. Tilly (1976) elaborou um modo de pensar as formas especificamente políticas de agir dos indivíduos. Seu conceito foi construído a partir de uma metáfora em relação à música, “repertório”, para designar o leque de opções pelas quais as pessoas agiam político e culturalmente num dado período histórico e de como o comportamento das pessoas mudava ao longo do tempo, adaptando as ações ao contexto no qual viviam. Os estudos do autor na França, por exemplo, identificaram uma mudança nos repertórios ocorridas na Borgonha, onde, em todos os aspectos observados após

a Revolução Francesa, houve mudanças nos repertórios de ação e Tilly afirmou: “em comparação com o significado de ação que prevaleceu antes da revolução, aqueles que surgiram no século XIX estavam menos ligados a uma base comunal” (TILLY, 1976, p. 29. Tradução nossa).

Embora as ações coletivas tivessem permanecido, os repertórios de ação coletiva se alteraram e se adaptaram ao novo contexto. No século XIX, Tilly identificou uma espécie de politização dos repertórios de ação coletiva por meio de novas formas de ação. O aparecimento das manifestações como formas de ação e as greves são um bom exemplo (TARROW, 2009).

Em estudos posteriores, Tilly (1981; 1984) identificou que os residentes da Grã-Bretanha e da França, no século XX, ainda utilizavam meios básicos de ação coletiva do século XIX. As formas de ação encontradas no século novo não adicionaram formas distintamente diferentes da matriz do século anterior: as manifestações, as greves, as reuniões públicas e várias outras formas da ação coletiva. O repertório da ação coletiva ganhava um caráter cumulativo e plurissecular, na medida em que abrangia cada vez mais um conjunto de representações ou modelos de ação inventados e desenhados em contextos históricos passados, disponíveis a grupos para se fazerem avançar suas ações.

Em seguida, Tilly (1986) definiu os repertórios de ação coletiva como um conjunto

[...] limitado de ações coletivas, ou seja, meios de agir em conjunto com base em interesses partilhados. [...] Estes diferentes meios de ação compõem um repertório, um pouco no sentido em que ouvimos no teatro e na música, mas que é bastante semelhante à da comédia da arte ou do jazz de um conjunto clássico. Sabemos mais ou menos as regras que são adaptadas ao objetivo perseguido. [...] o repertório em uso dita a ação coletiva” (TILLY, 1986, p. 541-542).

Os trabalhos de Tilly sistematizaram dados históricos sobre as maneiras de agir das pessoas em dois principais momentos: de 1632 a 1982 na França (TILLY, 1984); de 1831 a 1981, período que corresponde 150 anos de conflitos britânicos (TILLY, 1981). Seus estudos apontaram que em um primeiro momento havia distúrbios alimentares, atos de sabotagem de máquinas, conflitos em torno da extração de madeira, expulsão de coletores de impostos. Era o contexto de um mundo de camponeses. Em seguida, houve a multiplicação de greves, encontros, reuniões públicas e revoltas em um mundo urbano. Assim, os diferentes meios de ação que compõem o repertório correspondem às diferenças práticas dos sujeitos realizadores da ação coletiva entre a era moderna (1850) e a era contemporânea (1850-1980).

O repertório novo que surgia não levou ao desaparecimento das antigas formas de ação do século XVII e sua luta era pela expansão de direitos e maior acesso aos recursos,

possibilitando que “[...] operários, camponeses, artesãos, funcionários, escritores, advogados e aristocratas marchassem sob as mesmas faixas e confrontassem os mesmos opositores [...]” (TARROW, 2009, p. 65).

A partir do conceito de repertório, Tilly (1995) entendeu que as pessoas encontravam várias maneiras pelas quais podiam empregar seus recursos contra seus adversários para fins específicos, mas tais recursos eram limitados porque demarcavam um conjunto enumerável de maneiras de ação política inventadas historicamente. No entanto, o repertório não desaparecia e muito menos permanecia intacto no tempo, porque as pessoas sempre buscavam uma renovação em como agir, de acordo com os diferentes contextos, adicionando novos elementos de ação que tivessem sido bem empregados enquanto subtraía os menos eficientes. Assim, repertório é um conceito que até então tem se mostrado em constante transformação e se constitui como um conjunto de formas de ação que é familiar aos seus usuários (ALONSO, 2012), sendo um conjunto de rotinas apreendidas, colocadas em prática a partir de um processo deliberado de escolha contra seus adversários (TILLY, 1995).

Com o desenvolvimento dos estudos das mobilizações coletivas levada pela Teoria da Mobilização Política (GOHN, 1997), Tilly mudou a denominação do seu conceito de “repertório de ação coletiva” para “repertório de confronto” e modificou a definição do conceito em um novo trabalho, no qual entendeu que o repertório não é resultado de um ator singular, que pode possuir meios de ação para empregar estrategicamente, mas sim consequência de uma interação entre duas ou mais partes. Dessa maneira, os repertórios identificam

[...] um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertório são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta (TILLY, 1995, p. 26).

Os repertórios são indispensáveis na análise dos movimentos sociais, uma vez que as formas de ação por esse conceito descritas emergem na própria realização da ação coletiva. Tarrow (2009, p. 39) afirma que as pessoas não apenas agem coletivamente, mas agem por meio de repertórios. Elas “pedem, se reúnem, fazem greves, passeatas, ocupam recintos, interrompem o trânsito [...]” e, assim, para além do caráter político, também envolve um caráter cultural, na medida em que as pessoas não apenas fazem, mas sabem sobre como fazer na medida em que utilizam diferentes formas de ação em diferentes contextos e constituem-se como modelos práticos adotados e utilizados pelos movimentos sociais que são colocados em prática e reconhecidos como expressão de sua organização (DELLA PORTA E DIANI, 2006).

## 2.2 O MST NO CONTEXTO NACIONAL

A partir desse referencial teórico, o objetivo se direciona à análise do MST. A gênese desse movimento social está relacionada a pelo menos três fatores que modificaram o Brasil nos anos 1970: um socioeconômico; outro ideológico; e um relacionado com a redemocratização. O fator socioeconômico é correlato às transformações da agricultura brasileira a partir dos anos 1960 com a mecanização da agricultura da soja na região Sul do Brasil. Nesse contexto, a Revolução Verde inseriu inovações tecnológicas e transformações sociais na estrutura agrária por onde esteve presente. A introdução de uma agricultura capitalista mecanizada expulsou do campo grandes contingentes populacionais que não conseguiam competir com a produtividade em alta escala assegurada pela inserção das inovações. Além disso, vários agricultores que se inseriam no processo de mecanização enfrentaram várias dificuldades, dentre elas os endividamentos bancários, e não se adaptaram às novas técnicas de produção (STÉDILE, 2002; STÉDILE; FERNANDES, 2012).

O contingente populacional expulso do campo no Sul do Brasil nos anos 1970 se direcionou para dois caminhos: para a cidade, atraídos pelos trabalhos nas indústrias; e para a Amazônia, em pleno contexto de integração dessa região ao território nacional. Isso envolvia dois problemas. Primeiro, o processo de industrialização estava exaurido em razão da crise do endividamento brasileiro (SINGER, 1982) e, desse modo, “fechou” as portas ao contingente populacional que buscava trabalho nas cidades. Segundo, na Amazônia, os problemas que envolviam a terra faziam-se também presentes por meio de um sistema não equilibrado de ocupação, desenvolvido com interesses próprios e às margens do projeto de colonização oficial do Estado, e do intenso conflito pela posse da terra (MACHADO, 1995).

Esse caráter socioeconômico de transformação da agricultura no Brasil foi acompanhado pela luta de diferentes organizações coletivas para assegurar os direitos de pequenos produtores na terra, como por meio das ocupações de terra organizadas pelo Movimento de Agricultores sem Terra (MASTER) no Sul do país, a atuação da igreja católica e de partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Existiam também experiências de luta no Nordeste do Brasil, região na qual a modernização agrícola se fazia presente desde os anos 1950. Destacou-se, nessa região, a criação das Ligas Camponesas, em 1954, as quais entraram em “ilegalidade” após a Ditadura Militar.

Essas organizações foram importantes não só por estimular o potencial de lutas dos trabalhadores rurais, como também para desenvolver alternativas para que esses sujeitos

permanecessem resistindo à entrada do capitalismo no próprio lugar de origem. Assim, os sujeitos poderiam enfrentar os problemas locais, reforçar um caráter organizativo de luta e formar uma base social local ao invés de se deslocarem para as dificuldades socioeconômicas das cidades e para os problemas fundiários em outras regiões do país, como a Amazônia. Foi nesse sentido que se fortificou uma luta no Sul do país (STÉDILE, 2002).

O fator ideológico também foi importante para a gênese do MST. Em 1979, durante as primeiras articulações para oficializar o movimento, as primeiras lideranças do MST aproximaram-se da CPT, criada em 1975, em Goiás. O interesse das lideranças do movimento em aproximarem-se da comissão se justificava pela atuação de padres e bispos ligados à luta pela terra nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Eles

[...] discutiam com os camponeses a necessidade deles se organizarem. A igreja parou de fazer trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “espera que tu terás terra no céu”. Ao contrário, passou a dizer: “tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra”. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 22).

O enunciado expressa a importância que a igreja católica por meio da aplicação da Teologia da Libertação teve para a formação da organização e da resistência dos camponeses diante das transformações socioeconômicas no campo. Dessa maneira, o foco da CPT em organizar pessoas que estavam sofrendo violência em suas terras foi influência direta para a formação do MST, o qual seria oficializado no I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, em Cascavel (PR), em 1984.

Um terceiro fator para a formação do MST foi o da redemocratização do país após os anos 1970, contexto em que o movimento se aproximou de partidos políticos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esta aproximação sinalizava que a luta pela terra iria se somar às greves operárias de 1978 e 1979 ocorridas no ABC Paulista. Como resultado, em 1989, no V Encontro Nacional, o MST divulgou que sua luta tinha um caráter coletivo e de massas (MST, 1989), o que aproximou a luta de trabalhadores do campo e da cidade.

Em relação às características do MST, podemos destacar duas que são elementares. Em primeiro lugar, é importante compreender o caráter sindical do movimento. As famílias assentadas continuam lutando por créditos para a produção, estradas, habitação. Portanto, há um elo sindical para atender as necessidades dos assentados que não é rompido após a conquista da terra. A segunda é constituída por um elemento político. Nesse caso, não basta apenas a

conquista da terra, porque depois desse estágio, as famílias podem criar outros vínculos e não fazer parte da organização do MST.

O elemento político insere na organicidade<sup>2</sup> o entendimento de uma luta de classes entre os trabalhadores urbanos e os trabalhadoras rurais, os latifundiários e o Estado, este responsável por reproduzir os interesses das classes dominantes. Assim sendo, o Estado é percebido pelo MST como um inimigo, diante do qual o movimento não espera passivamente a concretização do direito contido na legislação. O MST cria uma proposta de Reforma Agrária<sup>3</sup> para atender as reais necessidades de seus participantes e de toda a sociedade. Portanto, é justamente esse elemento político que também garante a união entre as pessoas para lutar não apenas pela terra, mas pelo Projeto de Reforma Agrária do movimento. Segundo Caldart (2000), o elemento político do MST pode ser entendido pela própria denominação do movimento como uma organização de massas, na qual há uma combinação de características que se coloca como um dos fundamentos de sua identidade “sem-terra”.

Para garantir a perenidade da organização do movimento, suas lideranças desenvolvem alguns princípios organizativos, como: manutenção permanente da organização coletiva; divisão de tarefas; disciplina, no sentido de respeitar as decisões das instâncias (coordenação e direção); o estudo; e a formação de quadros.

Quanto à formação de quadros, estes são elaborados com o objetivo de interpretar os desafios sociais e apresentar soluções para os problemas identificados. Para tanto, os quadros precisam ser elaborados a partir de algumas diretrizes: partir da realidade dos próprios sujeitos, ou seja, dos trabalhadores e das trabalhadoras sem-terra; bem como partir de uma pedagogia, a qual não se concentra apenas para a descoberta de mecanismos sociais, mas também para um conhecimento técnico no domínio da agricultura. Como função fundamental, os quadros devem analisar os efeitos da aplicação da lógica do capitalismo no setor agrícola e na vida dos camponeses (HOUTART, 2007).

---

<sup>2</sup> A organicidade diz respeito ao funcionamento da estrutura organizativa por meio do debate e da tomada de decisão no conjunto das instâncias de representação (Congresso, Encontro, Coordenação e Direção [nacionais]; Encontro, Coordenação e Direção [estaduais]; Coordenação Regional e de assentamentos e acampamentos; núcleos de base), de acordo com Caldart, 2000. Os Setores de Atividades (secretarias nacional, estadual e regional; setor de frente de massas, de formação, de educação, de produção cooperação e meio ambiente, de comunicação, de finanças, de projetos, de direitos humanos, de saúde, de gênero; e coletivos de relações internacionais, cultura e mística) também compõem a organização do MST.

<sup>3</sup> A última proposta de reforma pode ser encontrada no atual Programa Agrário (2014).

O principal espaço para a formação dos quadros do MST em nível nacional é a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Criada entre os anos 2000 e 2005, a escola é voltada para a formação política de militantes de movimentos sociais do mundo todo. Com uma matriz teórica bem diversificada, a formação dos militantes perpassa procedimentos teórico-filosóficos do MST que compreende basicamente um conjunto de pensadores, como Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Ilitch Lênin, Anton Makarenko, Rosa Luxemburgo, Caio Prado Júnior, Josué de Castro, Paulo Freire e o próprio Florestan Fernandes (RIBEIRO, 2004). A formação de quadros pelo MST é um processo permanente para manter a consciência como uma “força dinâmica, que precisa ser estimulada e alimentada permanentemente” (BOGO, 2007), sendo fundamental para preparar novas gerações de militantes a fim de que estes sigam dando continuidade à luta do movimento.

Os debates em torno das demandas do MST em esferas locais e nacionais é colocada em pauta por meio de uma agenda de lutas. Os Encontros Nacionais e o Congresso Nacional são momentos de definição das conjunturas políticas e estruturais da sociedade. O Encontro Nacional é celebrado a cada dois anos. Os encontros locais, regionais e estaduais são realizados todo ano. Já o Congresso Nacional é realizado a cada cinco anos. Além dessas instâncias de representação, existem também encontros que acontecem sem uma ordem cronológica em espaços e tempos diferentes, de acordo com a necessidade de cada localidade. De acordo com Fernandes (2010), esses encontros e congressos são momentos em que se realizam os planejamentos e a decisão política pelo MST, além de espaço de festejos, confraternização e de difusão da cultura da base desse movimento.

### **2.2.1 Repertórios de ação coletiva desenvolvidos pelo MST**

Nesta subseção, foram apresentados os elementos que constituem o referencial teórico desta pesquisa em relação ao objeto de estudo, o MST. Veremos que as formas de ação que constituem os repertórios de ação desse movimento social são diversificadas. Realizou-se também uma apresentação em relação aos símbolos utilizados por esse movimento social, além de sua organização no contexto nacional e em contextos locais.

Os repertórios de ação coletiva do MST são utilizados tanto como meio para se obter os objetivos almejados por esse movimento social como para dar visibilidade às suas causas e à injustiça na sociedade. Eles representam maneiras de pressionar as autoridades para canalizar demandas, além de chamar a atenção de toda a sociedade para a importância da reforma agrária.

Quem olha para as ações do MST vê se transformarem em lutadores seres humanos que o capitalismo já imaginava ter excluído definitivamente. Talvez seja esta

radicalidade, da luta, do jeito e de quem a faz, o que provoca na sociedade tomada de posição imediata: as pessoas são contra ou são a favor das ações do MST; mas de modo geral não costumam ficar indiferentes a elas (CALDART, 2000, p. 208).

Em suas formas de ação, o MST reafirmou as *ocupações coletivas* como o principal meio para lutar pela terra. As ocupações geralmente ganham a forma de acampamentos e abrangem várias dimensões sociais com objetivo de construir uma sociedade mais justa e fraterna (MST, 2014). No cotidiano dos acampamentos, as metas do MST se relacionam com a produção, educação de crianças, jovens e adultos, saúde, cultura etc. Dessa maneira, esse movimento social amplia a luta para além do objetivo de conquistar da terra e desenvolve em seus participantes o reconhecimento de direitos de uma humanidade plena que não são garantidos pelas autoridades (CALDART, 2000).

As ocupações em fazendas improdutivas buscam exercer pressão para que tais áreas cumpram a sua função social, de acordo com a Constituição Federal de 1988. Dessa maneira, o MST pressiona os poderes executivo, legislativo e judiciário como forma para que estes mobilizem os instrumentos legais para desapropriar áreas improdutivas e reassentem famílias sem-terra nas terras da reforma agrária.

Com o mesmo objetivo, os repertórios de ação coletiva do MST passaram a se voltar para *espaços públicos*, com o objetivo de se voltar à opinião pública, ganhar maior visibilidade e pressionar diretamente as autoridades que se ocupam da reforma agrária para fazerem cumprir realmente a aplicação da função social da terra. Quando essas ações não são eficazes, aciona-se a *formação de acampamentos na beira de estradas*, também podendo ser com o mesmo objetivo ou por outros afins. Assim, esse movimento pressiona diretamente a INCRA, as prefeituras locais e o governo de maneira geral.

De acordo com Fernandes (2010), na execução das ocupações,

[...] o sem-terra podem realizar diferentes formas de estabelecimento na terra. Em algumas experiências, ocupam uma faixa de terra e prosseguem com as negociações, reivindicando desapropriação da área. Em outras, ocupam a terra, dividem-na em lotes e começam a trabalhar; noutras, ainda, demarcam uma única área e plantam coletivamente. Por mais que se tenha planejamento, a ocupação da terra é sempre um devir incerto, tendo em conta os variados contextos e as distintas transformações de cada conjuntura. [...] cada ocupação tem sua singularidades e desafios próprios (FERNANDES, 2010, p. 180).

Os acampamentos variam de tamanho e são compostos por um conjunto organizativo criado pelo próprio movimento. Geralmente a divisão interna acontece em grupos de família as quais se dividem por tarefas específicas em relação a setores, como para a produção de alimentos, saúde, educação, segurança, comunicação entre outros. Existem ainda os

coordenadores, estes responsáveis pela supervisão das tarefas e por representarem os grupos de famílias nas assembleias locais.

Assim, podemos considerar que existem dois tipos de acampamentos: os temporários, que objetivam chamar a atenção das autoridades em geral por meio de ocupações de prédios públicos e rodovias, por exemplo, e que são dissolvidos quando uma demanda mais imediata é negociada com as autoridades; os permanentes, de outro modo, são dissolvidos apenas quando todas as famílias são estabelecidas definitivamente como assentadas. No entanto, esse tipo de acampamento geralmente é alvo da Polícia Militar, a qual chega com mandato de reapropriação de posse para despejar as famílias, o que não garante que o acampamento seja dissolvido, uma vez que após o despejo, quando este acontece, as famílias geralmente retornam à área ocupada. Um exemplo quanto a isso pode ser o atual Acampamento Hugo Chávez, no Sudeste do Pará, que foi alvo de uma desapropriação em fevereiro de 2018 pela polícia e, como consequência, ficaram acampados em um assentamento do MST próximo, o Assentamento 26 de Março. Mas as famílias retornaram para o acampamento e foram desapropriadas novamente no final do mês de julho desse mesmo ano.

As *marchas* são outras formas de ação que constituem os repertórios de ação coletiva do MST para exercer pressão no governo e adquirir novos participantes para as suas causas. Nas marchas, o MST chama a atenção da sociedade das instituições governamentais para os problemas enfrentados no campo brasileiro. As marchas geralmente ocorrem em rodovias e envolve não apenas militantes do movimento, mas também simpatizantes. Uma marcha organizada por esse movimento no ano de 1997 é exemplar quanto a isso. Ela contou com a participação de aproximadamente 1.300 pessoas, de vários estados do Brasil. Um grupo de aproximadamente 600 pessoas saiu de São Paulo; outro saiu de Governador Valadares (MG) com aproximadamente 400 pessoas do Rio de Janeiro, Bahia e Espírito Santo; enquanto outro partiu de Rondópolis (MG) com quase 300 pessoas do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e de Rondônia e Goiás. Quando os manifestantes chegaram em seu destino no dia 17 de abril de 1997, foram recebidos por aproximadamente 100 mil pessoas de várias outras regiões do país. Existiu um caráter simbólico em Brasília que não se deu apenas pela reivindicação por reforma agrária, mas principalmente pela comemoração da primeira vez do Dia Internacional da Luta Camponesa e pela indignação diante do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido um ano antes.

No dia 02 de maio de 2005, outra marcha nacional do MST atraiu muitas pessoas. Cerca de 12.000 trabalhadores rurais, levando bandeiras vermelhas em um fila organizada de cinco

quilômetros (CARTER, 2010), seguiram em uma longa marcha durante 16 dias, cruzando o cerrado brasileiro até chegar em Brasília. As vestimentas, as canções, os gritos de ordem caracterizavam a performance desse movimento. Segundo Carter (2010), a marcha de 2005 foi fundamental para mobilizar potenciais adeptos, como alguns intelectuais e grandes lideranças políticas. Nas paradas diárias para descanso, o MST organizava debates a respeito da conjuntura política do Brasil e sobre temas relacionados à reforma agrária, a qual se configurou como sua reivindicação principal. Além disso, aconteciam as “noites culturais”, com apresentação de música, dança e poesia dos integrantes do movimento, momento no qual se difundia a mística.

Outras importantes ações são as *petições*, como as que foram apresentadas pelas lideranças do MST aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados a respeito da reforma agrária e da violência no campo durante as reuniões em Brasília em 2005. As petições conduzem os interesses reais do MST em relação a desapropriação de áreas que estão ocupadas, por exemplo, e para um real projeto de reforma agrária que garanta a distribuição da terra para os que estão vivendo em acampamentos. Outras formas de declarações formais são os *discursos públicos* de lideranças nacionais desse movimento. A comunicação para grandes audiências também passa pelo *uso da mídia*, muitas vezes complementados com o uso de folhetins informativos, eventos nacionais e estaduais e por demandas inseridas em seu endereço eletrônico.

A *mística* passou a assumir importância no MST por desenvolver a emoção em seus participantes, envolver as pessoas para que elas refletissem sobre o contexto social e político no qual viviam, possibilitando uma crítica à própria realidade. Portanto, a mística do MST, com o objetivo de atingir seus participantes, é relacionada com os aspectos sociais em que as pessoas realizam a vida. Por isso, ela “existe na organização e, além de ser formativa (por elencar momentos históricos vividos por sujeitos que lutam em prol de uma causa social), desenvolve no sujeito outra concepção de mundo” (PEREIRA, 2014, p. 295).

Coelho (2010) desenvolveu a ideia de que a mística religiosa do MST provavelmente tenha surgido em decorrência da aproximação do movimento com os líderes religiosos da CPT. Assim, as cerimônias religiosas, como a Romaria da Terra realizada com 20.000 pessoas no Rio Grande do Sul no ano de 1992, passaram a simbolizar não apenas a reflexão sobre a luta pela terra, como também a função de agregar o binômio Fé e Política para legitimar suas práticas e estimular os sujeitos a crerem em seus projetos. Assim, no caso específico da Romaria de 1992, entende-se que o MST levou os trabalhadores a não perderem a fé diante dos conflitos pela terra e introduziu a mística como elemento de organização do “coletivo”.

**Figura 5:** Romaria da Terra no Rio Grande do Sul no ano de 1992. **Figura 6:** Enterro dos assassinados no Massacre de Eldorado do Carajás.



Fonte: Ondetti, Wambergue e Afonso (2010).

As místicas acontecem em qualquer espaço e situação e é realizada por sujeitos que se sentem à vontade, contou-me um entrevistado no Assentamento 26 de Março. No Pará, um dos momentos mais marcantes, foi a mística realizada no enterro dos 19 sem-terra mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás, no qual os participantes do movimento entoaram gritos de revolta contra a impunidade aos que tombaram na luta pela terra.

De acordo com Santos (2010), a mística faz parte de um processo de construção de uma identidade coletiva, por meio de significados que conservam algum elemento da realidade dos sujeitos que a realizam. Portanto, a mística é capaz de propiciar a reflexão pelos sujeitos que nela participam, funcionando como uma injeção de ânimo para desenvolver os sentimentos necessários para que as pessoas ajam coletivamente. Na compreensão do próprio MST, a mística é a razão de sua persistência: “só uma mística forte [nos] leva a lutar por algo mais que objetivos imediatos e dá força e sentido para lutar, apesar das derrotas, aprender com elas e torna-se mais forte para conseguir vitórias” (MST, 2001). Portanto, a mística reforça a persistência e, ainda que se tenha alcançado o que é necessário (objetivos imediatos), permite que a luta nunca perca a motivação.

As *vigílias* são formas de ação de curto prazo utilizadas, mas são mantidas as 24 horas do(s) dia(s) do lado de fora de construções públicas, sempre pressionado as autoridades para que estas garantam os direitos sociais ao movimento. No dia 8 de março de 2008, por exemplo, uma mulher do MST se manteve em pé em frente ao prédio de uma companhia brasileira de agroquímicos, Nortox, no estado do Paraná, para protestar contra o avanço do *agrobusiness*, a produção de transgênicos e de agrotóxicos. Esse protesto envolveu aproximadamente 700 militantes do MST e teve o lema “Mulher sem Terra em Defesa da Vida, Água, Biodiversidade e Soberania Alimentar. Atualmente, várias vigílias foram organizadas pelo MST, com destaque

para as que aconteceram no Nordeste brasileiro, desde a prisão do ex Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

O MST também realiza grandes demonstrações públicas para atrair a atenção e ganhar visibilidade. Nelas, geralmente seus participantes carregam símbolos junto com a reivindicação. As pessoas usam camisas do MST, chapéus, bandeiras, cantam, recitam poemas entre outras coisas. Esse fato merece uma atenção mais detalhada à utilização dos símbolos utilizando por esse movimento social.

### 2.2.2 Difusão de símbolos pelo MST

Os participantes do MST espalham não apenas a revolta e a indignação através da utilização de suas formas de ação em suas diversas formas de manifestação, mas difundem os símbolos criados pelos líderes do movimento. Assim, seus participantes usam vestimentas específicas como camisas e bonés, recitam poemas, inserem barracas de lona preto em seus acampamentos etc. As barracas de lona preta montadas nos acampamentos, por exemplo, passaram a simbolizar a luta contra o latifúndio, as injustiças sociais e se tornaram símbolos da luta cotidiana desse movimento social (LOERA, 2009). Assim, elas passaram a simbolizar não apenas uma forma de manifestação e de tentar atrair a atenção da sociedade e das autoridades para a situação das famílias acampadas, mas a transição do acampamento para o assentamento, ou seja, o caminho necessário a ser percorrido para a conquista da terra e da reforma agrária.

Outro exemplo é a bandeira do MST.

**Figura 7:** Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.



Fonte: <<https://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>>. Acesso em: 07 mar. de 2017.

A bandeira carrega significados capazes de sensibilizar seus participantes. A cor vermelha, por exemplo, significa o sangue que corre nas veias de todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais enquanto a cor preta nas cores das letras simboliza o luto pelos homens e mulheres que tombaram na luta pela terra. A imagem do homem e da mulher se refere à necessidade de construção de uma luta democrática, de direitos iguais, o verde exemplifica a atuação do movimento em quase todo o território brasileiro e o verde faz referência a cada latifúndio conquistado.

O Hino do MST também é importante para compreender a difusão de símbolos desse movimento, uma vez que reforça a necessidade do “coletivo” e incentiva seus participantes a continuar diariamente na luta pela terra.

Segundo Tarrow (2009), os símbolos utilizados pelos movimentos sociais são acionados em um processo deliberado de escolha para fazer a mediação do entendimento cultural do grupo que se pretende mobilizar. Dessa maneira, quando as pessoas são mobilizadas, há uma tendência que elas adotem os símbolos em suas ações coletivas. No caso dos símbolos do MST, eles mantêm um caráter de injustiça e de contestação com o objetivo de despertar os sentimentos dos sem-terra para a ação coletiva.

Do ponto de vista teórico, entendo que a criação de símbolos pelo MST pode ter fortalecido entre seus participantes um *esprit de corps*, que permite que os sujeitos da ação coletiva,

[...] na presença uns dos outros, [sintam-se] à vontade e como camaradas. Quebra a sensação de estranheza, de diferença e a alienação desaparece. Sob tais condições, as relações tendem a ser de cooperação em vez de competição pessoal. O comportamento de um tende a facilitar a liberação do comportamento por parte de outros, em vez de tender a inibir o comportamento (BLUMER, 1995 [1951], p. 67. Tradução do autor).

Assim sendo, os símbolos funcionam como mensagens simbólicas para despertar as emoções e as ideias das pessoas diante das injustiças em que vivem e impulsionar a ação coletiva. Além disso, garante solidariedade e persistência entre os participantes da ação coletiva e impede que as ações sejam esporádicas. Essa é uma das maneiras pelas quais podemos entender a longevidade do MST e o pertencimento das pessoas com relação ao movimento, pois os símbolos as unem e fazem com que permaneçam juntas ao longo do tempo, que compartilhem experiências comuns e identifiquem-se entre si de alguma maneira. Assim, o MST mobiliza um consenso e estimula o sentimento de pertença a um grupo social, os “sem-terra”.

A partir do referencial teórico sobre os movimentos sociais, considera-se que o MST realiza um enquadramento simbólico com o objetivo de criar um sistema de crenças mobilizador que apoia a ação coletiva. Segundo Snow e Benford (2000), essa é uma das coisas que os movimentos sociais fazem: um “enquadramento”

[...] para definir um trabalho de atribuições de significados [...] dão sentido a eventos e condições relevantes e interpreta-os segundo formas que se destinam a mobilizar potenciais adeptos [...] para conquistar o apoio de espectadores e para desmobilizar antagonistas (SNOW; BENFORD, 2000, p. 198).

Os enquadramentos simbólicos assumem importância por serem um esquema interpretativo desenvolvido pelos movimentos sociais para a mobilização de potenciais adeptos e para a desmobilização de antagonistas. Portanto, defende-se a ideia de que o MST não apenas confronta, mas também cria símbolos e os socializa durante as manifestações para conduzir a ação coletiva.

### **2.2.3 Organização do MST**

Atualmente, a estrutura organizativa do MST pode ser resumida em três partes que interagem entre si. A primeira se refere às instâncias de representação: Congresso Nacional, realizado a cada cinco anos, Encontro Nacional, realizado a cada dois anos, Coordenação nacional, Direção Nacional, Encontro Estadual, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenação Regional, Coordenação de Assentamento, Coordenação de Acampamentos e Núcleos de base. A segunda é caracterizada pelos setores de atividades, desenvolvidos pelas secretarias nacional, estadual e regional, Setor de Frente de Formação, Setor de Educação, Setor de Produção, Setor de Comunicação, Setor de Saúde, Coletivo de Mística, Coletivo de Cultura entre outros. Por último, existem as organizações formais, a exemplo da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB), e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Estas organizações foram criadas para operar por objetivos específicos e canalizar recursos para a viabilização de projetos principalmente em assentamentos. Nesses espaços acontecem a formação política e a elaboração de políticas agrícolas para as áreas de influência do MST, o que garante um corpo de militantes criado pelo próprio movimento para que estes sujeitos criem os meios necessários para colocar em prática o projeto de reforma agrária do movimento – analisado mais adiante.

De acordo com Fernandes (2010), as instâncias de representação são constituídas por diferentes espaços, tais como núcleos, coordenações, direções, encontros e Congresso Nacional. Uma instância elege ou indica membros de outra instância, processo no qual é fundamental a

existência dos núcleos de base, constituídos por famílias acampadas e assentadas, as quais elegem suas coordenações, estas, por sua vez, elegem as coordenações regionais que, por sua vez, elegem as coordenações estaduais. Os representantes da coordenação nacional, por sua vez, são eleitos pelos coordenadores estaduais. Em nível cotidiano, as decisões são tomadas nos núcleos de base e nas coordenações dos acampamentos e assentamentos.

Conforme o exposto, pode-se perceber que a estrutura organizativa do MST é plural e ampla. Plural porque apresenta uma característica tanto informal como formal. Ampla porque garante a organização dos mais variados temas, como educação, saúde, formação etc. Outra característica fundamental é sua flexibilidade, pois está presente em diferentes regiões e em diferentes acampamentos e assentamentos.

### **3 CONTEXTUALIZANDO O DEBATE: A CONSTRUÇÃO DE UMA OLIGARQUIA AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA EM MARABÁ**

A fim de contextualizar o debate acerca dos movimentos sociais, especialmente do MST, no Sudeste do Pará, buscou-se resgatar os acontecimentos históricos que influenciaram vários grupos sociais a se manifestarem em defesa de seus interesses diante de várias estratégias políticas e econômicas de vários grupos de políticos, comerciantes e representantes das distintas faces do capitalismo nesta mesorregião. Para tanto, neste capítulo, analisou-se o processo de ocupação e formação de Marabá e, como resultado, as cobiças estabelecidas nesse município. Tal análise assume importância por contextualizar a luta pela terra no Sudeste do Pará e o próprio Assentamento 26 de Março.

A história de Marabá teve início com a criação da Colônia Agrícola de Itacaiúnas, em 1895, quando Carlos Gomes Leitão, então deputado estadual em Goiás, teve conflitos de interesses políticos em Boa Vista do Tocantins (GO) com o intendente local Francisco Maciel Penha no final do século XIX. Derrotado politicamente, Gomes Leitão desceu o Rio Tocantins e chegou ao Rio Itacaiúnas em 1894 liderando um contingente de criadores e comerciantes no contexto em que o Estado do Pará tinha plena autonomia de dispor de terras devolutas em seu território, de acordo com a Constituição Republicana de 1891. Nesse contexto, o então governador Lauro Sodré foi selecionado pelo Congresso Estadual do Pará para um mandato de cinco anos, até fevereiro de 1897, para criar um projeto de colonização agrícola com o objetivo de suprir a “decadência agrícola paraense”. Dessa maneira, Gomes Leitão e Lauro Sodré estabeleceram um contrato de caráter comercial para criar a Colônia Agrícola de Itacaiúnas (EMMI, 1987).

Em 1896, a Colônia Agrícola de Itacaiúnas era composta por 55 famílias, que viviam da agricultura, produção de farinha e extração da castanha-do-Pará. Seu início teve como resultado o povoamento da margem esquerda do Rio Tocantins, atual bairro Velha Marabá. Os interesses iniciais voltados para a agricultura duraram até 1897 quando Gomes Leitão e Antônio Pimentel, com alguns outros comerciantes em expedições em busca dos “campos gerais” para a criação do gado, encontraram os “campos” e também árvores de caucho (*Castilla ulei*), que seriam exploradas para a produção da borracha (WEINSTEIN, 1993).

De acordo com Emmi (1987), a descoberta das árvores de caucho em Itacaiúnas, em pleno contexto da economia da borracha na Amazônia, ocasionaram uma reconfiguração ocupacional da colônia após a chegada de maranhenses, goianos e cearenses, que chegaram ao Pará com o objetivo de explorar as árvores de caucho. Além disso, a extração destas introduziu

alterações nas relações produtivas pré-existentes. Diante dessas consequências, e com os problemas contratuais entre Carlos Gomes Leitão e o Governo do Estado do Pará em relação à colônia agrícola, houve uma lenta desagregação do povoamento inicial.

De acordo com Velho (2009), a descoberta das árvores de caucho foi o principal motivo para a desagregação da colônia agrícola, pois ela oficializou o desinteresse de Gomes Leitão pelo cumprimento do contrato e o motivou a investir esforços na exploração do látex. O que se assistiu, desde então, foi a desagregação da colônia após o deslocamento das pessoas para a área de concentração das árvores de caucho, próxima a foz do rio Itacaiúnas, onde se originou uma aglomeração que deu início ao atual município de Marabá, hoje atual bairro Marabá Pioneira.

A desagregação da colônia teve como resultado a criação do município de Marabá em 1913. Emmi (1987) indica que a desagregação da colônia e a criação do município resultou de um processo de organização política entre os comerciantes goianos liderados por Gomes Leitão e alguns comerciantes maranhenses que haviam chegado na Colônia Agrícola de Itacaiúnas após a descoberta das árvores de caucho. No entanto, os interesses desses comerciantes colidiram com a atuação do Estado, que empossou uma junta governativa para administrar o município. Além de políticos, os administradores, como o Capitão Afro Sampaio e o Coronel João Anastácio de Queiroz, eram comerciantes. Dessa maneira, o Estado demarcou o enfraquecimento de Carlos Gomes Leitão em Marabá e iniciou uma oligarquia agrária que se consolidou pela apropriação da terra, facilitada pela sua posição hierárquica administrativa (WEINSTEIN, 1993; EMMI, 1987).

Conforme o exposto, desde a influência de Carlos Gomes Leitão, o poder econômico formado em Marabá esteve associado às potencialidades naturais da região, o que requeria o controle da terra. Segundo Weinstein (1993), Gomes Leitão foi decisivo, juntamente com outros comerciantes, para efetivar uma mudança no valor de uso da terra: de uma lógica que atendia aos interesses do pequeno produtor para uma lógica em que prevalecia o valor de troca dos comerciantes. Foi dessa maneira que as áreas foram apropriadas e a extração do látex adquiriu funções meramente econômicas sob o controle dos comerciantes os quais imprimiram uma relação social baseada na exploração.

Mas Marabá não desfrutou do período de longa duração da economia baseada na extração do látex. Em 1919, em um cenário economicamente tímido, em função da queda do preço da borracha no mercado internacional, eram evidentes vários problemas econômicos associados a problemas políticos no Pará. Em função disso, houve uma necessidade de

reorientar os interesses comerciais para outras atividades econômicas, tendo maior relevância econômica a extração da castanha (EMMI, 2002).

A atividade econômica baseada no extrativismo da castanha-do-Pará permitiu a continuidade do controle das oligarquias agrárias após o enfraquecimento econômico da borracha e permitiu que a economia de Marabá continuasse girando em torno do extrativismo.

Com o sucesso da castanha no mercado exterior e a queda do preço da borracha, o capital mercantil liberado e tornado ocioso se volta para a castanha, passando a reproduzir na extração desta, essas formas de exploração similares à extração da borracha (EMMI, 1987, p. 70).

Como resultado, criou-se um perfil de relações sociais em Marabá similares à época da economia da borracha: a das pessoas com a natureza, da qual extraíam os meios necessários à sobrevivência; e das relações produtivas, que reproduziam a exploração na qual os interesses pelo lucro se sobrepuseram sobre a produção dos pequenos coletores. De acordo com Emmi (1987), havia uma divisão interna do trabalho entre o comerciante e o coletor que se materializava na presença do barracão, o qual indicava que o castanhal<sup>4</sup> tinha um dono. As relações sociais de trabalho sempre beneficiavam o comerciante dono do castanhal, que se apropriava da castanha por meio de uma troca obrigatória e desigual com os coletores. Algumas vezes a troca era antecipada antes mesmo do coletor se embrenhar na mata. Quando o coletor ia para o castanhal, ele já havia recebido o dinheiro ou, na maioria das vezes, a própria mercadoria de que precisava e antecipava uma dívida antes de entregar sua produção ao comerciante. O dono do castanhal decidia o valor do hectolitro da castanha, geralmente com um preço muito elevado aos seus custos normais, o que criava as condições para que o coletor ficasse endividado em uma relação conhecida como sistema de aviamento (EMMI, 1987).

Essas relações sociais produtivas aconteciam no contexto em que os castanhais eram exploradores de maneira livre. Os castanheiros pagavam uma taxa de inscrição à prefeitura local e ficavam autorizados a coletar uma quantidade específica de castanha. No entanto, embora recebesse a denominação “livre” ou “castanhais do povo”, a exploração não foi totalmente isenta de relações desiguais entre o coletor e os comerciantes na medida em que estes últimos controlavam a comercialização da castanha e subordinavam a produção dos coletores, que eram obrigados a estabelecer relações comerciais desiguais. Caso contrário, de acordo com Loureiro (2004), a comercialização sem a relação com os comerciantes era muito difícil ou pouco provável. Alguns coletores que se destinavam a essa tarefa, passavam dias embrenhados na floresta até alcançar o primeiro ponho comercial. Garantidos por lei, os castanhais “livres”

---

<sup>4</sup> Áreas delimitadas nas quais se encontravam grandes quantidades de castanheiras.

foram concedidos entre os anos 1920 e 1960, porém essa forma de apropriação coletiva dos recursos naturais passou a ser disciplinada pelo Estado ao passar dos anos para favorecer a oligarquia agrária local (EMMI, 2002).

Alguns representantes da oligarquia agrária em Marabá não eram apenas comerciantes, mas proprietários de barcos usados no transporte da castanha. Em consequência, tinham o controle da exploração da castanha e de parte considerável do comércio alimentício. Como já controlavam os meios de transporte, faltavam apenas as condições para que esses grupos exercessem a dominação política e econômica local: o domínio dos castanhais (EMMI, 2002). Foi então que a partir de 1925 a produção da castanha-do-Pará foi totalmente incorporada pelo Governo do Estado do Pará a um controle político, que resultou do fortalecimento econômico dos comerciantes de Marabá, por meio do sistema de arrendamento<sup>5</sup>, o qual se

[...] constituiu como arma usada pela oligarquia para exercer o poder político e econômico sobre alguns médios e pequenos produtores que se dedicavam à coleta da castanha. O arrendamento acabou na prática com a “extração livre” e interessou de modo especial para a oligarquia como forma de monopolizar o comércio da castanha (EMMI, 2002, p. 6).

Por meio do aluguel da terra no período de uma ou mais safras da castanha-do-Pará ao governo, o sistema de arrendamento garantiu aos comerciantes o domínio sobre a terra e tornou mais fácil elevar as relações de exploração para um nível político. Esse sistema foi criado com o objetivo de controlar a exploração “livre”, que era incompatível com os interesses econômicos dos comerciantes. Não seria possível a oligarquia agrária assegurar o domínio dos castanhais e consequentemente se fortificar economicamente se os coletores tivessem plena autonomia para explorar a castanha. Com os arrendamentos, tentava-se garantir o prolongamento do controle local a partir de um sistema que assegurava o domínio fundiário aos comerciantes. Nesse cenário, a necessidade pelo domínio da terra conduziu os comerciantes ao controle político de modo que o domínio fundiário fosse legitimado (EMMI, 1987; VELHO, 2009a).

Concomitantemente aos arrendamentos, os castanhais “livres” permaneciam garantidos por lei. No entanto, gradativamente perdiam força diante da consolidação econômica e política da oligarquia agrária local. No decorrer dos anos 1930, os arrendamentos se constituíram como o principal meio para garantir aos comerciantes o poder político e econômico sobre os pequenos produtores que se dedicavam à coleta da castanha-do-Pará.

---

<sup>5</sup> Os interessados entravam com um pedido de concessão aos prefeitos ou intendentess locais alegando que passariam algum tempo no município e tinham interesse em explorar os castanhais. Muitas vezes, denunciavam irregularidades cometidas por quem havia explorado o castanhal anteriormente como forma de legitimar seu pedido. Os pedidos eram encaminhados ao governador ou interventor do Estado, que transferia ou não a área ao interessado (EMMI, 2002).

Esses grupos eram constituídos por políticos locais e troncos familiares. Segundo Emmi (1987), era possível identificar pelo menos três grupos de comerciantes da castanha no final dos anos 1920: os Chamon, irmãos de origem libanesa que chegaram em Marabá no início do século e controlaram grande parte da produção de castanha em Marabá até 1925; A. Borges & Cia., uma firma de Belém representada em Marabá pela Casa Medeiros; e Dias & Cia, representada pelo chefe político municipal João Anastácio de Queiroz. Estes últimos compraram o comércio dos Chamon no fim dos anos 1920 e permaneceram em Marabá até 1940. Com menos importância nesse cenário econômico, apareceram também a família Almeida, comerciante local da castanha, e a família Mutran, de origem sírio libanesa, no final dos anos 1920. Ambas se consolidaram nas décadas posteriores.

No fim dos anos 1930, a estrutura econômica mundial afetou diretamente a posição dos troncos familiares em Marabá. O comércio da castanha-do-Pará atravessou uma crise, em razão do início da Segunda Guerra Mundial, pois a demanda pelo produto caiu consideravelmente e restringiu a exportação. Alguns troncos familiares, como A. Mourão & Cia. e Dias & Cia. retiraram suas firmas de Marabá e passaram a controlar o comércio do diamante e do cristal de rocha, encontrado em Marabá e com importância estratégica para a II Guerra Mundial. No entanto, após o fim da guerra, o mercado externo da castanha reapareceu recuperado e renovado. Nesse momento, a família Mutran deixou de prestar serviços à firma Borges & Cia. e passou a realizar a relação de aviamento com os produtores aproveitando o espaço deixado após a saída das principais firmas do comércio da castanha. Isso garantiu aos Mutran o reposicionamento na política local e a gradativa concentração de terras no decorrer dos anos 30 e 40 (EMMI, 2002).

A partir de 1954, a Lei nº 913/54 generalizou os aforamentos permanentes como maneira principal de aquisição dos castanhais. Essa forma de apropriação da terra foi resultado de uma pressão exercida pelos comerciantes de Marabá ao Estado. Eles reivindicavam uma apropriação permanente dos castanhais até conseguirem a conversão dos arrendamentos em aforamentos. Diferentemente dos arrendamentos, o castanhal adquirido pelo aforamento poderia ser explorado durante um período de 99 anos, a partir de uma cláusula contratual entre o interessado e o Estado. Como as cláusulas dificilmente eram observadas, os foreiros tornavam-se os “donos” dos castanhais (EMMI, 2002).

Os aforamentos no Pará abrangeram um período de concessão de terras entre os anos 1955 e 1966, sendo 70% destinadas à Marabá (EMMI, 2002). Nesse período, pôde-se evidenciar o apogeu econômico de duas principais famílias no comércio da castanha: Mutran e

Almeida. A primeira concentrou aproximadamente 45.135 hectares de castanhais em Marabá e em São João do Araguaia; a segunda, por meio de Nilo Alves de Almeida, conseguiu o título de aforamento para extrair castanha-do-Pará no Castanhal Cabaceiras, atual Assentamento 26 de Março, com uma área aproximada de 10.000 hectares no ano de 1959 (IFPA, 2012).

Em face do exposto, entende-se que as terras em Marabá foram gradativamente apropriadas por comerciantes locais que detinham o monopólio comercial, o controle político e a influência econômica desde a formação do município. Dessa maneira, presenciou-se a contínua redução das áreas de uso comum, como os castanhais “livres”, e o progressivo aumento dessas áreas ao controle da oligarquia agrária local, que utilizou os arrendamentos e os aforamentos como estratégia para controlar a terra e a produção dos pequenos produtores. Portanto, até então estava formado um quadro fundiário baseado em uma economia extrativista mercantil, na qual a oligarquia agrária local teve pleno domínio.

### 3.1 DO CAPITAL MERCANTIL AO CAPITAL FINANCEIRO-INDUSTRIAL: AS MUDANÇAS NO QUADRO FUNDIÁRIO DE MARABÁ

Até a transformação econômica acontecer na Amazônia, vários grupos sociais haviam se estabelecido no Sudeste do Pará por meio de uma “recampesinização” (COSTA, 2012a). A população que se sustentava basicamente da extração dos recursos naturais como a borracha e a castanha se viu diante de uma investida de grupos econômicos que tinham o objetivo de apropriar as áreas para, assim, exercer o monopólio comercial. Em muitos casos, quando expulsos ou mesmo com o enfraquecimento de tais atividades econômicas, esses grupos de pessoas fizeram roças e estabeleceram o cultivo de várias culturas. Dessa maneira, elas estabeleceram práticas produtivas e um modo de vida vinculada ao campesinato.

Mas os anos que se sucederam após 1950 anunciaram e concretizaram mudanças decisivas que afetaram diretamente não apenas a estrutura agrária do Sudeste do Pará, mas também os grupos sociais que se estabeleceram nessa mesorregião. Nesse contexto, o Estado brasileiro articulou uma relação com o capital internacional e reforçou a expansão do mercado capitalista para dentro de seu território no qual a região amazônica, até então “desintegrada” ao restante do país, assumiu devida importância.

Com a abertura da Belém-Brasília (BR-010), pode-se considerar uma primeira etapa de integração (não oficial), na qual houve um fluxo migratório considerável para o Sudeste do Pará. Segundo Octavio Ianni, o início dos anos 1950 foi o contexto em que os posseiros chegaram na Amazônia.

No sul do Pará, norte de Goiás e Mato Grosso, no Maranhão, Rondônia, Acre, em muitos lugares os posseiros ocupam as terras-do-sem-fim. Vindo de diferentes lugares, são muitos os trabalhadores rurais que chegam e ocupam terras devolutas<sup>6</sup>, tribais, de latifúndios. Uns vêm do Nordeste; outros do Sul. De todas as regiões do país vêm trabalhadores rurais e seus familiares para a Amazônia (IANNI, 1979, p. 11).

Foi dessa maneira que o campesinato que se destinava à coleta da castanha-do-Pará, à pecuária e à agricultura assistiu o fluxo migratório penetrar no Sudeste do Pará e reconfigurar as relações sociais e profissionais. Os migrantes destinaram-se profissionalmente a outros setores produtivos, como o comércio, ocasionaram o surgimento de vários núcleos de moradia, os quais formaram o que Hébette (2004a) denominou de comunidades rurais<sup>7</sup>, e constituíram uma reforma agrária espontânea (IANNI, 1979; HÉBETTE, 2004a) sem intervenção do Estado, que se concretizou pelas ocupações de terra.

No decorrer desse processo, intensificaram-se na Amazônia as prospecções em busca de minerais nos anos 1960 e a penetração capitalista interferiu intensamente na estrutura oligárquica de Marabá. A partir de 1966, por exemplo, as pesquisas da *United States Steel* descobriram variados minerais no Sudeste do Pará, o que deu origem à Serra dos Carajás (EMMI, 2002), que inaugurou uma nova característica econômica baseada no extrativismo mineral. No entanto, essa potencialidade econômica só foi desenvolvida após a abertura da Transamazônica (BR-230), em 1974, fato que inaugurou uma nova etapa de penetração do capital internacional na Amazônia.

O golpe militar acelerou as mudanças anunciadas no Sudeste do Pará nos anos 1950. Uma das consequências mais nítidas foram as ocupações de terra pelos migrantes e os consequentes conflitos, mas os governos militares não estiveram preocupados em resolver o problema da terra, muito menos dos conflitos, pois seus objetivos estavam pautados na aceleração da colonização da Amazônia para a exploração dos recursos naturais dessa região. Para tanto, na tentativa de consolidar a penetração nessa área “pouco povoada”, foi inaugurado o Plano de Integração Nacional (PIN) em 1970.

As iniciativas para o plano estratégico de colonização da Amazônica foram várias, mas irei me referir apenas àquelas que, a meu ver, influenciaram diretamente a luta pela terra no Sudeste do Pará. A primeira delas, antes mesmo do plano oficial de colonização, refere-se à criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 1966 para a

---

<sup>6</sup> Em relação ao termo utilizado, ver Musumeci (1988).

<sup>7</sup> O termo utilizado pelo autor corresponde aos processos de abertura de estradas e caminhos, formação de roças e criações de animais de pequeno porte realizados pelos próprios posseiros.

liberação de créditos e subsídios fiscais com o objetivo de atrair empresas dispostas a investirem em empreendimentos econômicos agropecuários e minerais, articulados com os potenciais naturais da região. No entanto, a produção desses empreendimentos não alcançou os patamares esperados.

Várias fazendas de gado se disseminaram no Estado do Pará, mas seus principais resultados não tinham a mesma proporção de produção em relação à concentração de terras, sendo esta última maior. Os fazendeiros se apropriaram de mais terras do que realmente tinham direito e interesse. Além disso, as fazendas geraram poucos empregos, muito abaixo do que era esperado, e aceleraram o desflorestamento da cobertura vegetal da Floresta Amazônica (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010).

A segunda iniciativa visava o beneficiamento dos camponeses. No governo de Emílio Médici, terceiro presidente da Ditadura Militar entre os anos 1969-1974, foi anunciado oficialmente o PIN em 1970. Uma de suas primeiras ações foi a criação do *slogam* “Terras Sem Homens para Homens Sem Terras” afim de atrair as famílias de regiões mais densamente povoadas para serem assentadas na Amazônia. Segundo Velho (2009b), a proposta principal era utilizar a mão de obra nordestina liberada pelas secas nordestinas na transição entre 1960-1970 e povoar uma região de vazio demográfico. Paralelamente à pretensão da utilização da mão de obra nordestina, o governo pretendia resolver o problema fundiário de outras regiões do país ao atrair para a Amazônia um contingente sem terras.

As pessoas atraídas para a Amazônia seriam assentadas às margens da Transamazônica (BR-230), construída em 1974. Ao ser uma estratégia fundamental para o PIN, essa rodovia federal atraiu várias construtoras empresariais relacionadas à extração mineral para o Sudeste do Pará, bem como empresas ligadas ao setor madeireiro e agropecuário. As margens da rodovia foram federalizadas e distribuídas em duas modalidades<sup>8</sup>: em propriedades agrícolas de pequenos agricultores, destinadas pelo Incra, órgão criado com o objetivo de reordenar o fluxo migratório, distribuir faixas de terras às margens da Transamazônica e efetivar a colonização oficial; e propriedades para empresas capitalistas, subsidiadas pela Sudam, mas o projeto que tinha como objetivo favorecer os camponeses acabou favorecendo os empreendimentos capitalistas. Por exemplo, enquanto os grupos econômicos contavam com os recursos dos projetos liberados pela Sudam e de áreas entre 500 e 3000 hectares, cedidas pelo Contrato de Alienação de Terras Públicas, para que os empreendimentos econômicos fossem instalados, os

---

<sup>8</sup> Os projetos de colonização oficial eram divididos em: Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) e Projetos de Assentamento Rápido (PAR).

camponeses recebiam áreas de até 100 hectares e poucos recursos para adaptação nas áreas de colonização (HÉBETTE, 2004c). Dessa maneira, ao mesmo tempo que o PIN atraiu e assentou algumas famílias camponesas às margens da Transamazônica, atraiu para a Amazônia empresas capitalistas e, como consequência, impulsionou os conflitos pela terra.

A colonização oficial não atingiu suas metas, pelo contrário: o *slogam* utilizado pelo Estado brasileiro atraiu um contingente populacional em busca de terras que fugiu do controle do PIN. Dessa maneira, os migrantes colocaram na prática uma colonização espontânea (HÉBETTE, 2004a) e formaram um sistema longe de equilíbrio de ocupação (MACHADO, 2005), o qual era formado pela ocupação de áreas “públicas” (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010) que anunciavam os futuros conflitos pela terra.

A terceira iniciativa é integrante das duas primeiras. Tradicionalmente, os principais meios de transporte na região amazônica aconteciam pelos rios de planície os quais apresentam ainda hoje perfeitas condições para a navegação. Contudo, o PIN privilegiou a criação de um sistema rodoviário em que se destacam a construção da Transamazônica (BR-230) e da Cuiabá-Santarém (BR-163). Essas rodovias deram acesso às áreas que poderiam ser exploradas pelas atividades agropecuárias, mineiras e madeireiras na Amazônia. Dessa maneira, em certa medida, também foram importantes para o aumento da tensão fundiária na região.

Paralelamente a essas iniciativas, grandes projetos econômicos, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e o Projeto Carajás também geraram mudanças diretas no Sudeste do Pará. Ambos os projetos tinham a pretensão de geração de empregos o que, conseqüentemente, funcionou como um ímã de atração populacional para a Amazônia. O aumento populacional foi considerável em Marabá, chegando a crescer até 144% no final de 1970 (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010). Além disso, esses projetos econômicos contribuíram para que parte da mão de obra da castanha se deslocasse para o setor de serviços e reconfigurasse as atividades profissionais em Marabá.

Na fase posterior, em princípio dos anos 1980, as prospecções da atividade mineral cresceram como possibilidade de trabalho para os coletores de castanha em Marabá com a descoberta do Garimpo Serra Pelada, situado aproximadamente a 80km do município. A descoberta do garimpo foi responsável pelo deslocamento de um número considerável de coletores de castanha para a área atividade mineral e também funcionou como ímã de atração populacional para a Amazônia (EMMI, 1987).

Portanto, considera-se que o rápido aumento populacional, o fracasso da colonização oficial e dos empreendimentos econômicos, como no caso da pecuária em algumas áreas da Amazônia, as concessões fiscais às empresas capitalistas e o consequente aumento da concentração de terras estimularam a concorrência pela terra tanto entre os capitalistas e os migrantes como entre os capitalistas que chegavam e os troncos familiares presentes até então em Marabá. Além disso, a construção da malha rodoviária foi fundamental para facilitar o acesso aos recursos naturais por grupos capitalistas. O estudo de Emmi (1987) indica que a iniciativa governamental facilitou os empreendimentos de caráter capitalista na região e impulsionou a feição de uma nova economia que substituiu o extrativismo vegetal de antes. Foi dessa maneira que houve uma transformação da base econômica na Amazônia com a chegada de Bancos, como o Bamerindus e o Bradesco, e empresas ligadas ao setor mineral, como a *Steel United States* e a Companhia Vale do Rio Doce, e automobilístico, na figura da empresa alemã *Wolksvagen*, que se tornaram proprietários de grandes faixas de terras no Sudeste do Pará.

Como consequência disso, houve um enfraquecimento da influência política e econômica dos troncos familiares que deixaram de ter o monopólio da terra com a chegada de empresas capitalistas: de 44% da área total aforada para os troncos familiares em 1972, em 1976 percebe-se uma redução para 33%. Em Marabá, por exemplo, as famílias Mutran e Almeida não exerciam mais o controle do comércio de maneira absoluta, como outrora. Uma nova companhia, a CIB (Companhia Industrial do Pará), criada em 1960, e um banco nacional em fase de expansão, o Banco Bamerindus, que também adquiriu e explorou as áreas de castanhais, chegaram no município como concorrentes da oligarquia agrária local e contribuíram para a quebra do monopólio exclusivo das famílias tradicionais sobre a terra (EMMI, 1987).

O cenário indicava que o comércio da castanha não era mais o centro do interesse econômico em Marabá. A integração da Amazônia ao restante do país abriu novas possibilidades para o capital financeiro-industrial mundial e para um contingente populacional que também era atraído para a região em busca de terra e trabalho. Os próprios empreendimentos capitalistas, em certa medida, eram responsáveis pela chegada de novos migrantes no Sudeste do Pará, uma vez que “[...] os próprios empresários, fazendeiros e latifundiários, diretamente ou por intermédio de empreiteiros de mão-de-obra (gatos) tratam de atrair, ou buscar, trabalhadores disponíveis, perto ou distantes” (IANNI, 1979, p.12).

### 3.2 OS CONFLITOS PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ

Paralelamente a essa transformação econômica no Pará, na segunda metade do século XX, em nível nacional, a emergência de novos conflitos no campo e a articulação por direitos sociais e reforma agrária com o apoio de entidades representativas configuraram um campo de disputas mais acirrado onde estava em pauta a luta pela terra e a constituição de identidades políticas, sendo as lutas no Estado do Pará resultado desse processo maior. De acordo com Medeiros (2010), o pós-guerra foi acompanhado de conflitos latentes: os mais generalizados giraram em torno da luta pela permanência na terra, os quais passaram a ser entendidos com base em direitos sobre a posse e a defesa da terra trabalhada contra o latifúndio, o que culminou em uma demanda maior sobre a reforma agrária. Isso supunha também a condenação da concentração fundiária e da improdutividade que passaram a se intensificar com o modelo econômico industrial brasileiro, fato que deu densidade à palavra “latifúndio” que passou a significar opressão, exploração, violência e improdutividade, ou seja, algo muito mais do que a concentração da propriedade da terra.

Com influência das lutas por direitos trabalhistas realizadas em São Paulo, sobretudo no ABC Paulista, e no Nordeste canavieiro, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, conduziu as demandas sociais relacionadas ao trabalho para o mundo rural. Nesse contexto, o termo camponês passou a constituir uma identidade política (MEDEIROS, 2010). Inicialmente, os trabalhadores nos engenhos de açúcar no Nordeste e os colonos das fazendas de café no Sul e Sudeste tiveram suas demandas reivindicadas com o apoio desse Partido.

Em 1954, o PCB criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) em São Paulo e aumento ainda mais seu envolvimento com organizações dos trabalhadores do campo. Com certa influência do PCB, um conjunto de demandas espalhadas pelo território nacional se articularam. No ano de 1955, foi criada uma associação de foreiros em Pernambuco que formou um dos primeiros núcleos de formação das Ligas Camponesas. Em 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Assim, formou-se uma matriz discursiva que foi responsável pelas reivindicações dos trabalhadores do campo a partir do início dos anos 1950 (MEDEIROS, 2010).

Essa matriz passou a reivindicar as demandas de várias categorias sociais que constituíam os camponeses, dentre elas os posseiros. Nesse caso, as reivindicações estavam em torno do acesso à terra como um direito garantido pelo trabalho que estava na contramão dos interesses dos grileiros e latifundiários. De acordo com Martins (1995), uma das principais características dos posseiros é não possuir o título da propriedade da terra e, como

consequência, são isentos de vários benefícios sociais. Além disso, em todos os lugares em que estavam presentes, eles foram entendidos como anomalia do corpo social e não tinham o apoio jurídico das autoridades locais e muito menos do Estado brasileiro. Em função disso, facilmente tornaram-se vítimas do processo da grilagem de terras. No Pará, não foi diferente, pois a transformação econômica colocou os interesses capitalistas diretamente nas áreas ocupadas pelos camponeses, entre eles os posseiros, e, como consequência, intensificou os conflitos pela terra.

De um lado, os posseiros (GUERRA, 2009) se organizavam em busca da terra; do outro, fazendeiros, empresas capitalistas, bancos e todos que chegaram sob os subsídios fiscais com concedidos pela Sudam tentavam ampliar suas posses. Em pouco tempo, formou-se o que Hébette (2004c) denominou de “o cerco do latifúndio”, resultado da grilagem<sup>9</sup> de terras. Foi dessa maneira que as terras públicas antes ocupadas pelos posseiros passaram a ter um “dono”.

As terras que estavam sob o domínio do modo de vida do índio e/ou do posseiro outrora, passaram a ser

[...] ocupadas, griladas ou compradas por grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários. Em geral, estes empreendimentos privados, que afastam, expulsam ou destroem núcleos indígenas e de posseiros (colonização espontânea) estão apoiados pela sua própria força econômica e política e protegidos pelos órgãos do poder estatal (IANNI, 1979, p. 21).

A estratégia da grilagem passou a ser usada pelos latifundiários para deslegitimar a posse da terra pelo posseiro. Dessa maneira, a terra passava a atender as necessidades de produção capitalista sob o monopólio dos grandes proprietários. No entanto, diferentemente de outros Estados brasileiros, as áreas ocupadas pelos posseiros nos entre os anos 1970-75 no Pará não diminuí com relação à investida capitalista para se apropriar da terra. A análise de Martins (1995, p. 128) sugere que os posseiros disputavam o terreno praticamente metro a metro com os capitalistas e isso gerou uma resistência pelo espaço que se pretendia “desocupar segundo uma forma de ocupação econômica que é a do empresário”. Dessa maneira, no Pará, a resistência do posseiro inaugurou uma disputa contra os capitalistas que passaram a ocupar terras no Estado.

Isso evidencia que a condição juridicamente precária dos posseiros (GUERRA, 2013) não eliminou estratégias de organização, uma vez que eles geraram uma ação coletiva para

---

<sup>9</sup> O processo da grilagem corresponde à falsificação de documentos que garantem a legitimidade documental da terra. Ao criar documentos falsos, os grileiros os colocam em gavetas com grilos para que, em pouco tempo, o documento falso pareça velho e antigo. Assim, o grileiro pode alegar que aquele documento é antigo, legitimando seu direito (antigo) sobre a terra.

construir alternativas contra a grilagem. Sader (1986), por exemplo, menciona o papel das roças comunitárias nos núcleos de povoamento como uma maneira de resistência ao avanço dos grandes proprietários que se diziam “donos da terra” mediante documentação falsa. Nas roças comunitárias, os posseiros desenvolveram relações cotidianas de vizinhança que garantiram um grau de organização na defesa de suas terras diante das tentativas de expulsão realizadas pelos latifundiários.

Em muitos casos, os conflitos envolveram a luta armada. O rápido aumento populacional estimulou a concorrência pelo controle das terras públicas. Em consequência, no início dos anos 1970, a maior parte dos conflitos resultou das tentativas de expulsão dos posseiros das áreas reivindicadas pelos grileiros. Representados em muitos casos por empresas multinacionais, os grileiros contratavam homens armados para expulsar os posseiros de suas terras. Diante das ameaças, os posseiros geralmente se retiravam da área, mas em alguns casos um grupo permanecia para resistir. Com poucos recursos diante dos grandes proprietários e do apoio do Estado a esses investidores, com frequência, a resistência por parte dos posseiros envolvia a luta armada (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010). Dessa maneira, as roças comunitárias, os laços de vizinhança e os cultivos voltados para o sustento (SADER, 1986) formaram um tipo de ação coletiva para não ceder lugar aos interesses dos empresários capitalistas (MARTINS, 1995).

De acordo com Pereira (2010), os novos grupos que chegaram à Amazônia com o objetivo de obter terras podem ser classificados nos seguintes setores: financeiro (bancos Bamerindus e Bradesco, por exemplo); industrial, a exemplo da Volkswagen; de construção (Andrade Gutierrez); e madeireira, como a Madeireira Araguaia S.A, do grupo Maginco. Além disso, tinham empresas familiares vindas de outras regiões do Brasil, como os Lunardelli, produtores de café no Sul e Sudeste, e os troncos familiares locais, como os Mutran.

Nesse contexto, foi possível observar diversas formas de expropriação e conflito pela terra entre os posseiros e os latifundiários. De acordo com Martins (1995), os latifundiários utilizavam diferentes estratégias para tirar os camponeses de suas terras: desde a compra da terra por valores irrisórios até a soltura de gados ou desvio de córregos nas roças. Além disso, ações mais diretas e violentas foram realizadas, como a queima de casas, a intimidação física feita pelos pistoleiros e, em muitos casos, o assassinato dos que não aceitavam deixar a terra. Assim, o conflito se caracterizou como uma “luta contra a conversão da terra de trabalho [do posseiro], terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio” (MARTINS, 1995, p. 145). A expropriação do posseiro também

era apoiada pelo poder judiciário, o qual concedia mandatos de reintegração de posse e garantia amparo institucional para a expulsão dos posseiros de suas terras. Foi dessa maneira que se desenhou o conflito pela terra até o início da década de 1970 no Pará (TERENCE, 2013).

Em Marabá, a reconversão dos castanhais livres em área privada diminuiu as possibilidades dos camponeses que se destinavam à coleta da castanha no período de safra desde a década de 1920. Conseqüentemente, os conflitos se concentraram sobretudo nas áreas de castanhais durante os anos 1970, proporcionando confrontos entre os posseiros e os “donos” dos castanhais, mas esses conflitos que aconteceram em Marabá no decorrer dos anos 1970 não podem mais ser entendidos pelo prisma das roças comunitárias. Isto porque os posseiros não esperavam mais os grileiros manifestarem interesses nas áreas que estavam sob a sua posse; os posseiros passaram a enfrentar diretamente os grileiros por meio das ocupações dos castanhais com o apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais.

As ocupações de terras pelos posseiros foram uma resposta à evolução da apropriação das áreas de castanhais por famílias ou empresas no Sudeste do Pará.

**Quadro 1:** Evolução da apropriação dos castanhais por algumas famílias ou empresas em Marabá e São João do Araguaia (1960-1980).

<b>FOREIRO</b>	<b>1960</b>	<b>1965</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>
MUTRAN	45.165 hectares	78.599 hectares	108.800 hectares	127.732 hectares	131.332 hectares
BAMERINDUS	---	---	---	51.561 hectares	55.161 hectares
C.I.B	---	3.600 hectares	14.400 hectares	52.800 hectares	49.200 hectares
ALMEIDA	3.600 hectares	35.200 hectares	61.740 hectares	47.300 hectares	47.340 hectares

Fonte: Emmi (1987). Adaptado.

Como pode ser observado, houve um aumento gradativo de concentração fundiária por famílias tradicionais, empresas, como a C.I.B. e bancos, como o Bamerindus, no Sudeste do Pará entre os anos 1960-80. Observa-se que a família Mutran aumentou extraordinariamente a concentração de suas terras em 319% num período de 20 anos.

Isso estimulou o conflito pela terra (COSTA, 2012a) por meio da qual os posseiros criaram alternativas de luta capazes de lhes garantir a posse da terra (GUERRA, 2013). Dessa maneira, as lutas defensivas dos posseiros foram substituídas por estratégias mais ofensivas, à medida que esses sujeitos passaram a ocupar as áreas de castanhais antes mesmo das futuras expropriações dos grileiros. Em 1976, por exemplo, houve um conflito que envolveu

diretamente João Anastácio de Queiroz Filho, herdeiro direto do coronel João Anastácio de Queiroz, comerciante da borracha e da castanha no município de Marabá. Segundo Emmi (1987), aproximadamente 80 famílias camponesas ocuparam o castanhal Viraçãozinha, que parecia muito maior em extensão territorial do que os 3.600 hectares que constava no título da propriedade. Em 1978, outra ocupação foi registrada no castanhal Fortaleza, de propriedade de Evandro Mutran, em Conceição do Araguaia, quando em torno de 50 famílias camponesas entraram e permaneceram na propriedade. No mesmo ano, em Marabá, duas outras ocupações aconteceram em propriedades desse tronco familiar: nos castanhais Bela Vista e Boa Fé, ambos de propriedade de Evandro Mutran.

Conforme o exposto, ao longo dos anos 1970, os posseiros passaram a ameaçar diretamente os troncos familiares em Marabá por meio das ocupações dos castanhais. O conflito não acontecia mais apenas como resultado da grilagem e expropriação, mas, sobretudo, da iniciativa dos posseiros em ocupar as áreas que pertenciam aos troncos oligárquicos. De acordo a pesquisa de Emmi (1987), entende-se que as ocupações dos castanhais foram fundamentais para a intensidade dos conflitos nos anos 1970. Portanto, as roças comunitárias, a organização dos camponeses em núcleos de povoamento e as ocupações de terra acrescentaram uma nova forma de ação ao conflito entre os camponeses e a oligarquia agrária do Pará, isto é, enriqueceram os repertórios de ação coletiva dos posseiros.

Naquele contexto, Tilly (1976) conceituou sua noção de repertório como formas de ações reiteradas em diferentes tipos de conflitos e concentrou seus esforços para entender a ligação de interesses e ações que privilegiavam determinados atores. Nesse estudo, o autor elaborou uma síntese sobre conflitos de vários grupos sociais, dentre eles, um grupo de camponeses em uma comunidade rural na Inglaterra que foi afetado pela entrada de um setor produtivo moderno de exploração madeireira. Como consequência, os camponeses encontraram diversas maneiras para inibir a expansão da lógica exploratória que estava se colocando.

Bem como acontecia no contexto inglês, os camponeses no Sudeste do Pará também encontravam maneiras distintas de agir diante das mudanças que lhes foram impostas. Dessa maneira, a associação entre as duas realidades historicamente distintas permite a conclusão de que os repertórios estão vinculados a transformações sociais específicas em tempos e lugares particulares como processos gerais de mudanças (TILLY, 1976). Portanto, os repertórios não são apenas pertencentes aos atores em movimento, mas, sobretudo, expressão da interação entre eles e seus opositores.

Vimos que as relações sociais de conflito que deram origem aos repertórios de ação coletiva dos posseiros mudaram. Conseqüentemente, os repertórios dos posseiros também mudaram, uma vez que eles se tornaram eficazes diante da intensa prática da grilagem. Quanto a isso, existe uma lógica instrumental do conceito que explica sua eficácia. A eficácia instrumental dos repertórios de ação coletiva deriva justamente da novidade. Quando as pessoas inserem novos meios de ação em suas interações conflituosas, elas pegam de surpresa seus adversários. Nesse sentido, o uso repetido dos repertórios diminui sua eficácia e, dessa forma, encoraja a novidade (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Por meio dessa lógica conceitual, entende-se que a maior razão para a mudança dos repertórios dos posseiros se deu pela necessidade de elaborar novas formas de ação para combater o avanço capitalista sobre a terra no Pará. Se os posseiros continuassem esperando os grandes proprietários falsificarem documentos para reivindicar a posse de suas terras, possivelmente suas ações seriam sucumbidas pela grilagem.

Dessa maneira, a contribuição teórica de Tilly (1976) desafia as abordagens que explicam as mobilizações coletivas como algo anormal, desorganizado e resultado de frustrações individuais, pois o autor entende que as mobilizações surgem em contextos particulares que impulsionam os conflitos, os quais dão origem a formas de ação que mudam de acordo com o contexto social e se inovam para garantir a continuidade da ação coletiva no tempo.

A inovação dos repertórios de ação coletiva dos posseiros não se deve apenas ao processo de grilagem. Outros fatores foram importantes para mudar o cenário conflituoso no Pará após 1970. Os fluxos migratórios da região Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil após as construções da Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, por exemplo, foram responsáveis em certa medida pelo aumento dos conflitos fundiários. Nesse cenário, a nova parcela de migrantes que chegava em Marabá era composta por vaqueiros, garimpeiros desconstituídos de seus bens de produção em suas regiões de origem e trabalhadores rurais que buscavam na Amazônia uma parcela de terra, incentivados pelas propagandas governamentais. Assim, “a chegada de migrantes e trabalhadores de todos os horizontes mudou a composição desse ‘povo’ e o transformou [...]. Através de suas lutas, inicialmente tímidas e muito limitadas, e graças a seus sucessos, esse povo descobre sua força e seu alcance” (EMMI, 1987, p.174-149).

No entanto, de acordo com Pereira (2010), esses sujeitos não encontravam terras desocupadas como foi divulgado pelo slogan governamental, pois as terras estavam sendo

reorientadas para as atividades produtivas do capital industrial, sob os subsídios fiscais da SUDAM. Desse modo, os migrantes juntaram-se aos posseiros já existentes e engrossaram as fileiras de pessoas em busca de terras.

Terence (2013) analisa que as ocupações dos latifúndios nos anos 1970 ocorriam a partir da formação de grupos de vizinhos, conhecedores de notícias<sup>10</sup> de alguma terra que julgassem conveniente ocupar. O autor acrescenta que a organização era mínima: pequenos grupos entravam por um dos lados do latifúndio e formavam suas roças com o objetivo de garantir a posse da terra e propiciar o sustento dos ocupantes. Eles permaneciam na terra até os latifundiários descobrirem a ocupação, momento em que os camponeses eram expulsos da área ocupada. Nesse caso, o principal fator era a ausência de uma organização consolidada para permanecer na terra.

A ausência de uma organização consolidada se deve ao fato da pouca representação político-jurídica dos STRs nos anos 1970 no Pará. Os STRs de São João do Araguaia e Conceição do Araguaia, por exemplo, estavam sob a tutela do Estado e, de maneira significativa, exerciam uma função assistencialista que não estava diretamente relacionada com as necessidades efetivas dos sujeitos que estavam em busca da terra (GUERRA, 2013). Não quero afirmar que a organização das ocupações de terra dependia da representatividade dos sindicatos de trabalhadores rurais, mas apenas sinalizar que esse instrumento de apoio aos posseiros não contribuiu efetivamente para criar as condições necessárias para a permanência das famílias nas áreas ocupadas, pelo menos até serem retomados pelo Novo Sindicalismo nos anos 1980.

### 3.3 A REPRESENTATIVIDADE DA LUTA CAMPONESA NO SUDESTE DO PARÁ

Tendo em vista a condição juridicamente precária do posseiro, sua representação era fundamental. Por isso, além dos instrumentos de luta criados pelos próprios posseiros, como as ocupações, o papel de entidades representativas merece destaque. Em nível nacional, a Igreja Católica passou a intervir no campo brasileiro e apoiou a reforma agrária e estimulou a sindicalização dos trabalhadores no campo. Nesse contexto, em meados dos anos 1970, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a qual implemente alguns elementos organizativos para os posseiros na luta pela terra no Pará. Os STRs também foram importantes por meio de assessoria jurídica prestada aos posseiros, no entanto, sua contribuição efetiva para atender os

---

<sup>10</sup> As ruas das cidades do Sudeste do Pará e os contatos entre familiares e vizinhos facilitavam a divulgação das notícias sobre as fazendas e os castanhais que deveriam ser ocupados (TERENCE, 2013).

interesses dos posseiros ocorreram apenas após a reorientação política e ideológica que libertou essas entidades representativas dos interesses do Estado brasileiro. Nesse processo de reorientação dos STRs, a CPT foi fundamental, como veremos adiante.

No decorrer dos anos 1970, os principais sindicatos de trabalhadores rurais do Sudeste do Pará permaneceram sob o controle do Estado, o qual inaugurou parâmetros de controle dos STRs e transformou esses instrumentos de luta dos posseiros à imagem que lhe convinha (GUERRA, 2013). A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Pará (Fetagri), por exemplo, foi criada no contexto da ditadura (1968) e apenas em 1987 foi assumida pelo novo sindicalismo rural, ou Oposição Sindical<sup>11</sup>, com a influência da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Enquanto isso, a Teologia da Libertação, fundamentada no Concílio Vaticano II, em 1962, pretendeu adequar o movimento teológico na América Latina com a realidade social e cultural das populações locais. Em consequência, a Igreja Católica rompeu com a mentalidade colonizadora presente na ação evangelizadora para adotar a valorização da cultura popular. De acordo com o documento<sup>12</sup> sobre a questão agrária aprovado pela 18ª Assembleia da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, a partir de meados dos anos 1970, a igreja católica já se comprometia com a organização camponesa na luta pela terra em nível nacional. A igreja buscava combater as causas geradoras das injustiças e violências no campo e para isso reafirmava “o apoio às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores” (CNBB, 1980, p. 13). Para isso, tentava efetivar a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações, comissões e outras formas organizativas para que fossem autônomos e livres e defendessem as reivindicações de seus membros.

Essas representações foram fundamentais para impulsionar as reivindicações dos trabalhadores do campo por direitos sociais e reforma agrária. Em certa medida, com a decadência do governo dos militares, as demandas dos camponeses levantadas pelas bandeiras das entidades representativas foram colocadas em pauta pelo Estado. Nos anos 1980, o então presidente José Sarney anunciou um grande plano de reforma agrária após o fim da ditadura, mas o programa acabou abandonado sob a pressão dos latifundiários. No entanto, o anúncio do programa encorajou a CPT e os próprios trabalhadores do campo a reivindicarem o direito à terra. Dessa maneira, a CPT concentrou esforços para mobilizar os trabalhadores do campo a fim de exigir a aplicação e/ou reformulação das leis existentes sobre a reforma agrária. Neves

---

<sup>11</sup> Adotada no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1979.

<sup>12</sup> Neste documento, a Comissão Nacional dos Bispos do Brasil se referiu aos trabalhadores do campo como camponeses. Dessa maneira, os próprios posseiros eram classificados como camponeses.

da Silva (2004) comenta que a igreja católica de caráter progressista no Brasil ligou-se ao cotidiano das camadas menos favorecidas e iniciou a organização de movimentos e a participação desses sujeitos por meio da socialização política, a qual acontecia pelos trabalhos de base e pela influência direta da igreja nos sindicatos de trabalhadores rurais.

Nos trabalhos de base realizados com os sem-terra, os agentes pastorais despertavam a linguagem silenciosa e não-verbal dos sujeitos (NEVES DA SILVA, 2004) e incentivavam a mudança social da realidade excludente. Já com relação à influência nos sindicatos de trabalhadores rurais, os adeptos da Teologia da Libertação contribuíram para o rompimento desses instrumentos políticos com a tradição assistencialista dos militares. Assim aconteceu com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, criado em 1974 sob a tutela do Estado e “retomado” pela Oposição Sindical em 1985, sob a influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1974.

Com essa liderança, o sindicalismo de São João do Araguaia assumiu, então, uma dimensão nitidamente política; política, não particularmente, porém, por sua definição e seu conteúdo ideológicos pouco apurados, mas por seu confronto concreto, imediato, desafiador com o poder econômico e por sua intrusão no campo das forças políticas hegemônicas. (HÉBETTE, 2004b, p. 144).

A CPT organizava os camponeses para que eles assumissem e transformassem os sindicatos de trabalhadores rurais em um instrumento que atendesse diretamente suas necessidades. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o Movimento Eclesial de Base (MEB) foram importantes nesse contexto: eles faziam o trabalho de conscientização política e criavam as condições necessárias para os sujeitos compreenderem a raiz estrutural de sua exclusão (NEVES DA SILVA, 2004). Ainda nos anos 1980, a Oposição Sindical também recolocou o STR de São João do Araguaia no campo das organizações de esquerda em busca de alternativas viáveis que pudessem fixar os camponeses na terra.

No entanto, os repertórios de ação coletiva dos posseiros não esperavam a retomada dos sindicatos de trabalhadores rurais para serem colocados em prática. Antes da retomada do STR de Conceição do Araguaia no ano de 1985, por exemplo, algumas famílias camponesas ocuparam um castanhal denominado Caxiú, pertencente a Evandro Mutran, com o apoio da CPT no ano de 1983 (EMMI, 1987). Foi dessa maneira que a igreja católica assumiu uma postura crítica com relação à abertura da fronteira agrícola da Amazônia ao contexto internacional e aos conflitos pela terra nos anos 1980.

O movimento mais bem-sucedido e organizado que atuou no Sudeste do Pará se encontrava em Conceição do Araguaia, após a Novo Sindicalismo realizar a retomada do STR

desse município. O processo de retomada do STR de Marabá aconteceu apenas 1991 e foi mais lento. A criação desse STR aconteceu tardiamente em relação aos outros, pois foi criado apenas em 1982 em um processo de luta associado à ocupação do Castanhal Pau Seco, em Marabá, onde um grupo de camponeses fizeram roças e realizaram reuniões contra as ameaças de despejo dos proprietários do castanhal. Segundo Assis (2014), era possível perceber um certo grau de organização entre os ocupantes vinculados ao STR, mas o assassinato do advogado e líder sindical Gabriel Pimenta em plena rua de Marabá e o consequente enfraquecimento do STR contribuíram para o envolvimento dessa entidade representativa com o poder oligárquico. Guerra (2013) menciona, por exemplo, que o Poder público municipal, exercido por familiares que ainda viviam do monopólio do comércio da castanha, doou ao sindicato de Marabá um caminhão, um gabinete odontológico e uma verba para a restauração da sede. Essas ações

[...] foram anunciados às vésperas das eleições de 03/10/1990, exaltando a administração local que aprovasse um dos candidatos ao governo do Estado e tinha como candidato a deputado estadual o genitor do prefeito, eleito com a maior votação individual no Estado, como votos exclusivos da região (GUERRA, 2013, p. 94).

Embora a oligarquia agrária estivesse em fase de enfraquecimento econômico, os Mutran, por exemplo, permaneciam em cargos políticos importantes e eram “donos” das maiores extensões territoriais em Marabá (EMMI, 1987). Portanto, a oligarquia estabelecida durante décadas de domínio dos castanhais dificultou a formação de uma resistência dos camponeses pelo STR de Marabá até 1991, ano em que este sindicato foi reorientado pelo Novo Sindicalismo. No entanto, a dificuldade imposta pela oligarquia agrária não inibiu as ocupações dos castanhais pelos posseiros, os quais ocuparam alguns castanhais nos anos 1980 e nos anos anteriores à própria criação do STR de Marabá.

**Quadro 2:** conflitos em áreas de castanhais no município de Marabá.

<b>ANO DE INÍCIO DO CONFLITO</b>	<b>CASTANHAL</b>	<b>ENVOLVIDOS</b>
1976	Viraçãozinha	João Anastácio Queiroz Filho x 80 famílias de lavradores
1976	Buriti	São Saulo Van Rondow e Maria Moussalem x 40 famílias de lavradores
1979	Sem denominação (margem esquerda do Rio Itacaiúnas)	A. Silau Amoury x 15 famílias de lavradores
1980	Pau Seco	M. Card. Neto (Nelito) e José Pereira da Nobrega x 178 lavradores
1981	Fortaleza	A. Q. Moraes x 100 lavradores
1981	Sem denominação	Antônio Ribeiro x lavradores
1983	Tabocão	Alzira Mutran x lavradores
1983	S. José e Pau Ferrado	Ed. Castor x lavradores

Fonte: Emmi (1987). Adaptado.

Mesmo com pouca organização, através de um longo processo de lutas contra os latifundiários, os posseiros criaram suas formas de ação para enfrentar os grandes proprietários de terra. Além disso, contribuíram decisivamente para a criação do STR de Marabá, o qual agiu em sintonia com o STR de Conceição do Araguaia para canalizar as lutas dos posseiros.

Conforme o exposto, a representação da luta pelos STRs e pela CPT reforçou um caráter coletivo à luta dos camponeses. Nesse contexto, os repertórios de ação tornaram-se mais contínuos em função do apoio. O número de ocupações dos castanhais na década de 1980 no Sudeste do Pará, por exemplo, aumentou consideravelmente, especialmente nas áreas sob o domínio dos Mutran no município de Marabá.

Mas à continuidade dos repertórios dos camponeses, acompanhou-se a repressão dos grupos oligárquicos e do Estado. Um conflito eclodiu em dois castanhais em São Geraldo do Araguaia em 1981: castanhais Fortaleza e Cajueiro. Pela proximidade dos conflitos, os grupos oligárquicos de Marabá iniciaram uma ofensiva aos grupos católicos que apoiavam os camponeses. Com o mesmo objetivo de conter os conflitos pela terra, o Estado criou o Grupo de Executivo de Terras Araguaia Tocantins (Getat). Esse órgão se sobrepôs ao Incra e, com a

retórica de tentar conter os conflitos pela terra, funcionou como medida do Estado e das famílias oligárquicas (EMMI, 1987) para controlar o avanço dos posseiros que estavam aumentando a área de fronteira e o conseqüente conflito pela terra no Sudeste do Pará por meio de medidas repressivas, tais como a criminalização da luta do posseiro.

Em decorrência dos conflitos na Amazônia, estima-se que só o Estado do Pará respondeu por quase 1/4 das 1.687 mortes no campo (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010). Como consequência, os aparelhos repressivos do Estado e as mortes de lideranças sindicais e católicas enfraqueceram a atuação dos STRs no Sudeste do Pará. Além disso, o enfraquecimento dos STRs resultou da forte resistência do governo federal quanto à distribuição fundiária. Durante o mandato de Fernando Collor de Melo (1990-1992), por exemplo, as desapropriações de terras foram reduzidas consideravelmente.

Ainda assim, a representação dos STRs no Sudeste do Pará contribuiu para que os posseiros consolidassem as ocupações de terra e sacudissem a estrutura que sustentava o campo social das oligarquias construídas em torno do extrativismo no Sudeste do Pará, especialmente o da família Mutran. Dessa maneira, as ocupações dos castanhais representaram

[...] um momento alto e privilegiado na fundação e na vida de uma localidade, que exige um grau elevado de trabalho, coesão, disciplina, e inteligência que, infelizmente, nem sempre sobrevive durante muito tempo à época heroica da ocupação (HÉBETTE, 2004b, p. 151).

A necessidade de organização nas ocupações de terra exigiu das lideranças sindicais métodos organizativos, como distribuição dos lotes, formas de exploração dos bens naturais e organização cotidiana que iam além do apoio jurídico para a redistribuição da terra. Desse modo, escolas, igrejas, áreas de lazer e saúde entraram nas pautas dos STRs e foram consideradas necessidades cotidianas fundamentais para a permanência dos camponeses nas ocupações. Era uma maneira de suprir com a hostilidade do poder público comum na área de fronteira da Amazônia (HÉBETTE, 2004b).

Embora os sindicatos de trabalhadores rurais apresentassem importância pela representação dos posseiros, sua estrutura organizativa sempre apresentou sérios riscos por sua representatividade ser outorgada pelo Estado. Segundo Hébette (2004c), eles estavam enquadrados para fins que, muitas vezes, seus próprios dirigentes desconheciam, quando estes empregavam tempo naquilo que lhes era imposto como demanda. Tal realidade prejudicava uma proposta de trabalho que englobasse mais os interesses dos posseiros, os quais precisavam de “[...] uma organização que lhes garantisse segurança nas suas operações, lhes facilitasse a

sua ampliação e sua expansão para toda a região” (HÉBETTE, 2004c, p. 199). Além disso, acrescentam-se

[...] contradições oriundas do próprio processo de luta, no qual os interesses imediatos se diversificavam ao longo do tempo. As ocupações e a resistência se deram, pois, em tempos diferentes [...] criando situações distintas. Sem-terra se tornaram posseiros, e posseiros tornaram-se proprietários; expropriados foram recolocados; muitos continuam sem-terra-em-busca-de-chão (HÉBETTE, 2004c, p. 201).

Para os posseiros, a terra conquistada era insuficiente, pois eles precisavam de condições para a permanência nela. Guerra (2013) argumenta que após a conquista da terra, os posseiros encontravam-se sem assistência agrícola, isolados em seus lotes, sem estradas. Nesse sentido, a luta pela terra assumiu uma luta pela sobrevivência econômica e reprodução dos sujeitos como camponeses. Além disso, os interesses se diversificavam, na medida que para os “sem-terra-em-busca-de-chão” a luta em busca da terra continuava.

Assim sendo, é claro que embora existisse uma face do campesinato que já tinha terra, o problema não estava resolvido uma vez que outras famílias continuavam sem terra. Desse modo, as dificuldades para estimular o potencial de lutas de um campesinato formado por camponeses que já tinham terra, mas sem condições jurídicas para nela permanecer e sem-terras-em-busca-de-chão se somaram ao enfraquecimento da atuação sindical no Pará em função dos desgastes causados pelos intensos conflitos pela terra.

Foi nessa conjuntura que apareceram novos meios de representação da luta pela terra no Pará. No final dos anos 1980, o MST chegou no Estado e renovou a luta pela terra e a representatividade camponesa, diferenciando-se dos STRs e com eles organizando os camponeses.

#### 4 A ATUAÇÃO DO MST NO SUDESTE DO PARÁ

A função dos militantes no Pará era articular apoios institucionais, definir os locais para iniciar os trabalhos de base<sup>13</sup> e identificar áreas para futuras ocupações. No entanto, a atuação inicial do MST coincidiu com um forte dinamismo dos STRs na mesorregião Sudeste desse estado, os quais não estavam convencidos da necessidade de organização dos camponeses por um movimento originado na região Sul do Brasil.

De acordo com Assis (2014, p. 162), alguns participantes do STR de Conceição do Araguaia após a participação do I Congresso do MST, em 1985, entendiam que “a estratégia de ocupação de terra dos posseiros era diferente da estratégia do MST, o que poderia criar atrito”. Isso dificultou a consolidação do MST durante os primeiros anos no Pará. Com efeito, somente no final da década de 1980, os participantes do MST começaram a participar das primeiras ocupações de terra carregando a bandeira do movimento, o que também ocasionou diferenças entre o movimento e os STRs.

Ao contrário dos STRs, por exemplo, o MST levou a luta pela terra para dentro do campo midiático de Marabá e destacou ainda mais as suas formas de ação, como as ocupações, e os seus símbolos. A divulgação dos conflitos não era apreciada pelos líderes sindicais, mas a partir do MST os conflitos foram mais notabilizados por serem pauta constante na mídia, como em jornais de grande circulação regional e nacional em Marabá, tais como O Correio do Tocantins e O Liberal. Dessa maneira, o MST aproveitou o aparato de comunicação para se projetar à sociedade: as ocupações de terra ganharam mais visibilidade quando organizadas pelo MST do que pelos sindicatos rurais, por exemplo (ASSIS, 2014).

Como veremos, houve desentendimentos entre o MST e o STR de Conceição do Araguaia nas primeiras ocupações de terra em função da divergência quanto às ações posteriores à conquista da área ocupada. Os fatos que serão apresentados sugerem que a atuação do MST inseriu mudanças na maneira de fazer a luta pela terra no Pará, na medida que introduziu novos métodos organizativos que eram diferentes dos métodos utilizados pelos posseiros vinculados aos STRs.

---

<sup>13</sup> “Trabalho desenvolvido em áreas urbanas, em geral bairros da periferia, e rurais visando cadastrar famílias interessadas em ingressarem no movimento. Dentre as atividades desenvolvidas destacavam-se as palestras e reuniões para explicar os objetivos do MST, tratar da questão da reforma agrária, da situação das famílias frente ao desenvolvimento do capitalismo, dentre outros temas” (ASSIS, 2014, p. 120)

#### 4.1 UM NOVO JEITO DE ORGANIZAR

A primeira ocupação que o MST participou no Pará foi no município de Xinguara, em 1989. A ocupação da fazenda Canarana foi iniciada pelo STR de Conceição do Araguaia, em função da proximidade desta fazenda a esse município e da influência desse STR, e teve a ajuda do MST. Apesar da ocupação não ter tido como resultado a desapropriação da fazenda, houve, após o acontecimento, a formação das primeiras lideranças do MST no Pará (ASSIS, 2014). No mesmo ano, a segunda ocupação no município de Conceição do Araguaia apontou caminhos mais promissores do que a primeira. Ao chegar à fazenda Ingá, as lideranças do MST encontraram um grupo de posseiros que estavam organizados pelo STR do município. Após dois anos de intensos conflitos e reocupações, a fazenda foi desapropriada legalmente para ser instituído o primeiro assentamento do qual o MST participou da fundação. No entanto, após a desapropriação da área para a construção do assentamento, emergiram os primeiros desentendimentos entre o MST e o STR de Conceição do Araguaia em torno da organização das famílias na terra.

Assis (2014) menciona que, com a fazenda já desapropriada, as lideranças do STR e os posseiros a ele vinculados entendiam a necessidade imediata da distribuição dos lotes entre as famílias para iniciar a produção agrícola, enquanto a criação do assentamento tramitava no INCRA. Por sua vez, o MST pretendia que as famílias permanecessem em forma de acampamento com o objetivo de formar grupos coletivos para decidir sobre a distribuição e as formas de produção que seriam desenvolvidas nos lotes. Nesse caso, a distribuição dos lotes aconteceria após a demarcação da terra pelo INCRA. Portanto, as duas propostas apontaram caminhos distintos em relação ao futuro da conquista.

As experiências do MST em Xinguara e Conceição do Araguaia mostraram não apenas as dificuldades do MST em implementar sua proposta de trabalho coletivo nas áreas ocupadas em função do forte dinamismo dos STRs e da CPT, mas também as diferenças em relação aos seus métodos organizativos da luta pela terra. Os STRs e a CPT tinham feito relativamente pouco em termos de influenciar a organização interna dos assentamentos (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010). Por isso, a orientação nacional do MST (1989) de conduzir os acampamentos sob a forma de grupos coletivos foi considerada estranha pelos posseiros vinculados ao STR. No caso da ocupação da fazenda Ingá, em consequência do desentendimento com o STR e com a CPT, o MST se retirou da terra conquistada e se deslocou para os municípios de Parauapebas e Marabá. A partir de então, a atuação do MST ganhou destaque pela introdução da novidade na luta pela terra não apenas por meio dos seus métodos

organizativos como vimos, mas também pelas táticas de luta em relação aos STRs no Pará como veremos adiante.

Perante o exposto, percebe-se que, inicialmente, o que diferenciou o MST da tradição sindicalista dos posseiros foram os seus métodos organizacionais de produção a fim de implementar a cooperação e o trabalho coletivo (MST, 1989), os quais provinham das experiências desenvolvidas no Sul do Brasil. Além disso, as táticas de luta desse movimento buscavam envolver um número maior de família nas suas ocupações com relação as ocupações organizadas pelos STRs e pelos próprios posseiros. As ocupações dos posseiros não contavam com um número muito grande de pessoas e, em muitos casos, eram compostas apenas pelos “chefes de famílias”. De forma contrária, o MST tentava organizar as ocupações com a participação dos filhos e esposas dos “chefes de família” na expectativa de reduzir o risco de repressão militar, transmitir outra imagem da luta pela terra na mídia (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010) e elevar a luta a um patamar democrático (MST, 1989). Ademais, enquanto os posseiros representados pelos STRs ocupavam os latifúndios e imediatamente se espalhavam após a divisão da terra em lotes, o MST passou a formar um único e compacto grupo nos acampamentos, o que facilitava a organização coletiva (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010).

Daquele momento em diante, o MST deu início à tentativa de construir experiências de organização da luta pela terra no Pará por meio da inserção dos acampados em grupos coletivos, com o objetivo de descobrir e desenvolver novas possibilidades de permanência na terra. A proposta dos grupos coletivos traduzia o método organizativo de produção desse movimento em nível nacional (MST, 1989) e tinha como objetivo implementar um modelo de produção baseado na coletividade a fim de, num futuro próximo após a conquista dos assentamentos, criar as cooperativas agrícolas. Dessa maneira, o MST prescrevia os assentamentos rurais como espaços altamente produtivos e coletivizados.

De acordo com Brenneisen (2002), nesse contexto, o MST formou uma estrutura específica para promover o cooperativismo em suas áreas de influência. O movimento estimulou essa forma de organização produtiva por meio de cursos de formação baseados em uma matriz teórica na qual Clodomir dos Santos de Moraes tinha evidente importância, sobretudo por meio do trabalho “teoria da organização do campo”. Para Borges (2010), a cooperação foi percebida como o principal meio para viabilizar economicamente a produção das áreas de influência do MST. Assim, a ideia do movimento era incentivar um modelo uniforme para os assentamentos, tendo como base a matriz teórica da “superioridade da

produção cooperativa” de Karl Kautsky. Assim, formou-se a elaboração de um projeto único de modelo de assentamento baseado na cooperação (MST, 1989) como principal modelo de organização social e produtivo, com influência direta do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) na formação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) nos assentamentos.

O modelo de assentamento baseado nas cooperativas de produção (CPAs) tinham pretensões que ultrapassavam o sentido econômico da organização dos assentamentos. Brenneisen (2002), por exemplo, explica que as CPAs extrapolavam o objetivo econômico e tentavam, de maneira abrangente, realizar a formação dos participantes do MST. Nesse mesmo caminho, Fabrini (2002) afirma que a construção de cooperativas não perpassava simplesmente o objetivo de estimular economicamente os assentamentos do MST, mas tentava construir condições que permitissem a criação de um novo modelo de sociedade baseado no socialismo.

Portanto, como pode ser observado, as diferenças em relação aos métodos organizativos do MST estavam relacionadas às suas matrizes teóricas e a um modelo de organização que até então não havia chegado no Pará. Quando isso aconteceu, houve um estranhamento em relação aos métodos de organização dos sindicatos, como foi evidenciando nas experiências das ocupações de terra entre o STR de Conceição do Araguaia e o MST quando este movimento chegou no Pará e tentou implementar o trabalho coletivo.

#### 4.2 O PROGRAMA AGRÁRIO DO MST (1998) E A REFORMA AGRÁRIA NECESSÁRIA

Neste subtópico, apresento o Programa Agrário do MST (1998). A análise do programa foi realizada a partir dos quadros interpretativos, os quais desempenham uma função interpretativa da realidade e legitimam suas atividades e campanhas. Assim sendo, considera-se que os movimentos sociais se caracterizam enquanto portadores de ideias que “simplificam” e “condensam” o “mundo lá fora a fim de mobilizar potenciais adeptos e desmobilizar antagonistas (SNOW; BENFORD, 1988).

O processo responsável pela construção dos significados e das ideias que constituem os quadros interpretativos é denominado de “enquadramento”, no qual encontram-se dois fenômenos: um ativo, porque se trata de algo que está sendo feito; outro processual, pois é resultado do processo dinâmico da sociedade. Além disso, há um fenômeno contencioso no sentido de que envolve a elaboração de quadros interpretativos que tanto diferem de entendimento da realidade pré-estabelecida como os desafia (SNOW; BENFORD, 2000).

A partir desse prisma teórico, foi analisado um traço característico e fundamental da elaboração dos quadros de ação coletiva – as tarefas de enquadramento (SNOW; BENFORD;

SNOW et al., 1988). O objetivo foi compreender como o MST criou as ideias que constituíram seus quadros interpretativos que orientaram seus participantes. As tarefas de enquadramento se referem a três tipos de processos: enquadramento diagnóstico; enquadramento prognóstico e enquadramento motivacional. Nessas tarefas, os participantes do movimento social atendem a dois tipos de mobilização: a mobilização de consenso e a mobilização de ações. A primeira tem uma função interpretativa para facilitar um acordo entre os que mobilizam e os mobilizados; enquanto a segunda promove a ação.

#### **4.2.1 Enquadramento Diagnóstico**

Ao longo do processo de construção das ideias que constituem os quadros de ação coletiva, o enquadramento diagnóstico se refere à identificação dos problemas e dos responsáveis por eles em determinado contexto social. Nesse processo, os movimentos sociais definem seus inimigos ao mesmo tempo que visualizam potenciais adeptos.

As primeiras páginas do Programa Agrário do MST (1998) consistiram no esforço dos líderes do movimento, com a contribuição de alguns intelectuais simpatizantes com as ações do MST, para a identificação dos problemas que afligiam a sociedade naquele momento. Podemos dividir os problemas identificados no programa em dois aspectos amplos: social e ambiental. Em ambos, o sistema capitalista é o principal responsável pela geração de tais problemas; o Estado assume o papel de conduzir os processos capitalistas.

De acordo com o programa, o desenvolvimento do capitalismo gera duas consequências sociais principais no campo: um desenvolvimento visivelmente desigual e um processo profundamente excludente.

Houve uma redução significativa do papel da pequena produção agrícola no abastecimento do mercado interno. Hoje, a maior parte da pequena produção agrícola está totalmente integrada à agroindústria. Esse tipo de produção agrícola está, hoje, subordinado à divisão social do trabalho e se especializando por produtos. O restante da pequena produção agrícola continua ao nível da subsistência, participando do mercado apenas como excedente de sua produção familiar e de forma marginal. O capitalismo em relação à pequena propriedade trata de redefinir o seu papel no mercado, subordinando-a ao controle do capital financeiro e da agroindústria [...] e amplia um desenvolvimento visivelmente desigual através de um processo excludente (MST, 1989, p. 06).

De acordo com o fragmento, a redução significativa do papel da pequena agricultura e a condição de “subsistência”, paralela à desvalorização da produção familiar em detrimento de produtos especializados e à integração às agroindústrias, eram resultados do desenvolvimento desigual proporcionado pelas relações capitalistas. Portanto, o desenvolvimento desigual e consequente processo excludente reproduziam simultaneamente as relações sociais entre os

pequenos agricultores (camponeses) e os representantes do capitalismo. Em consequência disso, aos poucos outros problemas se agravaram.

O conflito pela terra, o êxodo rural e a migração dos trabalhadores do campo foram consequências diretas do processo acima descrito. A intensificação das relações capitalistas no campo expulsou e induziu as pessoas à busca das cidades como única alternativa de vida. Relaciona-se como gerador desse fato também o rápido aumento da concentração de terras, ocasionado pela expansão das atividades econômicas e pelos interesses dos representantes do capitalismo. Na Amazônia, por exemplo, a expropriação foi acompanhada tanto pela saída do campo como pelo conflito: os principais conflitos pela terra foram gerados pelos grileiros representantes do capital financeiro e pelos troncos familiares ligados ao extrativismo comercial, que expropriavam os posseiros estabelecidos nas áreas públicas na década de 1970. Alguns posseiros saíam de suas habitações; outros, resistiam.

No entanto, ao mesmo tempo que a expansão das atividades econômicas se intensificava na Amazônia, atraía a migração. Na década de 1970, vários migrantes, sobretudo da região Nordeste, foram atraídos não apenas pelo *slogam* governamental de distribuição de terras para aquelas que não a tinham, mas principalmente pela introdução de grandes projetos, como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, e de outras atividades profissionais que poderiam garantir alguma renda, como os garimpos a céu aberto, tendo destaque Serra Pelada nos anos 1980.

Quanto aos aspectos ambientais, a modernização da agricultura foi acompanhada de diversas consequências ambientais. Além de que a expansão das lavouras de produtos destinados à exportação aumentou consideravelmente o monocultivo no país. Isto resultou da crescente demanda do comércio internacional nos últimos anos do século XX. Na Amazônia da década de 1990, por exemplo, a dinâmica econômica da região estava vinculada ao mercado de *commodities*, sobretudo no que diz respeito à pecuária. Nessa região,

[...] pela lógica do modelo adotado, explorou-se as riquezas apenas de forma predatória, explorando a madeira, os recursos naturais, os minérios; disseminando garimpos e destruindo a floresta para a implantação de projetos de pecuária extensiva. Sem nenhum proveito para a população local. Esse modelo comprometeu o equilíbrio da natureza, empobreceu sua população e [...] [impediu que houvesse] um verdadeiro desenvolvimento da agricultura [...] para a população local (MST, 1998, p. 9).

Paralelo ao desenvolvimento da produção capitalista na Amazônia e às suas consequências, no contexto nacional, o uso de adubos químicos e agrotóxicos potencializou o uso predatório da natureza, a exemplo do monocultivo da soja; não se preocupou com a conservação do solo, com o equilíbrio do meio ambiente e dos recursos naturais. Dessa forma,

baseada em uma política econômica para garantir os objetivos da política econômica dos grandes proprietários rurais, do comércio e das indústrias, a utilização da terra não representava outros interesses senão os do capitalismo. Assim, “não se aproveitava[ou] o enorme potencial que esses recursos naturais disponíveis representava[va] para o progresso econômico e o bem-estar de toda a população” MST, 1998, p. 13).

Na Amazônia, especialmente no município de Marabá, houve uma dominação social, econômica e política por empresas capitalistas, mas sobretudo por oligarquias agrárias, como os Mutran, que gradativamente concentraram as propriedades de terra e conduziram relações sociais baseadas na exploração, injustiça e discriminação.

Além do exposto, o Programa Agrário do MST aduziu o argumento de que o desenvolvimento das relações capitalistas gerou não apenas uma dominação econômica, mas cultural e ideológica das elites econômicas sobre os trabalhadores. Assim, o próprio capitalismo foi responsável pela desvalorização cultural dos locais por onde passou, “criando uma situação de preconceito e discriminação contra os valores cultivados pelos trabalhadores” (MST, 1998, p. 17).

Diante do documento do MST, o fio condutor do desenvolvimento capitalista se deve ao Estado, principal agente da dinâmica de tal desenvolvimento. Na busca de assegurar os interesses da política econômica, o Estado articulou as ferramentas necessárias para a alteração das relações sociais no campo brasileiro. Uma das influências que já vimos foi a própria criação da Sudam nos anos 1960, a qual concebeu a Amazônia Legal enquanto território brasileiro que precisava ser integrado economicamente ao restante do país e para isso atraiu várias empresas por meio de subsídios fiscais que facilitaram a implantação de empreendimentos econômicos ligados à exploração dos recursos naturais.

Quanto aos grupos sociais, o MST identificou que existiam uma burguesia agrária responsável pelos problemas sociais e ambientais na sociedade e constituíam uma classe dominante no campo brasileiro, a qual variava de região para região. Não era possível encontrar oligarquias agrárias ligadas ao extrativismo comercial em todas as regiões do Brasil como se percebeu na Amazônia ainda nos anos 1980, por exemplo. Já em relação aos camponeses, pode-se perceber várias categorias para compreendê-los (assalariados rurais, trabalhadores sem-terra e semiproletários, as quais também variavam de região para região. Enquanto que no Sul do Brasil havia um segmento camponês integrado à agroindústria do leite, do fumo e da uva, na Amazônia havia um segmento camponês constituído pelos posseiros. Mas em ambos os casos, foi possível identificar um grupo sem-terra (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

Como podemos ver, a agricultura capitalista buscava atender um mercado que não era o local e, como consequência, o Programa Agrário do MST compreendeu que isso deu origem a uma desvalorização de uma agricultura praticada historicamente pelas populações locais; que produz não apenas um modelo de produção de alimentos, mas materializa uma relação harmoniosa com a natureza. Em função dessas características, o desenvolvimento capitalista no campo gerou vários problemas agrários que precisavam de resolução.

#### **4.2.2 Enquadramento Prognóstico**

O enquadramento prognóstico apresenta as alternativas ao sistema capitalista, de acordo com os problemas identificados no diagnóstico. O objetivo principal não é abordar os enquadramentos de maneira totalizante, mas apenas identificá-los para compreender os motivos que levaram à ocupação da Cabaceiras. Para isso, foi analisada a continuidade do Programa Agrário do MST referente à Reforma Agrária Necessária. Chegou-se à conclusão que o MST organiza um pensamento crítico em torno da realidade para mobilizar a ação popular, a qual conduzirá a ação para a transformação social.

Este enquadramento se caracteriza pela tarefa de propor soluções aos problemas identificados. O ato de mobilizar é um elemento comum a todas as soluções apresentadas pelo Programa Agrário, pois assume importância para a realização da mobilização e, teoricamente, é uma condição para a ação coletiva (SNOW; BENFORD, 1988). Dessa maneira, na perspectiva do MST, somente a construção de um amplo movimento popular, o qual reúna todos os explorados e interessados na mudança social, poderá transformar a realidade e viabilizar a “Reforma Agrária Necessária”. Assim, a proposta inicial é “massificar” a participação popular e conduzir os mobilizados para a ação.

A Reforma Agrária Necessária se insere no debate sobre as transformações sociais que atendam os anseios dos trabalhadores, tanto do campo como da cidade. Assim, suas propostas e objetivos fazem parte de um conjunto de mudanças que se desejam alcançar e, sobretudo, na alteração da estrutura capitalista no país. Para sintetizar e relacionar os pontos mais importantes com a fazenda Cabaceiras, os objetivos foram organizados em três aspectos principais: segurança alimentar, debate realizado pelo MST na década de 1990; justiça social; e preservação e recuperação dos recursos naturais. Esse conjunto de mudanças, no entanto, só se inicia necessariamente com a democratização da terra.

A terra deve atender às necessidades da sociedade, mas, para isso, deve ser usada de maneira que não prejudique as populações futuras. Além disso, deve cumprir a sua função social

de acordo com a Constituição Federal de 1988. Para isso, a estrutura fundiária deve ser alterada pelas desapropriações e expropriações de modo que garanta o direito de todos os trabalhadores que vivem na/da terra. As duas formas de democratizar a terra (desapropriações e expropriações) são vinculadas aos diferentes meios de concentração fundiária no país. Na Amazônia dos anos 1970, por exemplo, o uso da grilagem por parte de grandes proprietários foi uma das principais estratégias desse grupo social para assegurar o domínio fundiário. Tendo isso em vista, o MST propôs a expropriação sem o direito de indenização pelos “proprietários”.

A democratização da terra pelo MST foi responsável por algumas mudanças introduzidas no Pará nos anos 1990. A proximidade de áreas urbanas a fim de possibilitar a melhoria no abastecimento das produções dos seus acampamentos e assentamentos foi um dos critérios da democratização da terra. Dessa maneira, conforme vimos nas alterações táticas do MST e na mudança dos repertórios de ação coletiva na luta pela terra no Pará nos anos 1990, as ocupações de terra e a construção de acampamentos próximas aos centros urbanos induziu o conflito com as áreas de maior influência dos grupos econômicos locais, que possuíam terras próximas ao mercado consumidor e não muito distante das cidades, como foi o caso de alguns troncos familiares no Pará (EMMI, 1987).

Assim, buscava-se regularizar não apenas a propriedade da terra, mas também todos os grupos sociais que viviam em instabilidade em razão da concentração fundiária em seus contextos locais.

Nos acampamentos e assentamentos, os participantes do movimento ocupam-se em construir uma nova de fazer agricultura e exigir do Estado (por meio de bancos públicos e outros órgãos) uma nova política agrícola a partir de instrumentos que estimulem a produção agropecuária e a reorientem para as reais necessidades dos camponeses. Assim sendo, a implantação da reforma agrária deverá ser complementada com políticas que garantam o comércio (transporte e armazenagem) e estimulem a produção de todos os alimentos saudáveis necessários para quem os produz e para toda a sociedade. A produção de alimentos saudáveis, de acordo com o MST, resumiu-se em reduzir ao máximo o uso de agrotóxicos, fertilizantes, adubos químicos e quaisquer outros meios responsáveis pela contaminação do solo e dos alimentos e promover práticas agrícolas alternativas.

Para combater o atual modelo tecnológico implantado na agricultura, outras soluções importantes também foram colocadas no programa agrário, tais como a necessidade de pesquisas técnicas adequadas a cada região, envolvendo as universidades, a fim de aumentar a produtividade das terras com um certo equilíbrio do meio ambiente e proporcionar um modelo

de agricultura adequado às realidades regionais e de um desenvolvimento autossustentado. Além disso, o MST previu a necessidade de capacitação técnica dos agricultores em todas as regiões do país. Assim, a tanto a capacitação técnica como os serviços de assistência técnica estariam voltados para as prioridades da Reforma Agrária Necessária e, como consequência, para um novo modelo de agricultura.

O desenvolvimento do novo modelo agropecuário, de acordo com o MST, deveria ser acompanhado de um programa de atendimento social, por parte do Estado, que garantisse à população camponesa: alfabetização, tendo em vista o alto índice de analfabetismo dos camponeses; e escola pública, com ensino adequado à realidade dos alunos. Com isso, buscava-se resolver os problemas de dominação ideológica, cultural e educacional mencionadas no enquadramento diagnóstico.

#### 4.3 OS TRABALHOS DE BASE

Outra diferença da atuação do MST se comparada com a luta dos posseiros se deve ao trabalho de base. Os trabalhos de base do MST resultam da aproximação de suas lideranças com os líderes religiosos da CPT, que colocavam em prática a Teologia da Libertação por meio dos trabalhos de base desde os anos 1970 no Pará. Os grupos de posseiros, mesmo sob a orientação e assistência dos STRs ou da CPT, eram formados, em muitos casos, sem a consulta a essas entidades representativas. Como consequência, os posseiros agiam de maneira autônoma. Em contraste, o MST mobilizava ativamente as famílias para as suas ocupações e decidia, nos espaços destinados aos trabalhos de base, onde e quando realizar as ocupações (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010).

A importância dos trabalhos de base é sustentada na ideia de que

[...] base quer dizer fundamento, alicerce, sustentação, início, parte indispensável. Na origem da palavra *base* o significado é andar sobre os próprios pés [...]. Base é o povo que produz as riquezas e é explorado e manipulado pelas elites dominantes, em todos os espaços. Significa começo, sustentação, algo indispensável que não pode faltar (PELOSO, 2009, p. 29-30).

A noção de sustentação e alicerce demonstra o quanto os trabalhos de base são, e sempre foram, uma etapa fundamental para a mobilização e formação dos sujeitos que ocupariam as terras. Nos anos 1990, em Marabá e Parauapebas, os trabalhos de base foram importantes para mobilizar os trabalhadores que viviam nas cidades em razão das ofertas de emprego nos grandes projetos e na mineração. Os sujeitos que haviam chegado no Pará com o objetivo de conquistar terra e foram frustrados por não encontrarem possibilidades de concretização de seus desejos,

destinaram-se aos postos de trabalhos nas cidades e/ou aos grandes projetos implementados na Amazônia. A trajetória de Raimundo pode ser um exemplo dessa assertiva: com 55 anos de idade e assentado no Assentamento 26 de Março, ele chegou no Pará na década de 1990 em busca de terra e trabalho. Por muito tempo, trabalhou em alguns garimpos ainda disponíveis de serem explorados, mas acabou indo trabalhar como vaqueiro para um grande proprietário, que lhe oferecia moradia e alimentação em troca de sua força de trabalho. No entanto, desiludido com a possibilidade de conquistar a própria terra, decidiu participar de um trabalho de base realizado pelo MST no município de Marabá no ano de 1999, o qual teve o desfecho na fazenda Cabaceiras, atual Assentamento 26 de Março.

Portanto, além dos grupos sociais que permaneciam no campo em busca de terra (os sem-terra), a mobilização do MST visou o mesmo setor social envolvido na luta dos posseiros nos anos 1970-80 que se manteve nas áreas urbanas, expropriado de terra, em função da formação das extensas fazendas de gado em Marabá (LOUREIRO, 2004) e do consequente aumento da concentração fundiária.

#### 4.4 OS REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA

A inovação dos repertórios de ação coletiva da luta pela terra também repercutiu no que diz respeito à atuação do MST no Pará. Se nos anos 1970 a luta pela terra ficou marcada pela “cultura da luta armada” dos posseiros, o mesmo não pode ser dito para os anos 1990, embora esse tipo de luta permanecesse. A presença do MST no Pará impôs um repensar nas formas de ação dos que lutaram pela terra naquele contexto.

De maneira geral, os repertórios de ação utilizados pelo MST nos anos 1990 mantiveram as ocupações de terra como o principal meio de se entrar nos latifúndios ociosos. No entanto, as ocupações foram estendidas para outros contextos. Na tentativa de pressionar diretamente os órgãos responsáveis pela redistribuição das terras ocupadas, o MST inseriu as ocupações a órgãos públicos, como as superintendências regionais do INCRA e as prefeituras locais, com o objetivo de se reunir diretamente com os representantes locais e pressioná-los para que as suas demandas fossem canalizadas.

Esse foi um importante impacto sobre a luta pela terra não apenas porque moldou os repertórios de ação, mas porque forçou diretamente a influência federal, estadual e municipal a alocar maiores recursos à reforma agrária no Pará, ao contrário dos STRs (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010). Dessa maneira, o movimento deu ênfase em melhorar qualitativamente os assentamentos existentes, pressionando as autoridades para que estas

oferecessem realmente políticas de assistência, como crédito, infraestruturas (estradas, energia elétrica, transporte) e assistência técnica.

Outra importante e diferente ação do MST com relação às ocupações de terras foi a influência que essa forma de ação alcançou na mídia e na própria estrutura dominante no Pará. O movimento almejou latifúndios muito valorizados, com proprietários de forte influência política e econômica, como os Mutran. É verdade que os posseiros nos anos 1970-80 também ocuparam áreas de castanhais de representantes dessa família em Marabá, mas as ocupações do MST eram compostas por um contingente maior de pessoas, com crianças e mulheres, e receberam um foco muito maior nas mídias. Mas isso não impediu que o movimento enfrentasse grandes batalhas com os latifundiários, o que, em muitos casos, envolveu vários despejos das áreas ocupada, como veremos no exemplo da ocupação do atual Assentamento 26 de Março.

Um dos problemas que envolveu a estratégia de ocupar áreas mais valorizadas e em muitos casos mais próximas dos centros urbanos residiu no fato de que poucas dessas propriedades atendiam aos critérios reivindicados pelo MST, pois geralmente eram produtivas e não passíveis de desapropriação e muito menos de expropriação (ONDETI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010).

Além de envolver um grande número de famílias, o MST adotou uma estratégia de protesto bastante pública que buscou fortalecer as alianças locais. Exemplar quanto a isto foi a passeata realizada juntamente com a CUT nas ruas de Marabá no ano de 1992. Além de que as ocupações nas beiras de estradas para fortalecer o próprio grupo e atrair a atenção do público mais amplo transmitiam uma demanda muito maior pelo cumprimento da reforma agrária, sobretudo quando essas ocupações envolviam conflitos diretos com os representantes do Estado (geralmente a Polícia Militar).

Essas afirmações são baseadas em uma pesquisa realizada na Casa de Cultura Marabá, onde houve o recolhimento de vários dados sobre a luta pela terra no Pará. Quanto ao número de famílias, por exemplo, a ocupação do MST na fazenda Maraton, em São Francisco do Pará, em 1997, que teve a participação de 600 famílias (O LIBERAL, 1997), foi quase três vezes maior, em quantidade de pessoas, se comparada com as ocupações dos posseiros registradas por Emmi (1987) e organizadas em um quadro no capítulo 3 deste trabalho. A maior ocupação em quantidade de famílias registrada pela autora foi a do castanhal Pau Seco, em Marabá, em 1980, com a participação de 178 famílias. A segunda maior teve a participação de 100 famílias, realizada no castanhal Fortaleza, em Marabá, em 1981.

A análise das notícias sobre a fazenda Maraton no jornal O Liberal também reflete a assertiva de que o MST inseriu maior persistência na luta pela terra ao pressionar os governos por meio de ocupações dos órgãos públicos. Nesta fazenda, por exemplo, quando os ocupantes do MST foram despejados pela Polícia Militar, eles ocuparam a sede do INCRA, em Marabá, até conseguirem que parte de suas reivindicações fossem canalizadas. Um fato curioso, ainda sobre essa ocupação, foi o suposto pânico que os participantes do MST teriam causado nos capangas<sup>14</sup> da fazenda, possibilitando um entendimento que este movimento passou a intimidar, por sua presença com grandes números de pessoas, os sujeitos que historicamente foram responsáveis pela intimidação e pela grilagem em áreas ocupadas por agricultores.

A repercussão da luta do MST ganhou mais notoriedade na sociedade paraense por ser pauta constante nas mídias locais de Marabá. Em consequência disso, entrou em um campo de disputa desigual, o midiático, o qual circulava as suas notícias com palavras que pouco refletiam sobre as ações desse movimento social. No dia 26 de janeiro de 1996, o jornal Correio Tocantins apresentou a seguinte manchete: “Sem-terra persiste em invadir a fazenda Macaxeira”<sup>15</sup>

A palavra “invadir” na enunciação do jornal atribuiu um sentido negativo na ação do MST, que reforçou uma marca discursiva já utilizada pelos fazendeiros para desqualificar as ações desse movimento. Como resposta a esse discurso midiático, o MST reforçou a palavra “ocupação” para dar significado aos seus atos. Entende-se que ocupar os latifúndios significa preencher um espaço com aspectos da vida, racionalidades e modos de viver nunca presentes nesses espaços. Esse caráter discursivo também faz parte dos repertórios de ação coletiva.

Tilly (1984) analisou os repertórios de ação na França e Grã-Bretanha e identificou algumas palavras habitualmente usadas pelas autoridades e mídias locais para nomear as ações resultantes da ruptura da ordem social, tais como “violência”, “desordem” e “rebelião” foram algumas delas. Para este autor, as palavras usadas no contexto francês e inglês significavam “rótulos de repressão, palavras infames que quase nunca pronunciam os próprios atores” (TILLY, 1984, p. 89). Portanto, à medida que esse contexto midiático-enunciativo das lutas coletivas ganha expressão, dissemina discursos que são contrários aos utilizados pelos movimentos sociais e, como consequência, escondem os sentidos reais do que está acontecendo.

Embora o MST tenha emoldurado os repertórios de ação coletiva da luta pela terra no Pará após a sua chegada no estado, suas ocupações não chegaram perto das ocupações dos STRs

---

<sup>14</sup> Funcionários do proprietário da fazenda.

<sup>15</sup> Correio do Tocantins, Marabá, de 26 janeiro a 01 fevereiro de 1996.

em quantidade. O MST foi responsável por apenas 15% das ocupações de terra no Pará nos anos 1990 (CPT, 1997). No entanto, o que se destaca é sua influência para outras entidades representativas da luta pela terra. O estilo de luta do MST não foi adotado em sua totalidade por outros grupos no Pará, mas foram bastante emitidos. Assim,

[...] grupos não filiados ao MST agora têm mais chances de montar um único acampamento, como faz o MST, em vez de dividir rapidamente uma área ocupada em lotes individuais. Os STRs agora também tendem a visar áreas mais próximas à “civilização” em vez de regiões mais remotas. Acampamentos de beira de estrada, que até recentemente eram quase exclusivamente associados ao MST, têm sido cada vez mais utilizados por grupos não filiados a esse Movimento (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010, p. 280).

Por conseguinte, pode-se considerar que as novidades dos repertórios de ação coletiva do MST impulsionaram e aprimoraram esforços de organização das formas de ação por meio de performances públicas, ocupações de órgãos públicos, de áreas de concessão mineral. Segundo o líder sindical de Marabá Francisco Ferreira de Carvalho, em entrevista concedida a Ondetti, Wambergue e Afonso (2010),

[...] antes de 1992, não achávamos que a reação da sociedade urbana à luta seria positiva. Pensávamos que a luta de massa seria esmagada pela repressão; que ela não funcionaria. O MST provou que podia funcionar. Em 1992, a luta dos posseiros era intensa, mas isolada. Cada sindicato se envolvia na própria luta, agora fazemos mais mobilizações públicas. Vamos à TV e fazemos denúncias. Fazemos marchas e organizamos manifestações públicas. Aprendemos com o MST (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010, p. 280).

É possível identificar no trecho acima não apenas a influência das ações do MST em si, mas do planejamento. A organização da “luta de massas” do MST provou aos STRs que era possível unir trabalhadores do campo e da cidade na luta pela terra no Pará, algo que havia gerado desconfiança quando o movimento chegou no Estado.

#### 4.5 AS OCUPAÇÕES DE TERRA NO SUDESTE DO PARÁ

Desde o início dos anos 1980, ocupar terras e nela montar acampamentos se tornou a principal forma de se demandar a reforma agrária pelos movimentos sociais do campo no Brasil. Dessas ações, se valeram tanto os sindicatos de trabalhadores rurais como o MST, diante de estruturas de oportunidades políticas (TARROW, 2009) que legitimam suas ações, como a Constituição Federal de 1988 na cláusula que prevê que terras que não caracterizam a função social devem ser desapropriadas e destinadas à reforma agrária. Assim, os movimentos sociais do campo têm sido os principais responsáveis por fornecer as diretrizes para que o Estado coloque em prática a política da reforma agrária, uma vez que as fazendas desapropriadas para tais fins sociais são aquelas ocupadas por estes movimentos. Portanto, os governos têm dependido das ações deliberativas dos movimentos sociais, os quais indicam, por meio das

ocupações de terra e pela formação de acampamentos, os latifúndios a serem objetos de intervenção (SIGAUD, 2005).

No Pará, a dinâmica de ocupações de terras esteve no bojo das atuações do MST. Nos anos 1990, o inimigo deste movimento não se limitava apenas aos latifundiários tradicionais (latifúndios ociosos). O MST entendeu como necessário sacudir a estrutura oligárquica que se sobrepunha com a entrada do capital financeiro e industrial no Pará. Em função disso, decidiu realizar a ocupação de uma área denominada de Cinturão Verde, em Carajás. Segundo João Batista<sup>16</sup>, que havia retornado a Parauapebas em julho de 1994 após um curso de formação no Maranhão, o MST entrou na área concedida à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) naquele mesmo ano para reivindicar a desapropriação da área e foi despejado pelas forças militares. A partir disso, iniciou

[...] a onda de acampamentos e deslocamentos. Fomos para Parauapebas, tinham poucas casas lá, um pessoal foi *pro* INCRA em Marabá, onde ficamos seis meses. E nisso fomos montando e desmontando acampamentos até que resolvemos entrar na Fazenda Rio Branco, em Parauapebas. Uma parte lá já era assentamento (João Batista, entrevistado em julho de 2014).

Apesar do despejo pelas forças militares da área concedida à CVRD, duas experiências foram importantes para a consolidação do MST: primeiro, o movimento levou a luta dos sem-terra para dentro da área de atuação da principal empresa de mineração no Pará, expandindo os repertórios de ação, antes empregados em latifúndios ociosos, e fortaleceu sua luta diante de seus inimigos, embora tenha havido a expulsão; segundo, a reflexão do despejo ocasionou uma ação em sintonia em diferentes municípios: enquanto alguns representantes ocupavam a Prefeitura de Parauapebas e a Fazenda Rio Branco, sob o domínio da família Lunardelli<sup>17</sup>; outros ocupavam a Superintendência Regional do Incra, em Marabá.

A estratégia do MST em sair da área de Carajás e se direcionar para o latifúndio tradicional, representado pelos pecuaristas proprietários da Fazenda Rio Branco, expressou a escolha do repertório de ação do MST em não enfrentar a pressão militar e a empresa estatal. Mas a luta também não foi fácil na fazenda: foram meses de ocupação e despejos. Em 1995, o MST deu início a um conjunto de manifestações nas ruas de Parauapebas e na prefeitura local para reivindicar o direito sobre as áreas ocupadas na Fazenda Rio Branco. Em certa ocasião, alguns representantes do movimento conseguiram dialogar com o governo local e agendar uma vistoria. Os laudos foram realizados, mas a fazenda não foi desapropriada em razão do resultado técnico ter considerado a fazenda produtiva. Consequentemente, o movimento marchou até

<sup>16</sup> Entrevistado no Assentamento Palmares II, em Parauapebas, no ano de 2014.

<sup>17</sup> Família tradicional da agricultura do café do estado do Paraná.

Eldorado dos Carajás, onde alguns de seus representantes foram convidados para uma negociação em Brasília, a qual teve o seguinte resultado: o Incra realizaria a desapropriação de parte da fazenda. Finalmente, em dezembro de 1996, após quase quinze meses de lutas, foi construído o Assentamento Palmares II.

No movimento desse processo, o MST continuou realizando trabalhos de base com trabalhadores do campo e da cidade com o objetivo de formar novos grupos de pessoas e organizar novas ocupações em Curionópolis. Por conseguinte, decidiu ocupar a Fazenda Macaxeira, em dezembro de 1995. De acordo com Fernandes (1999), os representantes do movimento, paralelamente à ocupação, iniciaram uma negociação com o Incra, que se propôs a criar um assentamento com cinquenta mil hectares, em Tucuruí. No entanto, o MST não concordou em razão de seu objetivo ser a criação de um assentamento na Fazenda Macaxeira. Como o acordo não foi colocado em prática, o movimento iniciou uma marcha para Belém no dia 10 abril. Já no dia 16 desse mesmo mês, seus representantes, com aproximadamente 2.000 pessoas, estavam em Eldorado dos Carajás, na “curva do S”, onde bloquearam uma rodovia estadual para pressionar o governo e agendar uma nova negociação.

Conforme Fernandes (1999), essa manifestação teve o objetivo também de exigir do Estado alimentação para as pessoas que estavam marchando rumo a Belém, o que foi garantido pelo então governador Almir Gabriel, junto com a promessa de liberação de um ônibus para transportar os manifestantes para Marabá, onde aconteceria uma negociação com os representantes do INCRA, na condição de que os manifestantes desocupassem a rodovia estadual. No entanto, no dia posterior, as lideranças do MST receberam a notícia que a garantia do governador não seria cumprida. Como consequência, elas decidiram ocupar novamente a rodovia. Nessa segunda ocupação, a polícia militar foi acionada para retirar os manifestantes do local, fato que provocou um conflito desigual reconhecido como “Massacre de Eldorado dos Carajás”, no dia 16 de abril de 1996, o qual tem a denominação justificada pelo seu resultado: pelo menos dezenove sem-terra mortos.

Após o massacre, o MST retornou para a Fazenda Macaxeira e em 1997 algumas áreas foram classificadas improdutivas e, portanto, foram desapropriadas. O movimento nomeou a área conquistada de Assentamento 17 de Abril e oficializou essa data como o Dia Internacional da Luta Camponesa (em Bruxelas) durante uma premiação internacional<sup>18</sup>. Um ano depois, mais

---

<sup>18</sup> Premiação Internacional Rei Balduíno Para o Desenvolvimento, entre os dias 10 e 17 de abril de 1997.

um episódio entrou para a história da luta pela terra no Pará. Esse marcou o tempo e o espaço do atual Assentamento 26 de Março.

#### 4.6 “O SONHO DE FAZ A MÃO E SEM PERMISSÃO”: A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO

Nesta sessão, serão analisados os processos que propiciaram a ocupação da fazenda Cabaceiras. Seu início apresenta uma breve história da motivação da ocupação. Em seguida, foi realizada uma breve análise do histórico ocupacional “castanhal-fazenda-acampamento” da área de estudo. Por fim, dois subtópicos apresentam o processo de mobilização e a realização dos repertórios de ação coletiva na fazenda.

A história do assentamento está relacionada com a continuidade da luta do MST no Pará. Após a criação do Assentamento 17 de Abril, o movimento ocupou a então Fazenda Goiás II, em Parauapebas, mas seus participantes foram expulsos por pessoas que trabalhavam para o proprietário da fazenda. Assim, o movimento transferiu o acampamento para próximo do município de Carajás, em 26 de março de 1998. Durante o deslocamento, os manifestantes do MST encontraram pistoleiros que trabalhavam para o proprietário da fazenda e, inevitavelmente, entraram em confronto com eles. A desigualdade do conflito foi evidenciada em seu resultado: a morte de duas lideranças: Onacílio Araújo Barros, conhecido como Fusquinha; e Valentim Serra, conhecido como Doutor.

No final da tarde daquele 26 de março, as famílias que ocupavam a Fazenda Goiás 2, em Parauapebas, já mostravam sinais de exaustão. Após o recebimento de uma decisão liminar de reintegração de posse, os sem-terra passaram todo o dia desmontando o acampamento. Com quatro caminhões cheios de pertences, a ideia era que as cerca de 300 famílias seguissem para o vilarejo Cedere 1, localizado nas redondezas do município. Mas a possibilidade de os sem-terra continuarem nas proximidades da fazenda desagradou o suposto proprietário da Goiás 2, o pecuarista Carlos Antonio da Costa, conhecido como Carlinhos, além de outros fazendeiros, que se sentiam ameaçados com o crescente processo de ocupações na região. Para resolver o impasse, os fazendeiros convocaram os sem-terra para uma conversa. Fusquinha, que já era uma das principais lideranças do MST no estado e que sempre esteve disposto ao diálogo, resolveu comparecer à reunião. A presença de policiais militares e oficiais de justiça dava ares de formalidade para o encontro. Para ajudar na negociação, o dirigente chamou o tesoureiro da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares (Aprocpa), o Doutor [...]. Ambos (Fusquinha e Doutor) entraram em uma Chevrolet D-20 branca, com mais três pessoas, e foram ao encontro dos fazendeiros. Além de Carlinhos, estavam presentes outros pecuaristas da região na época, como José Marques Ferreira, cujo apelido era Donizete, e Rafael Saldanha [...]. Carlinho foi quem deu a ordem para o fazendeiro e pistoleiro Donizete executar as duas lideranças. Em Fusquinha foram cinco tiros à queima-roupa; ele tombou no mesmo local. Já Doutor recebeu um único disparo no peito (BRASIL DE FATO, 2018).

Após a morte de Fusquinha e Doutor, as lideranças do MST iniciaram vários trabalhos de base e processos de formação para aumentar em quantidade o número das ocupações em Marabá. De acordo com Chico Onça, o objetivo do MST após a morte das duas lideranças era

[...] fazer algo tão grande como eles [os latifundiários] fizeram. Eles mataram duas lideranças do MST e o movimento também queria responder à altura. Então as lideranças começaram a fazer os cadastros [trabalhos de base] e informar as pessoas que a próxima ocupação seria em breve (Chico Onça, entrevista cedida em julho de 2017).

Um ano depois da morte das duas lideranças e da conquista do assentamento denominado de Onacílio Araújo Barros, o MST ocupou a Fazenda Cabaceiras, de propriedade da Família Mutran, em Marabá, no dia 26 de março de 1999 como forma de homenagem ao Fusquinha e ao Doutor.

A fazenda Cabaceiras, de propriedade da família Mutran, foi reflexo dos investimentos para a pecuária na Amazônia: de castanhal aforado sob o domínio dos Almeida entre 1954-1989 foi transformado em fazenda de criação de bovinos e exploração de madeira sob o domínio dos Mutran entre 1989-1999. Essa trajetória ocupacional e oligárquica (de castanhal aforado à fazenda de criação de bois) traduziu não apenas as transformações econômicas que aconteciam em Marabá, como também as manifestações dos sem-terra que lutavam por terra, os quais chegaram organizados pelo MST na propriedade dos Mutran em 1999 e criaram um acampamento.

Durante os anos 1990, a Fazenda Cabaceiras foi gerida pela Empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda. Como consequência de suas atividades econômicas, a floresta nativa do antigo Castanhal cedeu espaço para as queimadas e as áreas de pasto. Em razão disso e da forte influência desse tronco familiar na concentração de terras em Marabá, o MST realizou a primeira das três ocupações na Cabaceiras no dia 26 de março de 1999. Portanto, as ocupações do MST foram justificadas pela concentração da terra, pela derrubada da floresta nativa e ainda pelo trabalho escravo (BARROS, 2011), denunciado pelos próprios trabalhadores da fazenda às lideranças do movimento. Assim, depreende-se que a ocupação da fazenda e a organização atual do MST no Assentamento 26 de Março estão relacionadas a uma questão socioambiental.

O caráter socioambiental da ocupação do MST esteve associado ao seu Programa Agrário de 1998, analisado no subtópico 4.2. A motivação surgiu exatamente dos problemas socioambientais gerados pela família Mutran na área de sua influência. O Castanhal Cabaceiras, segundo as falas de algumas lideranças regionais do MST em Marabá, era o maior do município. Suas áreas de floresta nativa eram maiores que as áreas em hectares registrados

oficialmente. Mas a sua venda para os Mutran o transformou em objeto de interesses imediatos desta família. Houve o desmatamento do castanhal para a construção de uma fazenda de criação de bovinos e, como consequência, a derrubada da floresta nativa atraiu ainda mais a atenção das lideranças do MST para a necessidade de se colocar em prática a Reforma Agrária Necessária (MST, 1998) em Marabá.

#### **4.6.1 A mobilização dos participantes**

As mobilizações do MST no ano de 1999 foram orientadas pelo primeiro Programa Agrário de 1998, no qual o movimento identificou que a estrutura da propriedade da terra se desenvolveu no Brasil em dois sentidos: de um lado, as grandes propriedades cresceram tanto em número como em extensão; de outro, o número de “pequenos estabelecimentos do tipo familiar” cresceu sem o aumento da área total controlada por eles. A proposta do MST era realizar uma reforma agrária mais justa, tendo em vista o aprimoramento da reforma agrária promulgada pelo Estado, a fim de permitir o acesso à terra para aqueles que trabalham e vivem nela/dela (MST, 1998).

O programa agrário do MST de 1998 demonstrou que a agricultura brasileira estava completamente subordinada à lógica do capitalismo e à busca do lucro em um cenário de concentração fundiária no território nacional no decorrer dos anos 1990. Em regiões de fronteira, por exemplo, os investimentos estatais privilegiaram o desenvolvimento da pecuária, enquanto os interesses das pessoas que viviam da atividade agrícola não eram atendidos. Nesse sentido, a utilização da terra seguia “a lógica da maximização do lucro e se transformou num grave problema para a sociedade” (MST, 1998, p. 13).

Junto a este problema, o monocultivo empobrecia qualitativamente a possibilidade de uma produção diversificada e cada vez mais expulsava as pessoas do campo, obrigando-as a ir para as cidades. Dessa maneira, o MST propôs a resolução do problema por meio da Reforma Agrária Necessária para romper com o poder das oligarquias burguesas (MST, 1998), que se materializou em Marabá.

Um dos principais objetivos da Reforma Agrária Necessária analisado no enquadramento prognóstico foi preservar e recuperar os recursos naturais e, assim sendo, a fazenda Cabaceiras parecia se enquadrar exatamente no objetivo do MST. Então, as lideranças do MST em Marabá contextualizaram os problemas programa e iniciaram os trabalhos de base para a ocupação da fazenda.

O processo de mobilização em torno das ideias do programa agrário cumpriu a função de facilitar um acordo sobre os entendimentos compartilhados da realidade pelo MST a fim de promover a reforma agrária. Nesse sentido, teve uma função importante de guiar a orientação desse movimento e mobilizar as pessoas para agir em prol da mudança por meio da ação coletiva. Assim, movidos por tal entendimento, as lideranças do MST iniciaram os trabalhos de base em Marabá e em municípios circunvizinhos. Os trabalhos de base se constituíram como uma estratégia do movimento para a organização de um caminho de luta que envolveu os próprios interessados nas ocupações de terra. Edivaldo, assentado no Assentamento 26 de Março, contou, por exemplo, que

[...] o primeiro objetivo foi conseguir chegar até as pessoas e convencer elas a participar da luta. Aí a gente conseguiu multiplicar nossas possibilidades de luta [...]. E, o principal, né? Ensinar as pessoas a andar com os próprios pés. Isso significa despertar o que *tá* adormecido (Edivaldo, entrevistado em fevereiro de 2018).

Os dois objetivos entrelaçados dos trabalhos de base: “convencer” e “despertar”, podem ser compreendidos pela tarefa de mobilização no sentido do *frame bridging* ou ponte de quadros (SNOW et al., 1986). Nesse processo de mobilização, há duas ligações congruentes, mas desconectadas: uma relacionada com os interesses dos líderes de um movimento social; outra com os dos potenciais adeptos. Os trabalhos de base buscavam exatamente conectar a problemática da concentração fundiária e a necessidade da reforma agrária com os interesses dos camponeses. Para isso, as lideranças do MST explicavam para as pessoas que iam às reuniões sobre o amparo constitucional da função social da terra e do direito que elas tinham de serem assentadas. De acordo com Chico Onça, coordenador do núcleo de moradia 2, as reuniões apresentavam um caráter informativo: as pessoas começavam a perceber que a terra deveria ser distribuída caso não cumprisse a sua função social. Mas havia também a estratégia do convencimento, por meio da qual as lideranças faziam as pessoas refletirem sobre a própria situação social de “sem-terra”.

Messias também mencionou que a sua participação nos trabalhos de base realizados em Marabá despertou seu interesse em participar das ocupações de terra no município.

Na época dos primeiros trabalhos de base e dos cursos de formação em 1998 que eu participei, eu já comecei a perceber as coisas aqui da região. Eu comecei a pensar na minha própria realidade, na realidade da minha família [...] nos meus amigos que estavam longe e tinham o mesmo problema que eu [sem-terra]. Na minha vida em sempre trabalhei em fazenda e depois de um tempo nesse serviço a gente é liberado e recebe um salário que não vale pelo trabalho. E eu nunca tive minha terra por causa disso (Messias, entrevistado em julho de 2017).

Messias percebeu o quanto sua vida de vaqueiro era uma condição permanente para que ele nunca conquistasse a própria terra. A entrevista com ele me fez entender que a necessidade

de ter a própria terra estava relacionada com a distância de sua família, que estava no Maranhão. Assim, a participação no MST despertou a sua conscientização para as necessidades e injustiças sociais das quais foi refém: do trabalho como vaqueiro e da sua condição de sem-terra.

Quando ao modo de como aconteciam as reuniões, além dos convites realizados por meio de carros de som, elas também resultaram da difusão das informações pelas próprias pessoas<sup>19</sup>. Muitas pessoas resolveram participar das reuniões mesmo sem terem tido contato com as ideias do movimento anteriormente, mas por influência pessoas que haviam participado de reuniões anteriores, como é o caso de Chico Onça.

Eu morava em Marabá quando fiquei sabendo que o MST *tava* cadastrando famílias para as ocupações de terra. As pessoas estavam comentando sobre o movimento e toda hora a gente via notícias na televisão, no rádio. Eles *tavam* em todo lugar. Não tinha como não saber deles. Então um dia lá eu resolvi participar de uma reunião. Gostei e depois resolvi convidar as pessoas *pra* se reunir na minha casa, porque tinha um espaço grande e na primeira reunião que fui o espaço era pequeno. Era muita gente (Chico Onça, entrevistado em julho de 2017).

Após a primeira participação de Onça em uma reunião em Marabá, nunca mais ele se desvinculou do MST. Sendo assim, infere-se que os trabalhos de base organizavam as pessoas para que elas compartilhassem queixas comuns em relação à terra que não estavam organizadas para expressar seus descontentamentos.

Em alguns casos, as pessoas não se conheciam, o que dificultava a organização da ação coletiva por elas próprias. Algumas entrevistas evidenciaram que uma das estratégias do MST era realizar os trabalhos de base com pessoas de diferentes municípios que compartilhavam os mesmos problemas sociais. Durante as reuniões, as pessoas eram convidadas a falar dos problemas encontrados em seus municípios e, como consequência, elas se identificavam entre si. Edivaldo, por exemplo, residente em Marabá no ano de 1999, contou que sua segunda participação nos trabalhos de base, ocorrida no município de Itupiranga, foi motivada pela intenção de ouvir as pessoas desse município e com elas compartilhar ideias. Portanto, os trabalhos de base facilitavam a proximidade entre as pessoas de diferentes municípios para que elas compartilhassem seus problemas e se identificassem em torno de uma mesma questão.

Em face do exposto com relação à mobilização por meio dos trabalhos de base, entende-se que as pessoas que participavam das reuniões do MST eram orientadas pela interpretação que o movimento fazia sobre os problemas sociais que afetavam os camponeses e a sociedade de

---

<sup>19</sup> Algumas lideranças do MST denominaram essa difusão como processo *formiguinha* em que as notícias são repassadas de rapidamente entre as pessoas.

maneira geral no Pará. Com base no Programa Agrário de 1998, o diagnóstico e prognóstico de seus enquadramentos estavam sendo contextualizados no município de Marabá.

Por meio dos trabalhos de base, as pessoas percebiam suas aflições coletivamente e passavam a rotular seus espaços de vida como problemáticos. Dessa maneira, defendendo a ideia de que os enquadramentos do MST foram esforços para restaurar e assegurar uma interação significativa diante de situações problemáticas enfrentadas pelo grupo social que o compunha.

De acordo com Snow et al. (1986), o *frame alignment* é uma condição necessária para a realização de uma ação coletiva. O alinhamento de quadros interpretativos acontece quando os líderes de um movimento social tentam alinhar suas ideias com a realidade e os problemas vivenciados pelos seus adeptos. Portanto, tem uma função de mobilizar as pessoas para que ajam de acordo com enquadramentos específicos que afligem o contexto social no qual estão inseridas. No caso do MST, seus participantes eram convidados a participar das reuniões a fim de compartilharem o pensamento de que a estrutura responsável pela concentração fundiária e pelos demais problemas em Marabá precisava ceder espaço para a construção da Reforma Agrária Necessária.

Os meios pelos quais as lideranças do MST realizavam o alinhamento interpretativo foram vários. Como vimos, o processo formiguinha e as reuniões com os camponeses foram responsáveis por difundir uma rede interpessoal para que as pessoas pudessem compartilhar suas queixas e as ideais do movimento. Ao final de cada reunião, as lideranças do movimento passavam uma lista para que fosse assinada pelas pessoas que pretendiam continuar nas futuras mobilizações e que pudessem repassar as informações para outras pessoas com o objetivo de aumentar em quantidade o número de participantes. Por meio dessa lista, o MST tinha a informação das pessoas que compartilhavam de suas ideias e que estavam dispostas a participar de suas futuras ações.

Snow et al. (1986) argumentaram que a emergência de um movimento social requer a revisão da maneira pela qual as pessoas enxergam uma situação problemática e o futuro de sua vida, percebendo uma situação de injustiça. Assim, as situações que costumeiramente são percebidas como normais são revisadas pelos líderes dos movimentos sociais e concebidas como injustas e mutáveis. Portanto, o que está no foco da mobilização não é meramente a presença de queixas que são realizadas diante de situações normais, mas a elaboração de uma interpretação de tais queixas de modo que possam despertar as pessoas para que ajam em conjunto em prol de uma mudança.

Ao perceberem a situação interpretada pelas lideranças do MST como injusta, as pessoas que participavam das reuniões dos trabalhos de base partilhavam uma liberação cognitiva baseada na injustiça e eram organizadas para a realização das ocupações de terra. Assim, as ocupações constituíram um modo de ação que definia a concentração fundiária e os demais problemas a ela relacionados como um sistema injusto.

Após as reuniões, a identificação da área que seria ocupada e do latifúndio que iria se enfrentar, o MST reuniu as famílias para uma carreta em direção a Carajás com o objetivo de fazer uma manifestação contra as mortes de Fusquinha e Doutor no dia 26 de março de 1999. Em torno de 1.600 pessoas participaram dessa manifestação, acompanhadas pela Polícia Militar. No entanto, o objetivo principal da carreta foi a ocupação de uma fazenda localizada ao longo do percurso, a fazenda Cabaceiras<sup>20</sup>. Isto indica que a ocupação deste latifúndio foi planejada para que seu início acontecesse junto à carreta a fim de não atrair a atenção dos militares, os quais poderiam se antecipar e chegar primeiro na área a ser ocupada.

#### **4.6.2 A realização dos repertórios de ação coletiva**

Como se pode notar, os ocupantes da fazenda Cabaceiras já haviam criado uma estratégia antecedente ao ato de ocupar. Durante a carreta, que tinha aproximadamente 13 caminhões, um grupo de pessoas parou em uma das áreas da fazenda para um possível descanso, momento em que a ocupação foi iniciada. Um fato curioso e que demonstra a dimensão da sensação do medo que a família Mutran impusera em Marabá foi a escolha de algumas pessoas que não sabiam da ocupação não permanecerem no local. A influência social da família Mutran era muito forte no imaginário social dos conflitos pela terra em Marabá. Em uma entrevista, Chico Onça contou que a família era conhecida como a mais poderosa no município, “pois eles tinham gente metido na política, eram donos de terra, tinham muito dinheiro, controlavam a polícia [...] então tudo isso gerou medo nas pessoas” (entrevistado em julho de 2017). Mas uma das funções daquela ocupação era justamente “mostrar às pessoas que quem tem o poder são elas”, disse o entrevistado. Assim, entende-se que o papel do MST era, como já foi dito anteriormente, sacudir a estrutura responsável pela dominação em Marabá e erradicar o imaginário social construído em torno da família Mutran<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> De acordo com Chico Onça, assentado e coordenador no Assentamento 26 de Março, “o movimento esperava que todo mundo da carreta participasse. Tinha terra *pra* muita gente” (entrevista cedida em julho de 2017).

<sup>21</sup> Ainda hoje, em função do imaginário social tão forte em relação a essa família e às áreas que estavam sob seu domínio, é possível identificar que a denominação do Assentamento 26 de Março não foi suficiente para apagar o histórico da área do imaginário social de Marabá. Durante a primeira pesquisa de campo, algumas vezes eu perguntei aos taxistas, aos moto-taxistas e aos motoristas de cooperativas de vans a localização do Assentamento

Assim, a ocupação desse latifúndio teve um caráter simbólico, pois se deu como uma continuidade da luta pela terra contra o latifúndio tradicional na região, os “donos de castanhais”. Ao mesmo tempo, também foi uma homenagem ao Fusquinha e ao Doutor, mortos em conflitos anteriores. Além disso, antes mesmo de sua realização, as primeiras fricções já haviam ocorrido entre o MST e os proprietários da fazenda. Segundo os dados levantado por Barros (2011), alguns integrantes do MST em 1998 já haviam comunicado o interesse do movimento em ocupar a fazenda Cabaceiras à mídia local. A ocupação da fazenda também foi pretensão dos sindicatos de trabalhadores rurais, mas estes não chegaram a se organizar para ocupar um latifúndio e uma família proprietária de tamanha imensidão. Como resposta ao interesse dos integrantes do MST, a Empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda. ingressou na Vara Cível da Comarca da Marabá com uma ação de interdito proibitório contra a possível ação dos líderes do MST. De acordo com o documento, analisado e prontamente atendido pelo magistrado, o proprietário da fazenda exigia ainda que os integrantes do movimento pagassem R\$ 50,00 reais por dia ocupado.

As ocupações da Cabaceiras perpassaram por três reintegração de posse. A primeira ocupação na Cabaceiras em 26 de março de 1999 aconteceu às margens da então Rodovia PA-150<sup>22</sup>, pois os ocupantes entenderam que seria mais viável acampar, inicialmente, próximo à rodovia do que penetrar imediatamente no interior da fazenda. A tarefa de conhecer o interior da Fazenda aconteceu após a primeira ocupação às margens Rodovia. Entre os ocupantes, havia pessoas de Parauapebas, Jacundá, Itupiranga, Marabá, Carajás e Conceição do Araguaia. O fato de a maioria dos manifestantes presentes na carreta não permanecer no local da ocupação, não desanimou as pessoas que já sabiam que a fazenda Cabaceiras seria ocupada naquele dia. Por volta de 18 horas, os ocupantes se reuniram onde hoje é a vila 1 do assentamento e foram recebidas por uma chuva que se estendeu pela noite. Ainda assim, elas se organizaram para atuar coletivamente com base em objetivos comuns diante de um cenário não favorável aos seus interesses.

Eles montaram um acampamento e nele permaneceram por aproximados 30 dias, quando foram despejadas por uma Mandato Judicial de Reintegração de Posse que determinava

---

26 de Março. Alguns disseram que eu estava querendo dizer Assentamento 1º de Março (outro assentamento em um município próximo a Marabá), pois não reconheceram a área com o devido nome. No Terminal Rodoviário de Marabá, eu contava a minha aflição a uma colega que eu havia encontrado, que por sinal também estava em busca da localização de outra área. Conversávamos sobre uma possibilidade. Chegamos à conclusão de mencionar um ponto de referência. Retornei então à cooperativa dos moto-taxistas e mencionei o Campus Rural de Marabá. Foi então que eles me disseram: “ah, você está querendo chegar na Cabaceiras. Não é assentamento não”.

<sup>22</sup> Essa rodovia foi federalizada em 2010 e se tornou a atual BR-155.

a desocupação da área para a realização de uma vistoria técnica pelo Incra, a qual deveria ocorrer em um período máximo de 30 dias. A família Mutran havia solicitado um contingente da Polícia Militar para desapropriar as famílias que estavam acampadas em sua propriedade há quase um mês. Na ocasião, 16 trabalhadores foram detidos, mas logo depois foram liberados em razão de uma grande manifestação realizada em Marabá (BARROS, 2011). Durante essa expropriação, as lideranças do MST transferiram o acampamento para uma área próxima às margens do Rio Sororó, ainda dentro da Cabaceiras, onde montaram um novo acampamento e lá ficaram por quase 50 dias. Nesse interim, os integrantes da ocupação decidiram acampar na sede do INCRA em Marabá a fim de agilizar a negociação para a execução da vistoria técnica com os representantes do Governo de Almir Gabriel. No Incra, passaram 4 dias até que o prazo para a realização da vistoria expirar. Por isso, os integrantes do movimento decidiram montar novamente outro acampamento na fazenda no dia 10 de junho de 1999. Dessa vez, a ocupação aconteceu na sede da fazenda, próxima à beira da então Rodovia PA-150.

Essa ocupação durou cerca de 40 dias e foi nela que o MST denunciou a existência de um cemitério clandestino na Cabaceiras, no qual supostamente a família Mutran havia enterrado os empregados da fazenda que morriam. A denúncia foi legitimada pela descoberta pelos integrantes do MST, com a ajuda de um antigo trabalhador da fazenda, de uma ossada. Após a denúncia, o então procurador do Ministério Público Federal Ubiratan Cazetta requereu à Polícia Federal para que houvesse uma averiguação da denúncia, que aconteceu cinco dias depois pelo Instituto Médico Legal (IML). No entanto, Délio Mutran, um dos representantes da empresa, negou os fatos colocados pelas lideranças do MST e pelo próprio antigo trabalhador da fazenda. Por sua vez, o IML considerou que as ossadas estariam no local há mais de 30 anos após análises técnicas e, portanto, não tinham relação com a família Mutran, já que estava na fazenda desde 1989. Diante disso, o MST se manifestou publicamente contra os integrantes do IML e do Ministério Público Federal por estes favorecerem à empresa dos Mutran (BARROS, 2011).

Paralelamente a esta situação, o Incra propôs aos 850 ocupantes (ALMEIDA, 2017) que eles fossem transferidos para uma gleba a mais de 120 km de Marabá. Segundo Chico Onça, “era uma área longe *pra cacete* [...] eles queriam era que a gente fosse pra longe e deixasse os Mutran em paz, mas a gente *tava* determinado” (entrevista cedida em julho de 2017). Esta segunda ocupação também estava sob o impasse de outro Mandato Judicial de Reintegração de Posse. Como os integrantes do MST não aceitaram a proposta, mais uma vez um contingente de policiais militares, com 120 homens, foi acionado para a retirada dos ocupantes.

**Figuras 9 e 10:** Reintegração de posse na fazenda Cabaceiras em julho de 1999.



Fonte: Secretaria Estadual do MST, em Marabá (PA).

Após o segundo despejo, os ocupantes se direcionaram para a superintendência do INCRA de Marabá e ocuparam este órgão para negociar o retorno das famílias à fazenda. No entanto, sem resultados positivos na negociação, os integrantes do MST retornaram para a fazenda pela terceira vez e montaram um acampamento em uma área de 81 hectares (0,81% da área total) às margens da PA-150 (BARROS, 2011).

#### 4.7 A CONSOLIDAÇÃO DO ACAMPAMENTO 26 DE MARÇO E SUA CONSOLIDAÇÃO

Para compreender a consolidação do acampamento, parte-se de ideia de que o MST não dependeu apenas dos enquadramentos interpretativos e dos repertórios de ação coletiva para assegurar seu futuro e sua permanência na fazenda. Ele precisou desenvolver estratégias para unir seus participantes e chamar a atenção da sociedade para a importância daquela ocupação.

A mística foi decisiva em um primeiro momento. Vários festejos foram organizados e criou-se a tradição de que todo ano no dia 26 de março haveria uma comemoração em homenagem à data da ocupação e aos representantes do MST que tombaram na luta pela terra nesse mesmo dia em 1998.

A presença do cantor e compositor Chico César em um show realizado no acampamento mobilizou pessoas de várias localidades, o que contribuiu para que a ocupação fosse reconhecida e propagada à sociedade de Marabá. Além disso, o MST precisou se organizar. A organização do movimento no acampamento obedeceu a sua estrutura orgânica<sup>23</sup>, que permite

<sup>23</sup> A estrutura orgânica, entendida também como organicidade, é fundamental para que o MST consiga cumprir seu papel de lutar pela reforma agrária. Esta estrutura ganha forma na prática cotidiana no momento em que as famílias se inserem na organização proposta pelo movimento e a dinamizam nos acampamentos e assentamentos, onde os objetivos do movimento orientam o caminho a ser seguido para concretizar o projeto de reforma agrária do MST (BOGO, 1999).

a sua funcionalidade em âmbito nacional, por meio da Direção Nacional, e garante o caráter de "movimento" de modo que atenda as especificidades locais dos acampamentos e assentamentos mediante as coordenações (nacional e estadual) e os núcleos de base. No entanto, no início, a organização não se deu por meio de núcleos de base no acampamento, mas sim por Grupos de Famílias, cada qual contendo de 40 a 60 famílias. Além disso, foram estabelecidos vários setores (educação, saúde, segurança, disciplina, comunicação e produção).

**Figura 11:** Show com a participação do canto e compositor Chico César. **Figura 12:** Festividade no Acampamento 26 de Março.



Fonte: Secretaria Estadual do MST, em Marabá (PA).

Outro importante para a consolidação do MST no acampamento foi a criação de uma escola pelo setor de educação no segundo dia de ocupação.

**Figuras 13 e 14:** Escola Carlos Marighella na época do Acampamento 26 de Março.



Fonte: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 18 mar. de 2017.

A Escola Carlos Marighella foi regularizada no ano de 2000 pela Secretaria Municipal de Educação de Marabá durante o governo do prefeito Geraldo Veloso e foi a primeira escola a ser reconhecida em um acampamento do MST no Brasil. Sua importância inicial perpassou a educação das crianças e dos jovens acampados com uma equipe de professores interna formadas pelo *setor de educação*, totalmente ligada à pedagogia do movimento. Isso caracteriza uma das

principais estratégias do MST: construir as escolas em sua área de influência para mantê-las vinculada à sua organicidade.

Embora já estivesse regularizada e pudesse contar com o apoio de professores indicados pela Secretaria Municipal de Educação de Marabá, o MST continuou conduzindo a educação com educadores do próprio acampamento, o que permitiu a ampliação de matrizes pedagógicas internas que são desvalorizadas pelos sistemas de ensino oficiais: pedagogia do trabalho, pedagogia da terra, pedagogia da história, pedagogia da organização coletiva e pedagogia da luta social. De acordo Pereira, diretora da escola em 2017, “essa combinação das linhas de atuação do movimento e da construção da escola dentro de nossa área de influência estimulou nossa criatividade *pra* implementar na prática os princípios da pedagogia da terra” (entrevistada em julho de 2017). Portanto, pensar o projeto de educação do MST também é se referir à combinação entre luta pela terra e a construção de uma pedagogia adequada ao contexto específico em que o movimento atua, o que propicia um vínculo com a organização e a luta desse movimento.

Outro setor criado no acampamento foi o de saúde com o objetivo para amparar as pessoas que ficassem doentes. Nesses casos, as famílias ajudavam umas às outras quando necessário, o que às vezes envolvia um custo financeiro, quando fosse necessário algum atendimento hospitalar fora do acampamento. Uma pessoa era escolhida em cada grupo de família para exercer uma função como a que exerce um agente de saúde. Em âmbito coletivo, foram desenvolvidas hortas medicinais e vários cursos de formação com a contribuição de representantes da Pastoral da Saúde. Quando os casos de saúde eram mais graves, como os surtos de malária que geralmente atingiam os acampados, os grupos de famílias recolhiam uma ajuda financeira e se mobilizavam para interditar a PA-150 com o objetivo de chamar a atenção do Poder público para que este fornecesse assistência médica aos doentes. Além disso, os manifestantes geralmente exigiam uma equipe médica permanente na área.

Em relação ao *setor de segurança*, eram organizados grupos de famílias com aproximadamente 60 pessoas, as quais revezavam diariamente nos pontos de vigilância. Um estudo mais apurado realizado pelos estudantes do IFPA concluiu que foi combinado entre os acampados que entre 22 horas e 05 horas ninguém poderia sair do acampamento. Isso porque havia um perigo relacionado aos pistoleiros da fazenda Cabaceiras e também a um episódio: um corpo de um empregado da fazenda encontrado próximo do acampamento. Ao colocarem o corpo próximo ao acampamento, a intenção dos proprietários da fazenda era incriminar os acampados, responsabilizando-os pela morte do funcionário (IFPA, 2012).

O *setor de disciplina* era responsável por manter as pessoas dentro da estrutura organizativa do MST. Caso alguém não obedecesse às diretrizes dos líderes do movimento, poderia haver a expulsão do acampamento. Em alguns relatos, houve várias transgressões em relação às diretrizes do movimento: uma delas, por exemplo, compreendeu o caso de um acampado que teve problemas com alguns integrantes do grupo de família do qual participava. Isso comprometeu a sua participação nas atividades destinadas a esse grupo. Ele ficou conhecido como o que “não fazia nada”. Para não ser expulso do acampamento, o acampado conversou com as lideranças do MST e pediu para ser trocado de grupo de família.

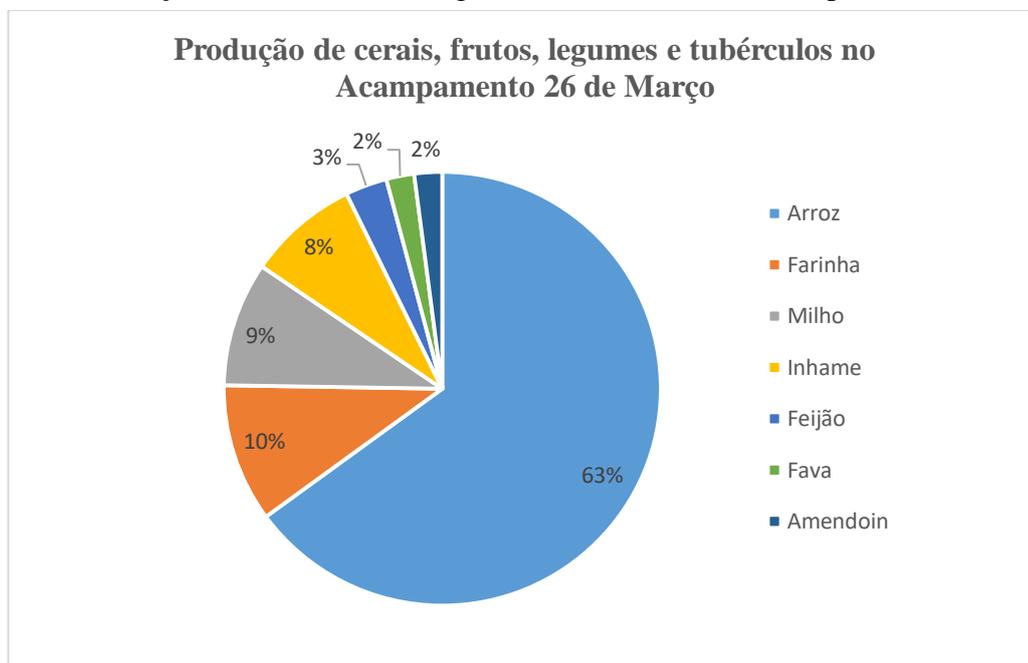
Já o *setor de comunicação* tinha importância por deslocar informações de fora do acampamento para dentro dele e vice-versa. Os responsáveis pela comunicação deslocavam-se para o centro municipal de Marabá para ter notícia a respeito da repercussão do acampamento e também divulgavam as principais denúncias da fazenda em redes sociais: prática de trabalho escravo, degradação ambiental (extração de madeira de lei) e a divulgação do cemitério clandestino.

Embora o MST estivesse criando inicialmente suas primeiras iniciativas para permanecer na área, a situação no Acampamento 26 de Março foi difícil, pois as pessoas enfrentaram várias dificuldades em relação à alimentação. A princípio, alguns assentamentos próximos do acampamento fizeram doações de alimentos, bem como igrejas e simpatizantes do MST que residiam em Marabá. Além disso, alguns representantes do MST acampados no 26 de Março ocupavam as margens da PA-150, a sede do Incra e organizavam passeatas nas ruas de Marabá a fim de chamar a atenção do Poder público local. Como consequência disso, o INCRA cedeu cestas básicas para as famílias até o processo produtivo no acampamento se fortalecer. Nesse contexto, o setor de produção foi fundamental para o fortalecimento do MST.

Esse setor foi fundamental por colocar em prática um dos enquadramentos prognósticos do MST: a segurança alimentar. Foram organizadas hortas para complementar a alimentação dos acampados e gerar renda no acampamento. O excedente da produção das famílias era vendido em feiras no centro municipal de Marabá e às margens da PA-150. Nessa época, muitas pessoas que transitavam pela porção em que o acampamento estava localizado paravam para comprar os produtos dos acampados. Estrategicamente, as hortas eram cultivadas no limite do acampamento com a rodovia estadual para também demonstrar aos que por ela passavam que o acampamento estava produzindo alimentos. De acordo com Edivaldo, havia muita desconfiança em relação ao acampamento: “muitos diziam que a gente *tava* aqui só fazendo

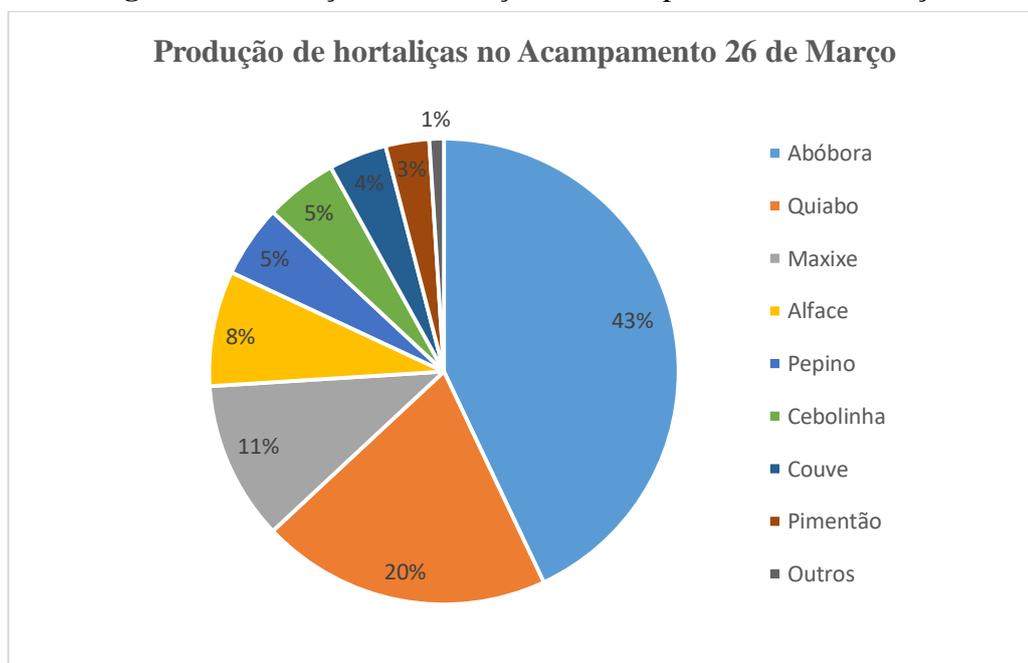
perdendo tempo. Que a gente não ia conseguir produzir porque era área *pra* criação de gado. A gente mostrou o contrário” (Entrevista cedida em julho de 2017).

**Figura 15:** Produção de cereais, frutos, legumes e tubérculos no Acampamento 26 de Março.



Fonte: Secretaria Estadual do MST, Marabá (PA).

**Figura 16:** Produção de hortaliças no Acampamento 26 de Março.



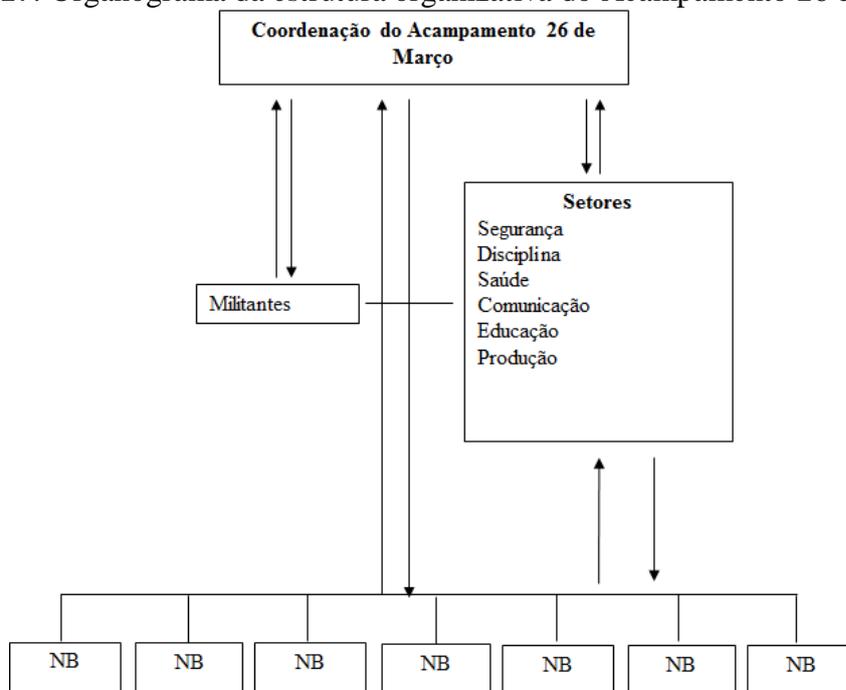
Fonte: Secretaria Estadual do MST, Marabá (PA).

Diferentemente das hortas, os cultivos de lavoura branca (arroz, milho, mandioca, feijão, banana, batata, inhame e fava) eram realizados a aproximadamente três quilômetros de distância das margens da PA-150 em direção ao interior do acampamento. Esses cultivos

também eram comercializados nas feiras de Marabá e às margens da rodovia; ao contrário das hortas, produzidas às margens da rodovia estadual.

Diante do exposto, pode-se resumir a estrutura orgânica do Acampamento 26 de Março da seguinte maneira:

**Figura 17:** Organograma da estrutura organizativa do Acampamento 26 de Março.



Fonte: Secretaria Estadual do MST, Marabá (PA).

Ao longo do tempo no acampamento, 20 núcleos de base, contendo entre 10 e 20 famílias cada, substituíram os grupos de famílias. Segundo Giselda Coelho, em entrevista cedida a Gomes (2009), “o núcleo de base é um espaço por onde deve perpassar todos os debates e sugestões do que fazer no acampamento/assentamento, a coordenação tem o papel de coordenar o processo e os setores de executar as definições tomadas” (entrevista cedida por e-mail, em 07 de março de 2009). De acordo com Gomes (2009), os núcleos de base, enquanto espaço de estudo, formação e deliberação, foram importantes por possibilitarem que os assuntos internos, sobretudo em relação aos debates de cunho político no acampamento, passassem por cada núcleo de base de maneira mais aprofundada, o que garantia a participação de um número maior de famílias. Isso facilitava o resultado do debate, que chegava na coordenação do acampamento até a direção estadual. Tal estrutura de organização passou a exigir reuniões constantes entre os militantes, a coordenação e as famílias que faziam parte dos núcleos.

Foi dessa estrutura orgânica que resultou o fortalecimento da luta do MST no acampamento. Assim, a consolidação da organicidade se deu por meio de uma articulação entre

os militantes do movimento e a sua base social, do fortalecimento de um espaço de estudo, debate e aplicação das linhas política do MST por meios dos núcleos de base e dos setores, responsáveis por organizar os principais aspectos da vida cotidiana.

Em 18 de outubro de 2004, ainda na fase do acampamento, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva decretou que a área da fazenda Cabaceiras deveria servir o interesse social para fins de reforma agrária, mas a família Mutran conseguiu logo em seguida um mandado de segurança concedido pelo Supremo Tribunal Federal que suspendeu os efeitos do decreto presidencial (BARROS, 2001). Esse episódio marcou mais um impasse entre as famílias e os proprietários da fazenda e a partir dele entende-se que embora o MST estivesse fortalecendo a sua permanência no acampamento, a família Mutran se articulava para não permitir que os objetivos do MST fossem alcançados.

Após a suspensão do decreto presidencial, os acampados se organizaram para realizarem o loteamento e a distribuição dos lotes entre as aproximadamente 200 famílias acampadas naquele momento por meio de contratação de profissionais de agrimensura e topografia, antecipando por iniciativa própria o que deveria ser feito pelo INCRA. O pagamento aos profissionais resultou da contribuição financeira das famílias acampadas, em que cada família contribuiu com aproximadamente R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais). O loteamento teve seu fim no final do ano de 2006 e a sua realização aconteceu de acordo com os interesses do MST e contribuiu para que o movimento impusesse ao INCRA a organização do espaço em que as famílias seriam distribuídas após a criação do assentamento. Portanto, foi uma estratégia para espacializar as famílias que antes estavam acampadas em apenas 81 hectares da fazenda ao longo dos 10.000 hectares da área total. No entanto, as famílias não foram para os lotes no final de 2006. Elas permaneceram nos núcleos de base até a criação do assentamento em 2008.

#### 4.8 A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS QUADROS INTERPRETATIVOS DO MST NO ACAMPAMENTO 26 DE MARÇO

A partir de sua estrutura orgânica interna, o MST materializou a “Campanha das Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade” no Acampamento 26 de Março. Essa campanha foi lançada em 2003 por ocasião do III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Nesse fórum, foi estimada a necessidade de uma reunião entre representantes da Via Campesina e Amigos da Terra<sup>24</sup> para a elaboração de marcos gerais capazes de definir enfoques, desafios e projeções da campanha.

---

<sup>24</sup> Rede internacional de organizações ambientais em 75 países.

Em junho de 2004, a IV Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em São Paulo e organizada pelo MST, teve como resultado um documento preparatório para a aplicação da campanha das sementes em vários países do mundo, especialmente no Brasil. A campanha das sementes preconizou a construção de um dispositivo centralizador das agendas dos movimentos sociais camponeses e, aliada a um conjunto de temas propostos e defendidos pela Via Campesina – como soberania alimentar, agroecologia e valorização das culturas e dos conhecimentos locais, ganhou consistência como instrumento de luta contra o modelo convencional de agricultura, bem como contra as regulações exercidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Diante disso, alguns trechos com os principais fundamentos, princípios e algumas estratégias de desenvolvimento da “Campanha das Sementes: Patrimônios dos Povos a Serviço da Humanidade” foram analisados para compreender de que maneira o MST enquadrou os aspectos importantes a serem interpretados e contextualizados em áreas da reforma agrária. O objetivo foi compreender a contextualização dessa campanha no Acampamento 26 de Março como um quadro interpretativo criado pelo MST para fortalecer diversas formas de luta no cotidiano desse acampamento.

Para tal contextualização, no entanto, foi necessário retornar brevemente o modelo de organização social e produtivo que o MST havia desenvolvido no início dos anos 1990 a fim de entender a sua transição para a agroecologia e a consequente aproximação com a campanha das sementes.

#### **4.8.1 A transição do MST para a agroecologia**

Em 1992, o MST criou a Confederação das cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) para formalizar a organização social e produtiva baseada no cooperativismo. Dessa maneira, a confederação (em nível nacional) foi estruturada nas instâncias locais e dinamizou o projeto de cooperação agrícola dentro dos Sistemas de Cooperação dos Assentados (SCA), estes compostos pelas CPAs em nível de assentamentos rurais.

As cooperativas agrícolas almejadas pelo MST objetivavam inserir a sua base social em um trabalho coletivo voltado para o mercado: “o importante [das cooperativas] é criar em cada pessoa o esforço do ‘pensar coletivamente o assentamento’ e disto adequar o sonho de cada um ao potencial produtivo existente e a real necessidade de planificar as ações econômicas (MST, 2001, p. 87). Assim, acreditava-se que esse modelo pudesse propor formas de cooperação que ajudassem as famílias camponesas vinculadas a este movimento a viabilizar o autoconsumo ao

mesmo tempo que viabilizasse uma produção para o mercado. No entanto, tal proposta apresentou as suas limitações.

Morais (1986), autor que elaborou uma teoria da organização específica para o campo – a qual foi acolhida como instrumento teórico pelo MST (ALMEIDA, 2005), ressaltou a importância do trabalho coletivo como uma forma superior em comparação ao modo de viver do camponês, este com vícios que precisavam ser substituídos pela coletividade. Essa fundamentação teórica talvez tenha inaugurado um dos motivos para que o projeto coletivo do MST fosse inviabilizado na prática. De acordo com Borges (2010), esse modelo de organização foi impositivo e desprezou uma das principais características do modo de viver do camponês: a autonomia.

Outrossim, um dos problemas apontados por Lazzaretti sobre esse modelo de organização compreende que

[...] a ideologia artesanal do camponês, qual seja, o jeito de trabalhar sozinho, de tomar decisões sozinho, de não precisar prestar contas de seu trabalho com ninguém, de definir seu próprio horário. Quer dizer, uma coisa é aquilo que é trazido pelo MST até os trabalhadores rurais, outra é a ideologia camponesa inserida um contexto cultural e histórico determinado (LAZZARETTI, 2003, p. 30-31).

Dessa forma, o objetivo do MST em preparar o camponês para uma produção em alta escala que permitisse a esses sujeitos uma suposta disputa com os grandes latifundiários, as primeiras experiências desse modelo de organização produtiva começaram com resultados econômicos negativos. Conseqüentemente, houve uma reflexão sobre as cooperativas agrícolas e seus objetivos em relação aos assentamentos desse movimento no primeiro quartel dos anos 1990 (BORSATTO; CARMO, 2014). Além de fatores econômicos negativos, esta forma de produção orientada para o mercado reproduziu dentro dos assentamentos rurais experiências de dominação das quais os camponeses haviam sido vítimas.

D’Incão e Roy (1995) identificaram em suas experiências empíricas em três assentamentos rurais, em São Paulo, que o que levava os trabalhadores rurais a se mobilizar com suas famílias para a conquista da terra era a aspiração à liberdade. No entanto, dentro dos assentamentos rurais, influenciados pela lógica da produção para o mercado a partir de uma agricultura mecanizada, esses trabalhadores incorporaram as relações de exploração da qual haviam sido socializados anteriormente, pois ficaram muitas vezes à mercê do mercado econômico, o que impediu “o necessário alargamento de seus limites e de suas possibilidades na direção do desempenho político e econômico pelo que estavam desafiados” (D’INCÃO; ROY, 1995, p. 29). Assim, enquanto novos produtores rurais, os trabalhadores vinculados a

este modelo de produção estavam submetidos às regras do mercado por um modelo autoritário, “à medida que [este modelo] acreditava poder induzir esses homens [trabalhadores rurais] a caminhos diferentes daqueles a que eles aspiravam” (D’INCÃO; ROY, 1995, p. 31).

Conforme os autores, a conquista da terra pelos trabalhadores era acompanhada por um desejo de autonomia, mas nos assentamentos rurais em que se encontravam, estes sujeitos se depararam com formas de organização da produção completamente estranha às suas experiências e aos seus projetos de vida. Portanto, estes sujeitos se comportavam como os dominados que sempre foram diante de regras à revelia de seus interesses.

Esse é apenas um dos exemplos a partir dos quais se entende a limitação desse modelo de organização da produção proposto pelo MST. Por uma série de outros motivos, esse modelo entrou em crise. Em consequência disso, o MST buscou novas práticas para dar continuidade na organização de seus acampamentos e assentamentos em um momento em que se abriu espaço para novas discussões e orientações políticas para repensar a proposta coletivista e de mercado então enfraquecida e questionada. Nesse contexto, a agroecologia começou a ganhar relevância nos debates ainda no fim dos anos 1990 (BORGES, 2010) nos quadros do MST.

No IV Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, esse movimento colocou em sua agenda política um debate acerca da organização dos assentamentos para substituir o modelo que priorizava os aspectos econômicos e relegava outras dimensões da vida (BORSATTO; CARMO, 2014), pois compreendeu a necessidade de desenvolver a agroecologia como uma base, pela qual se deveria construir a reforma agrária. A ascensão da agroecologia nesse movimento se deu por um esquema interpretativo da realidade com um intenso questionamento político em relação às políticas agrícolas do Estado brasileiro, as quais fomentavam uma agricultura em larga escala e fortemente mecanizada (BORGES, 2010).

Dessa maneira, o discurso agroecológico se consolidou no esquema de interpretação social do MST no início dos anos 2000 e contribuiu para que esse movimento social buscasse valorizar o conhecimento camponês, antes substituído pelo interesse de mercado. Essa mudança do MST pode ser percebida a partir da “Campanha Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade”. Neste trabalho, essa campanha foi investigada à luz dos quadros interpretativos (SNOW; BENFORD, 2000) com o objetivo de entender de que maneira a agroecologia se constituiu como um elemento político para compreender e questionar os problemas da agricultura convencional e promover o desenvolvimento da sociobiodiversidade e da cultura camponesa pelo MST.

A aproximação do MST com a agroecologia resultou do contexto social e político do início do século XX. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso respondeu a uma demanda dos movimentos sociais do campo que almejavam políticas públicas que valorizassem a agricultura familiar. Posteriormente, o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva pôs em prática várias políticas de desenvolvimento a partir de 2003: crédito, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural, reforma agrária, pesquisa e produção de sementes com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Assim, acreditou-se que os problemas sociais do campo, em tese, seriam amenizados, uma vez que as políticas estavam caminhando a favor dos interesses da agricultura. No entanto, não foi isso que se assistiu (BRANFORD, 2010).

O ânimo inicial do MST diante das iniciativas do Governo Lula foi desvanecendo à medida que o tempo passava. Ao mesmo tempo que este presidente criou e executou um conjunto de políticas favoráveis à agricultura familiar, também desenvolveu uma forte orientação neoliberal em suas políticas para o desenvolvimento rural, o que causou uma profunda reflexão nas lideranças do MST (BRANFORD, 2010).

A aproximação histórica entre o PT e o MST supunha que um projeto de reforma agrária seria reforçado a partir de um diálogo entre ambos. Em 12 de fevereiro de 2003, Miguel Rossetto, então ministro do MDA, mostrou disposição para atender as demandas desse movimento social em uma reunião com líderes do MST. O ministro prometeu solucionar a liberação de alimentos para aproximadamente 80 mil famílias acampadas no Nordeste do Brasil. No entanto, apesar desse clima cordial, Rossetto afirmou que o governo não pretendia indultar as dívidas de famílias agricultoras já assentadas. Além disso, Rossetto, em uma coletiva de imprensa após a reunião, condenou publicamente pela primeira vez as ações do MST, como as ocupações de terras (JORNAL DIÁRIO DO PARÁ, 2003).

Dessa maneira, instalou-se um clima de desesperança para uma política de reforma agrária, pois várias vezes as demandas do MST não foram atendidas pelo Governo Lula, o que ocasionou uma deficiência desse governo em atender as demandas dos movimentos sociais do campo, pois não havia uma proposta efetiva de desenvolvimento da agricultura a partir dos interesses dos camponeses no início do século XXI, pelo contrário: “a inexistência de uma proposta de desenvolvimento rural a partir dos interesses do campesinato [...] obscurece[u] as possibilidades de se definir estratégias de transformação estrutural do campo, assim como de se estabelecer os rumos estratégicos para a luta social” (CARVALHO, 2005, p. 201). Diante de tal cenário, as lideranças nacionais do MST começaram a avaliar que o Governo Lula não

conseguia atingir, em seus primeiros anos de mandato, nem mesmo as metas mais modestas para a reforma agrária (BRANFORD, 2010).

Mas o MST entendia que a reforma agrária não resultaria apenas da criação de instrumentos políticos por parte de governos que também eram “animadores de uma política de mercado” (MST, 1998), então, decidiu definir a formulação e execução da reforma agrária pela capacidade de mobilização e organização dos camponeses. A partir disso, esse movimento social criou algumas estratégias de definição para a implementação de ações práticas em seus acampamentos e assentamentos e demarcou uma disputa de projetos de sociedade (*agronegócio vs agroecologia*) em que a agroecologia foi o seu principal instrumento de luta (MST, 2001). Portanto, se de um lado havia um projeto de reforma agrária escasso e que pouco atendia as necessidades dos que precisavam da terra; por outro, havia as iniciativas criadas pelo MST para a viabilização de ações concretas que contemplassem as suas demandas já no início do século XXI.

Em uma publicação impressa, o MST entendeu que

[...] o novo modelo que está sendo implantado tem uma lógica econômica. Funciona. Provavelmente fará a economia brasileira crescer. Aumentará o bem-estar para um setor da sociedade, embora minoritário, e integrará definitivamente nossa economia nos parâmetros internacionais [...] para a elites, para os setores privilegiados do país, haverá uma sensação de progresso, de desenvolvimento (MST, 2001, p. 21).

No entanto, esse modelo econômico apresentou várias contradições, a saber:

[...] o novo modelo amplia a subordinação e elimina qualquer possibilidade de desenvolvimento de nossa economia nacional. Isso traz como contradição as questões nacionais, a defesa da soberania alimentar brasileira, dos valores da cultura brasileira [...] [como resposta] a defesa de interesses nacionais passa hoje a ser um fator de instabilidade do modelo e, portanto, adquire um caráter revolucionário pelas forças populares (MST, 2001, p. 22).

Além disso, o modelo do início do século “não possibilita[ou] um processo de ascensão social dos pobres. Ao contrário, ele é[foi] cada vez mais excludente e beneficia[ou] apenas uma minoria [...]” e, como consequência, “[...] marginaliza[ou] as atividades agrícolas” (MST, 2001, p.23-25). De acordo com o esse diagnóstico criado pelo MST, é possível perceber que o modelo agrícola hegemônico do início do século XXI, orientado para a exportação e com influência direta do mercado internacional (CARVALHO, 2005), se desenvolveu de maneira contraditória no Brasil e ocasionou várias consequências negativas aos camponeses, tais como uma exclusão e uma marginalização dessa camada social.

O modelo de agricultura e as consequências por ele geradas impôs um repensar ao MST, o qual criou um projeto popular para a agricultura como maneira de propor e estimular um novo modelo econômico relacionado à agricultura que viabilizasse não apenas um setor econômico,

mas também um social, este capaz de promover ações correlatas com a soberania alimentar. Dessa maneira, para livrar o Brasil de um mercado alimentício controlado por empresas multinacionais, entendeu-se como necessária a criação de um modelo de desenvolvimento do meio rural que ofertasse gêneros alimentícios internos para a alimentação dos brasileiros com alimentos de boa qualidade e preços acessíveis, sem venenos e sem depender de importações ou do controle das multinacionais (MST, 2001).

O ponto de partida para entender a disputa dos projetos de modelos para a agricultura é a “Campanha Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade”, mediante a qual o MST divulgou para a sociedade do início do século XXI seu interesse em criar um instrumento político de resistência e superação ao modelo hegemônico de produção de alimentos e às suas estratégias de desenvolvimento, como a difusão de transgênicos, por meio de ações concretas que pudessem ser viabilizadas em suas áreas de influência, tendo em vista que, no início deste século, a tendência à subordinação das sementes crioulas à lógica do mercado capitalista era crescente (CARVALHO, 2005) e, por esse motivo, tornou-se uma preocupação.

Uma análise completa da campanha pode ser feita a partir do documento resultante da IV Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em São Paulo entre os dias 14 e 19 de junho de 2004. Nesse documento, encontram-se os seus princípios, os seus fundamentos e as suas estratégias de desenvolvimento.

#### Princípios base da campanha:

[...] a campanha é parte da luta por defender, reforçar e/ou recuperar a soberania política, cultural, econômica e alimentar dos povos e se enquadra numa luta mais ampla contra o sistema capitalista e sua fase neoliberal [...]. Igualmente, as sementes não podem ser defendidas se não defendem as condições necessárias para a continuidade das culturas que as mantêm e lhes dão origem. A campanha, portanto, deve estar intimamente ligada à defesa da terra e dos territórios e das culturas camponesas [...] (MST, 2004, p. 72).

#### Fundamentos da campanha:

[...] entendemos que a semente é muito mais que um recurso produtivo. As sementes são simultaneamente fundamento e produto de culturas e sociedades através da história. Nelas se incorporam valores, afetos, visões e formas de vida que as ligam ao âmbito sagrado [...]. A diversidade e a existência de sementes camponesas permitem assegurar a abundância e a diversidade alimentar em cada localidade, servindo de base para a nutrição adequada e permitindo o desenvolvimento das formas culinárias culturalmente adequadas e desejadas. Portanto, as sementes e o conhecimento associado a elas são parte fundamental e insubstituível da soberania alimentar dos povos (MST, 2004, p. 71).

#### Quanto às estratégias de desenvolvimento:

[...] os que detém o conhecimento popular e especialistas [camponeses] são os atores fundamentais desta campanha [...]. Devemos destacar os aportes históricos e atuais

destes/as especialistas, identificar e destacar aqueles e aquelas de nível local, criar condições para que seus aportes possam ser valorizados, reconhecidos e socializados (MST, 2004, p. 72).

Além disso, é importante

[...] apoiar o fortalecimento e a ampliação da produção e reprodução de sementes de maneira autônoma e descentralizada [...]. Fomentar/defender/reactivar os processos e mecanismos de criação e socialização de conhecimento nas comunidades [...]. Ressaltar que esta campanha se baseia em recursos, capacidades e conhecimentos próprios, motivo pelo qual é um exercício de soberania que não requer o consentimento das autoridades nem de setores poderosos [...]. Criar consciência de que as sementes camponesas são base de alimentação e da soberania alimentar. Vincular a campanha à luta contra os tratados internacionais de livre comércio, as diversas formas de globalização, homogeneização cultural e privatização (MST, 2004, p. 73).

Como pode ser observado, esta campanha promoveu prognósticos para a agricultura brasileira por meio de princípios que orientaram a percepção dos movimentos sociais para mudar o cenário “da soberania política, cultural, econômica e alimentar dos povos e se enquadrou em uma luta mais ampla contra o sistema capitalista e sua fase neoliberal”. Assim, por meio da valorização da cultura camponesa, esse enquadramento buscou formular estratégias que contrapusessem o modelo agrícola dominante, por intermédio de três principais temáticas afins: valorização camponesa, soberania alimentar e difusão de sementes (crioulas).

Portanto, a campanha enquadrou temas fundamentais de serem compreendidos para que promovessem a soberania alimentar dos povos, a agroecologia e a difusão das sementes crioulas como estratégia produtiva camponesa contra o modelo convencional de agricultura.

Diante disso, parte-se da ideia de que a campanha divulgada pelo MST teve a função de interpretar a situação problemática da agricultura e propor soluções em conjunto com a sociedade. Além disso, essa campanha caracterizou a mundialização do MST, a qual fortaleceu objetivos de

[...] resistência internacional às políticas de mercado de terras do Banco Mundial [...] defender o desenvolvimento rural com base na unidade familiar e na promoção de práticas agroecológicas, a fim de garantir a biodiversidade [...] defender a soberania alimentar como direito dos povos e seus países [...] e apoiar as uniões entre estados na definição de políticas agrícolas, alimentares [...] (FERNANDES, 2010, p. 186-187).

O debate aludido na campanha das sementes, depois de publicado, também se fez presentes em vários documentos de orientação nacional e estadual. Para compreender como essa mensagem foi recebida no tempo e no espaço do Acampamento 26 de Março, analisou-se o documento resultante do 15º Encontro Regional do MST em Marabá, realizado entre os dias 23 e 26 de março de 2003.

#### 4.8.2 Programa Especial para a região amazônica: o Acampamento 26 de Março e a disseminação das sementes crioulas

No encontro mencionado anteriormente, definiu-se um tipo de reforma agrária a ser desenvolvido no Pará diretamente relacionado com campanha das sementes. Estipulou-se que o MST precisava estimular novas linhas de produção no estado que garantissem a soberania alimentar à população. As principais estratégias para isso perpassavam objetivos como a

[...] implantação de bancos de sementes e viveiros de mudas, que permitam o fomento, difusão e controle por parte dos assentados da linha de produção adequada à região [...]. Organizar e participar ativamente da campanha “As sementes são Patrimônio da Humanidade” como forma de difundir nossas linhas na nossa base e aumentar o apoio da sociedade. E também como forma de lutar contra o modelo agrícola neoliberal (MST, 2003, p. 39-46).

Inseridos nesse debate promovido pelo encontro regional do MST, os acampados desenvolveram várias atividades produtivas relacionadas à agroecologia, especialmente com as sementes crioulas, de maneira coletiva, por intermédio dos debates realizados nos núcleos de base do acampamento. De acordo com Gomes e Silva (2013), as sementes produzidas no acampamento apresentaram uma diversidade cultural em razão dos diversos estados de origem dos camponeses, como Maranhão, Tocantins e Pará. Os autores constataram que as principais culturas cultivadas e desenvolvidas pelas famílias eram: arroz, milho, feijão, amendoim, mandioca (e a produção de farinha) e hortaliças<sup>25</sup>.

A produção acontecia nos grupos de famílias. Em um deles, Gomes (2009) identificou que houve a produção de arroz, milho, feijão e fava, mas o que predominava era a horta coletiva, da qual a produção era destinada para o Itacaiúnas Hotel e para as feiras nos fins de semana em Marabá. A comercialização também era realizada na relação com o “atravessador”. Outra experiência do trabalho coletivo identificada por esta autora foi o plantio de dois alqueires de banana em um grupo de família. Gomes e Silva (2013) identificaram que a transmissão dos saberes tradicionais em relação às sementes no acampamento foi assegurada pela prática familiar, isto é, geralmente os pais ensinavam os filhos, e pela troca com a vizinhança.

Como pode ser observado, o cultivo das sementes crioulas no acampamento colocou em prática a premissa agroecológica defendida e divulgada pelo MST em nível internacional. Por meio da agroecologia, esse movimento questionou o modelo econômico dominante e projetou

---

<sup>25</sup> O rol das culturas mais utilizadas foi constituído por: milho (*Zea Mays*); feijão trepa pau (*Vigna uniculata*); arroz (*Oriza sativa*); Fava (*Vicia faba*); Maxixe (*Cucumis anguria*); amendoim (*Arachis hypogaea*); quiabo (*Abelmoschus esculentus*); melancia, abobora e jerimum (*Cucurbita spp*), entre outras de menor frequência de utilização (GOMES; SILVA, 2013, p.3).

um futuro entre dimensões fundamentais: política, social, econômica e cultural. Política porque buscou a substituição da concepção exclusivamente capitalista da agricultura, entendendo o agronegócio como um inimigo (MST, 2001). Quanto à dimensão social, o enfoque agroecológico contemplou a produção de alimentos saudáveis e permitiu o desenvolvimento de uma alimentação sem os riscos dos transgênicos e os demais produtos maléficos utilizados pelo agronegócio no acampamento, possibilitando, ainda, a geração de renda para os acampados, pois a produção era comercializada diretamente nas principais feiras de Marabá (GOMES; SILVA, 2013).

Atualmente, a premissa agroecológica é colocada no programa de reforma agrária popular (MST, 2013; 2014), como uma pauta da exigência de uma mudança de postura do próprio MST e de outros movimentos sociais rurais.

Precisamos defender agora um novo modelo de reforma agrária que seja popular. Não basta ser uma reforma agrária clássica, que apenas divide a propriedade da terra e integra os camponeses como fornecedores de matéria-prima e alimentos para a sociedade urbano-industrial. A luta pela reforma agrária se insere agora na luta contra o modelo do capital. É um estágio da nossa luta, com desafios mais elevados e complexos, diferente do período do desenvolvimento industrial, quando os assentamentos da reforma agrária em áreas improdutivas para a produção de alimentos somavam-se com a agricultura voltada, prioritariamente, para a agroexportação. Os enfrentamentos com o capital, e seu modelo de agricultura, partem das disputas das terras e do território. Mas se ampliam para as disputas sobre o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e da floresta. Assim, a nossa luta e o nosso programa de Reforma Agrária Popular visam contribuir ativamente com as mudanças estruturais necessárias e, ao mesmo tempo, depende dessas transformações. Um novo projeto de país precisa ser construído com todas as forças populares, voltado para atender os interesses e necessidades do povo brasileiro. E, buscamos assim, [...] obter conquistas para os camponeses e derrotas para as oligarquias rurais, organizar e politizar nossa base social, ampliar e consolidar o apoio da sociedade (MST, 2013, p. 258-259).

O projeto de Reforma Agrária Popular do MST continua considerando fundamental a luta pela conquista da terra, sendo a democratização dela o ponto de partida para o início da reforma agrária. Ou seja, diferentemente da reforma agrária tradicional, a luta pela reforma agrária popular se inicia quando a terra é conquistada, momento no qual o MST potencializa o enfrentamento contra o capital e amplia as disputas sobre o controle da produção de alimentos por meio não apenas da agroecologia, mas também de meios organizativos antes considerados importantes, como as agroindústrias. Além disso, o programa prevê a participação de toda a sociedade nesse projeto a fim de contribuir para as mudanças estruturais da sociedade: “a construção da Reforma Agrária Popular só pode ser conquistada por um amplo leque de forças populares representadas pelo conjunto de trabalhadores do campo e da cidade” (MST, 2013, p. 260), ou seja, o movimento se inseriu em uma forma de luta de massas, que compreende a

participação de todos os trabalhadores brasileiros, com a participação do camponês e do operário.

Como fundamento desse programa, as sementes devem estar sob o controle do campesinato para que este possa defender a soberania nacional sobre a produção e a multiplicação delas. Dessa maneira, a produção deve assegurar a prioridade de alimentos saudáveis, sendo este um direito humano, que não estejam submetidos à lógica do lucro do mercado capitalista. Para tanto, a utilização de técnicas agroecológicas, sem o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, deve ser uma prática cotidiana nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária do MST (MST, 2013).

A aproximação do MST com a agroecologia sintetiza uma estratégia de resistência capitalista ao agronegócio e propõem a construção de um novo modelo de agricultura, orientado para as necessidades do campesinato. É interessante mencionar, até para entendermos mais adiante os atuais desafios de implementação da reforma agrária popular do MST no Assentamento 26 de Março, que este modelo de reforma, ao mesmo tempo que entende que o Estado brasileiro é responsável por promover o desenvolvimento da agricultura convencional capitalista (MST, 2003, p. 269), exige do Estado as políticas necessárias para assegurar a sua implementação, sobretudo no que diz respeito às “políticas públicas de crédito e financiamentos subsidiados”. Assim, o MST passa a

[...] exigir do Estado o uso de todos os instrumentos de política agrícola [...] para incentivar e qualificar a agricultura camponesa e agroecológica na produção de alimentos saudáveis [...] assegurar a assistência técnica, fomento e extensão rural [...] reorganização e a reestruturação da pesquisa agropecuária, dirigida prioritariamente para a agroecologia (MST, 2013, p. 271).

Dessa maneira, o MST instituiu em seus quadros a agroecologia como uma bandeira de resistência ao modelo convencional de agricultura a fim de criar um panorama favorável e alternativo de produção de alimentos. Além dos benefícios ecológicos que a produção agroecológica agrega enquanto um potencial de sustentabilidade ambiental (LEFF et al., 2002), a dimensão econômica possibilita a diminuição dos riscos associados à dependência do mercado e permite a valorização da dimensão cultural em que os saberes dos camponeses são o ponto de partida para a construção de um projeto de desenvolvimento rural a partir de uma base ecológica e ética que objetiva a preservação e recuperação dos recursos naturais, recorrendo a uma mudança na relação homem-natureza (SARANDÓN; FLORES, 2014).

Portanto, a fundamentação de um projeto de reforma agrária que tem a agroecologia como proposição fundamental tem em seu cerne, por consequência, os questionamentos que o

enfoque agroecológico (SARANDON; FLORES, 2014) sustenta: o contraponto à lógica capitalista de produção. Para tanto, a agroecologia propõe métodos de manejo ecológico dos recursos naturais a partir de conhecimentos e práticas camponeses para possibilitar a segurança alimentar e um viés político de questionamento sobre a produção de alimentos com o uso de agrotóxicos, contra as sementes geneticamente modificadas (MST, 2014).

Conforme o exposto, o enfoque agroecológico adotado pelo MST busca a substituição da concepção exclusivamente capitalista da agricultura por uma incorporação da relação entre a agricultura e as dimensões sociais do campesinato. A partir disso, o Acampamento 26 de Março se constituiu como um espaço de debates e de construção de saberes em torno da agricultura, com base na agroecologia.

Ao longo dos anos, o MST vem reforçando o seu posicionamento contra o monocultivo e o agronegócio por meio da Reforma Agrária Popular, que tem como base, além da democratização da terra, um novo modelo de produção de alimentos. Em 2014, no seu VI Congresso Nacional, esse movimento apresentou o atual modelo de reforma agrária popular, fruto de suas experiências anteriores. A sua proposição principal é avançar na questão da reforma agrária, tendo a construção agroecológica nos acampamentos e assentamentos em que organiza como uma de suas proposições fundamentais.

Nosso projeto se insere na luta de classe trabalhadora pela construção de relações sociais de produção que eliminem a exploração, a concentração da propriedade privada, a injustiça e as desigualdades [...]. A luta pela Reforma Agrária se insere contra o modelo do capital. É um estágio da nossa luta, com desafios mais elevados e complexos [...] (MST, 2014, p. 33-34).

Como pilares para a construção dessa reforma agrária, o MST promove uma organização que abrange vários aspectos em seus acampamentos e assentamentos: educação e produção, por exemplo, são fundamentais. E, diante dos novos desafios mais elevados e complexos, a luta permanece.

## 5 O ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO E A REFORMA AGRÁRIA DO MST

A Reforma Agrária Popular (MST, 2013; 2014) é fruto de uma análise que compreende que a reforma agrária ainda não aconteceu no Brasil. Portanto, mesmo após a conquista da terra, é necessário que a luta permaneça para que tal reforma se construa no cotidiano dos acampamentos e assentamentos do MST. Diante disso, busco expor neste capítulo a maneira que o MST articula a sua forma de luta no assentamento, com base nos conceitos de repertórios de ação coletiva e quadros interpretativos. Isso permite entender a maneira pela qual esse movimento social constrói a sua luta no cotidiano, esta compreendida como o “[...] combate ao latifúndio, à monocultura agroexportadora, ao modelo do agronegócio [...]” por meio da construção da “[...] agroecologia, na prioridade de alimentos saudáveis” (MST, 2014, p. 51).

Pautou-se na análise de dois setores que compõem a estrutura orgânica interna do assentamento: o setor de produção e o setor de educação. Ao longo da análise, algumas observações foram feitas sobre a importância do processo de formação dos participantes do MST. À base disso, veremos os desafios que surgem após a institucionalização do assentamento.

### 5.1 REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA

Após a criação do assentamento em 2008, a realidade na qual os assentados se encontravam foram propulsoras para que eles colocassem em prática novamente as suas formas de ação diante da estrutura estatal. A falta de estradas com boas condições e a ausência de manutenção da única existente quando o assentamento foi criado, na entrada do núcleo de moradia 4, constituiu-se um problema para o deslocamento dos assentados e para o escoamento da produção. Por isso, os agricultores não apenas “abriram à mão” uma estrada na entrada do núcleo de moradia 1 após a distribuição das famílias nos lotes individuais, como também organizaram uma ocupação na Superintendência Regional do Incra em Marabá.

Outra motivação para a ocupação relacionava-se às vicinais, pois as famílias, mesmo no interior do assentamento, não tinham acesso aos outros núcleos de moradia. Em razão disso, um grupo de assentados reunidos em torno de 40 famílias participou de uma ocupação no Incra a fim de reivindicar em conjunto com integrantes do MST de outros assentamentos e com representantes sindicais a construção e recuperação de estradas em assentamentos rurais na mesorregião Sudeste do Pará em março de 2011. Um grupo de aproximadamente 600 pessoas permaneceu no prédio do órgão público por aproximadamente 45 dias, entre idas e vindas de negociação. Nesse interim, os assentados do 26 de Março retornaram para o assentamento pelo

menos duas vezes após as promessas dos representantes do Incra. No mesmo ano, recursos financeiros para a construção e recuperação de estradas nos assentamentos rurais de Marabá foram liberados. No 26 de Março, apenas 20km de estradas foram construídos, sendo insuficiente para a dimensão territorial do assentamento. Assim, mesmo após a liberação do recurso, a ausência de estradas continuou sendo um impedimento para que as famílias pudessem acessar os núcleos de moradia diretamente pela BR-155, bem como para que pudessem se locomover no interior do assentamento, haja vista que existem apenas duas vicinais.

Outro episódio que marcou as ocupações em órgãos públicos pelos assentados do Assentamento 26 de Março após a criação dessa área aconteceu na Secretaria Municipal de Educação de Marabá (SEMED) no dia 4 de fevereiro de 2015. Neste dia, o prédio desse órgão público foi ocupado por lideranças do MST que reivindicavam ao então Secretário de Educação Pedro Souza a construção e a continuidade da construção de obras de escolas em assentamentos e acampamentos. Integrantes do MST do acampamento Hugo Chávez, localizado em Marabá, reivindicavam a implantação da Escola Luís Carlos Miranda Gomes que funcionava sem o reconhecimento do Poder público. Os integrantes do acampamento Helenira Resende, também localizado em Marabá, reivindicavam a implementação da Escola Roseli Nunes; e os assentados do Assentamento 26 de Março reivindicavam a continuidade das obras da Escola Carlos Marighella, paradas desde o ano de 2013.

Após várias reuniões com os representantes da SEMED e com o secretário de educação, uma decisão dos representantes desse órgão público no dia 13 de fevereiro prometeu atender as demandas dos trabalhadores até o mês de julho daquele ano. De acordo com Maria Pereira, diretora da escola Carlos Marighella durante as pesquisas de campo,

[...] essa ocupação foi grande porque não tinha só o pessoal daqui [do assentamento]. Tinha gente de outras áreas. Eu lembro que tinha gente do Acampamento Hugo Chávez também, porque os acampados também reivindicavam a implantação da Escola Luis Carlos Miranda Gomes lá (Maria Pereira, entrevistada em julho de 2017).

Em outro momento, no ano de 2012, os assentados do 26 de Março voltaram a ocupar a Superintendência do Incra, em Marabá, junto com representantes de outros acampamentos e assentamentos que faziam reivindicações afins. Nessa ocupação, cerca de 1.200 famílias permaneceram no local por mais de um mês.

**Figura 18:** Ocupação do prédio da Secretaria Municipal de Educação de Marabá por lideranças do MST. Fonte: Secretaria Estadual do MST, em Marabá (PA).



Fonte: Secretaria Estadual do MST, em Marabá (PA).

**Figura 19:** Acampamento montado na superintendência do Incra em Marabá por lideranças do MST de vários assentamentos do Sudeste paraense em 2012. Fonte: Secretaria Estadual do MST, em Marabá (PA).



Fonte: Secretaria Estadual do MST, em Marabá (PA).

**Figura 20:** Acampamento montado na superintendência do Incra em Marabá por lideranças do MST de vários assentamentos do Sudeste paraense em 2012.



Fonte: Secretaria Estadual do MST, em Marabá (PA).

Uma característica em comum às três ocupações, das quais alguns coordenadores e assentados do Assentamento 26 de Março participaram após a criação do assentamento, foi a ação em conjunto com representantes de outras áreas que tinham reivindicações afins, dando origem a uma rede de interação dos repertórios. Essas redes às quais me refiro só existem porque os diferentes sujeitos compartilham das mesmas demandas e decidem igualmente confrontar as autoridades por meio de ações semelhantes, sendo a formação de acampamentos em prédios públicos a principal forma de ação utilizada para pressionar as autoridades para o atendimento das reivindicações. Assim, a mobilização desse movimento social busca justamente incentivar a mobilização dos representantes do Estado para que estes atendam as demandas que estão sendo reivindicadas.

Com base nisso, a participação no MST não se esgota com a conquista da terra, embora esse seja o principal motivo pelo qual as pessoas buscam esse movimento (SIGAUD, 2000), pois

[...] as obrigações para os acampados e assentados do MST parecem ter um significado mais concreto, e se traduzem nas atividades do dia-a-dia no acampamento e no assentamento, por exemplo: arrecadar alimentos, participar das reuniões, fazer trabalho de base, fazer ocupação, marchas (LOERA, 2009, p. 82).

Nesse sentido, as obrigações compõem um compromisso que adquire sentido a partir de uma dinâmica de reciprocidade (LOERA, 2009). Essa lógica permite entender que certos compromissos não são abandonados quando a terra é conquistada, pois um assentamento pode estar vinculado a outro assentamento ou acampamento e com eles compartilhar os mesmos objetivos. Assim, a rede de interações que mencionei anteriormente estão para além dos limites dos assentamentos e dos acampamentos e são fundamentais para a continuidade do MST.

Do ponto de vista teórico, as ocupações compõem um conjunto de ações referentes ao repertório, este construído em uma interação entre os integrantes do movimento social e representantes do Estado e pertencente, portanto, a uma estrutura social de conflito, bem como assinalou Charles Tilly:

[...] a palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta (TILLY, 1995, pg. 26).

## 5.2 O SETOR DE EDUCAÇÃO

A organização do MST no que diz respeito à educação no Assentamento 26 de Março tem relação direta com o processo de formação de seus participantes. A II Pesquisa Nacional

Sobre a Educação na Reforma Agrária (IPEA, 2016) identificou que desde a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) até o ano de 2011 o Assentamento 26 de Março foi o que mais concentrou alunos dos cursos de formação de professores e agregou o maior número de egressos com incidências em vários cursos. Esses dados talvez resultem em razão da presença do Campus Rural de Marabá no assentamento. Nesse sentido, considerou-se válido analisar as repercussões da formação no Pronera em relação à educação na área de estudo.

Os cursos de formação de professores ofertados no Campus Rural de Marabá, especialmente os cursos de licenciatura em educação do campo e licenciatura em pedagogia (pedagogia da terra), estão para além da elevação dos níveis de escolaridade das pessoas assentadas. Como veremos, ele reafirma o protagonismo social dos participantes do MST e contribui especialmente para que os próprios assentados sejam protagonistas no processo educacional na Escola Carlos Marighella. Muitos egressos após receberem a formação no Pronera voltaram para o assentamento e contribuíram para o processo educacional. Esse é o exemplo de Maria Pereira, licenciada em pedagogia da terra e atual diretora da escola.

O exemplo de Maria Pereira nos coloca outra evidência referente à repercussão das ações de formação do Pronera no assentamento como uma contribuição para a ampliação do protagonismo das mulheres no campo, além da elevação da escolarização e do acúmulo teórico e prático conquistado na formação. Paralelamente à formação política de Pereira durante a trajetória militante no assentamento, a passagem dela pelo Pronera impulsionou-a a assumir o protagonismo de um cargo de considerável repercussão no 26 de Março, a direção da Escola Carlos Marighella, e a ocupar uma posição que antes era majoritariamente ocupada por homens na fase do acampamento (GOMES, 2009).

De acordo com Maria Pereira, a formação dela contribuiu para que ela pudesse formular inovações de práticas de ensino referente à educação do campo.

A formação permite que a gente volte *pro* assentamento com uma formação mais consolidada pra construir modelos alternativos àquilo que a gente luta contra. Aqui [Escola Carlos Marighella] estamos trabalhando *pra* implementar no PPP [Projeto Político-pedagógico] da escola a prática agroecológica, os fundamentos de Paulo Freire, a educação do campo... Com isso a gente consegue aliar a educação com os fundamentos do movimento. A gente consegue mais organização na produção e contribui *pra* educação pra que esse educando que tá se formando, essa educanda... afirmem as suas posições na sociedade (Maria Pereira, entrevista em julho de 2017).

No contexto do assentamento, mais do que a escola física, um primeiro ponto a ser destacado é que o MST vem contribuindo para a consolidação de um aprendizado relacionado à prática agroecológica que se materializa no Projeto Político-pedagógico da Escola Carlos

Marighella. Dessa maneira, aderir a agroecologia no âmbito do PPP da escola pode contribuir para que os educandos desenvolvam no futuro práticas que englobam a produção de alimentos saudáveis e disseminem as sementes crioulas no assentamento.

Se tratando de um assentamento com a cobertura vegetal com mais da metade de pastagens e com auto índice de degradação do solo (EMATER, 2013), as práticas agroecológicas no PPP podem auxiliar ainda no manejo ecológico do solo e na recuperação de áreas degradadas. Nesse sentido, o enfoque agroecológico (SARANDON; FLORES, 2014) caminha em direção à concepção de um modelo de produção para estabelecer outra relação “Homem x Natureza” com base na reconstrução ecológica da agricultura (IPEA, 2016).

Além disso, a importância evidenciada na entrevista realizada com Maria Pereira sobre a construção de inovações práticas educativas é revelada também por meio da influência de Paulo Freire no PPP da escola. Para este autor, os grupos sociais precisam se organizar para que assim possam fortalecer as suas lutas (FREIRE, 1979), o que se percebe estar acontecendo na Escola Carlos Marighella, em especial por meio da agroecologia e da adoção das contribuições de Paulo Freire e da educação do campo.

A estratégia desse MST de adotar o método de alfabetização de Paulo Freire é fundamental, tendo em vista que tal modelo não é implementado pelo sistema educacional municipal. Tendo como intencionalidade a mudança do quadro social do oprimido na sociedade, o método de Freire (1979, p. 31) preconiza a construção de uma educação baseada na prática e no diálogo, ou seja, em situações concretas, que se constrói com a intervenção do educando na sociedade para mudar a sua situação de oprimido. O autor oferece dois conceitos que são fundamentais para compreender a adoção de seu método pelo MST: conscientização e libertação. A conscientização é a possibilidade de o ser humano desvelar a realidade e se inserir no processo histórico como sujeito ativo; por sua vez, a libertação é o que Freire chama de “vocação ontológica” da humanidade, ou seja, a capacidade do educando de reconhecer a necessidade da luta para desenraizar a situação de opressão que se apresenta na sociedade.

Dessa maneira, o método de Paulo Freire está vivo na prática educativa do MST e é colocada em prática por meio da organicidade desse movimento social, a exemplo da organização materializada do Projeto Político-pedagógico da Escola Carlos Marighella pelo setor de educação. Portanto, em seu cotidiano no assentamento, o MST propõe um modelo educacional paralelo aos seus fundamentos, como a agroecologia.

Por fim, a Educação do Campo também se torna fundamental como uma ferramenta metodológica que compõe o PPP da escola, uma vez que ela propõe uma escola que seja tanto no campo como do campo, executada pelos próprios sujeitos que vivem e trabalham no campo, para que o conhecimento produzido possa estar associado às necessidades culturais e aos direitos sociais desses sujeitos (IPEA, 2016). Além disso, o processo educativo a partir de matrizes teóricas vinculadas à educação no/do campo não ocorre apenas no espaço e no tempo que os alunos frequentam a sala de aula, pois

[...] o direito à educação se relaciona também ao acesso a diferentes tipos de conhecimento e de bens culturais; à formação para o trabalho e para a participação política; ao jeito de produzir e de se organizar; a aprender a se alimentar de modo saudável [...] (MST, 2014, p. 45).

Para o MST, a educação é fundamental para a realização da reforma agrária popular: “o conhecimento deve ser um processo de conscientização, libertação e de permanente elevação cultural de todos e todas que vivem no campo [...]” assim, deve “[...] incentivar, promover e difundir a identidade cultural e social da população camponesa e desenvolver a formação técnico-científica e política de forma permanente, para todos que vivem no campo” (MST, 2014, p. 37).

Caldart (2000) considera que, com a educação, o MST leva uma pedagogia em movimento: além de mobilizar um grupo social como maneira de não aceitar a exclusão como um dado inevitável e levantar uma bandeira pela reforma agrária, as áreas conquistadas também podem ser entendidas como um espaço de formação, em que se desenvolve uma experiência de ser do MST e de participar da construção dos projetos deste movimento social.

Assim, a Escola Carlos Marighella materializa um espaço de educação e formação da base social do MST, principalmente no que diz respeito às crianças, para pensar o contexto social por meio da própria pedagogia deste movimento, responsável por

[...] contestar a ordem social pelo conjunto (contraditório) do que fazem nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos; pelo jeito de ser de sua coletividade, que projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual; fazem isto, sobretudo, pelo processo de humanização que representam e pelos novos sujeitos que põem em cena na história do país (CALDART, 2000, p. 210).

No entanto, esse projeto de educação do MST está pautado em sua institucionalização, pois exige do Estado os mecanismos necessários ao seu funcionamento. Uma das exigências, por exemplo, diz respeito à implementação de “programas de formação e projetos de experimentação/pesquisa em agroecologia, vinculados a escolas da educação básica [...]” além de um processo de “[...] formação continuada para os educadores [do MST]” (MST, 2014, p.

46-47). Em função disso, pode-se considerar que existem muitos obstáculos a serem transpostos referentes à Escola Carlos Marighella. Essa realidade acaba por caracterizar um cenário de disputas de concepções de educação.

Atualmente, a Escola Municipal Carlos Marighella apresenta as seguintes modalidades de ensino: Educação Básica (Pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio Modular) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Percebe-se que não há a adequação necessária das escolas do campo prevista na Lei de Diretrizes e Bases<sup>26</sup> no assentamento, uma vez que não há a modalidade de ensino da Educação Básica do Campo.

Além disso, outro problema está relacionado ao Ensino Médio Modular que, segundo a diretora da escola, distancia a realidade do aluno do campo com a escola por meio dos conteúdos verticais, “[...] aqueles que a gente nem sabe de onde vem [...]”, disse a diretora, além de optar por módulos que duram aproximadamente 4 meses e não contribuem para uma formação mais densa do educando. A partir da implantação desse modelo educacional da Secretaria de Educação (Seduc) implantando no assentamento, muitos pais tiraram seus filhos da escola e os matricularam em outras escolas com o Ensino Médio regular, como na Vila Sororó e em Marabá e, em alguns casos, em Parauapebas.

Vinculado a isso, há também uma disputa pelo conhecimento que acontece com a entrada do modelo educacional institucional no assentamento:

[...] esse projeto [Projeto Mundial] tem uma coisa boa. Só a intenção, né? Ou talvez nem isso. Diz que vai acabar com a diferença entre a idade e a série, mas na verdade vai trabalhar conteúdos próprios de quem elabora e quer que sejam assistidos. Querem educar nossos alunos à maneira que lhes convém, não é não? Não podemos aceitar isso aqui. E nossa educação, nosso processo de formação que foi construído desde o primeiro dia dessa escola aqui fica como? Não podemos abrir mão disso. (Maria Pereira, entrevistada em julho de 2017).

O projeto mencionado pela diretora da escola é o Projeto Mundial, uma iniciativa da Fundação Roberto Marinho que utiliza o método de ensino “Tele Sala” por meio do qual as aulas são realizadas através de videoconferências. Esse projeto se desenvolve alheio às propostas educacionais de movimentos sociais rurais do campo como o MST e, assim, torna-se um problema quando executado. Esse projeto está presente no assentamento desde que a Seduc abriu um edital em maio de 2017 para a ocupação de dois cargos na Escola Carlos Marighella: um para professor desse projeto; outro para Professor Regular de Ensino da Educação Básica. Como resultado disso, existe um problema sério em relação aos professores que chegam na

---

<sup>26</sup> Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os sistemas de ensino do campo e as respectivas autoridades locais devem promover as adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural, com adequação à natureza do trabalho na zona rural e às fases do ciclo agrícola.

escola por meio de concurso público, mas não apresentam experiência ou em alguns casos conhecimento com os métodos utilizados pelo MST.

[...] os professores chegam aqui e não tem vínculo com o assentamento, com o MST, com escolas do campo. Eles chegam aqui *pra* ocupar um cargo normal, mas a realidade aqui é diferente. A gente prioriza no nosso projeto [político-pedagógico] temas que eles geralmente não estão acostumados a trabalhar e que os órgãos não estimulam no ensino da educação básica. Então não é só chegar aqui, dar a aula e ir embora. Aqui, a gente tenta construir o conhecimento e não apenas passar ele (Maria Pereira, entrevistada em julho de 2017).

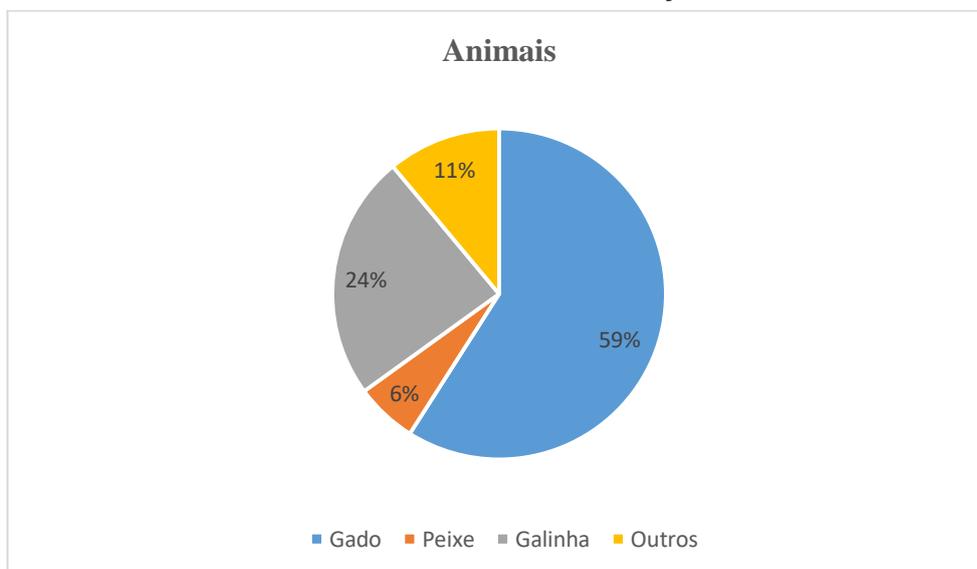
O quadro de professores ofertados pelos concursos públicos que não apresentam experiências com a vida cotidiana no assentamento e nem relação com os métodos educacionais utilizados pelo MST para a educação enquanto emancipação da luta social (MST, 2014) se torna uma barreira para a educação dos sem-terra (SIGAUD, 2000), esta pensada a partir de uma educação que permite ao educando fazer-se na história por meio do desenvolvimento de um conhecimento que atenda às suas reais necessidades. Assim, as escolas do MST também são responsáveis por um processo de formação humana que parte do ponto de vista social e político a partir de uma luta social que promova: a emancipação cultural e ideológica do sistema dominante (MST, 2014).

Assim, reitera-se a ideia de que a Escola Carlos Marighella assume um papel importante para a inserção social e manutenção da cultura dos assentados por meios de estratégias educacionais inovadoras. E dentro do que se apresenta no cotidiano do assentamento, pauta-se que as ações na articulação da escola formulam contribuições organizativas para a transformação escolar por meio de um método de trabalho pedagógico com premissas agroecológicas, com a contribuição de Paulo Freire e com uma educação no/do campo. Diante do exposto, cabe ressaltar a importância do reconhecimento por parte dos órgãos responsáveis pela organização educacional da realidade local.

### 5.3 O SETOR DE PRODUÇÃO

Os dados a seguir sobre a produção agropecuária no assentamento resultam de entrevistas com quatro coordenadores dos núcleos de moradia 2, 3, 4 e do núcleo de base Firme na Luta e com a dirigente do setor de produção, Giselda Coelho.

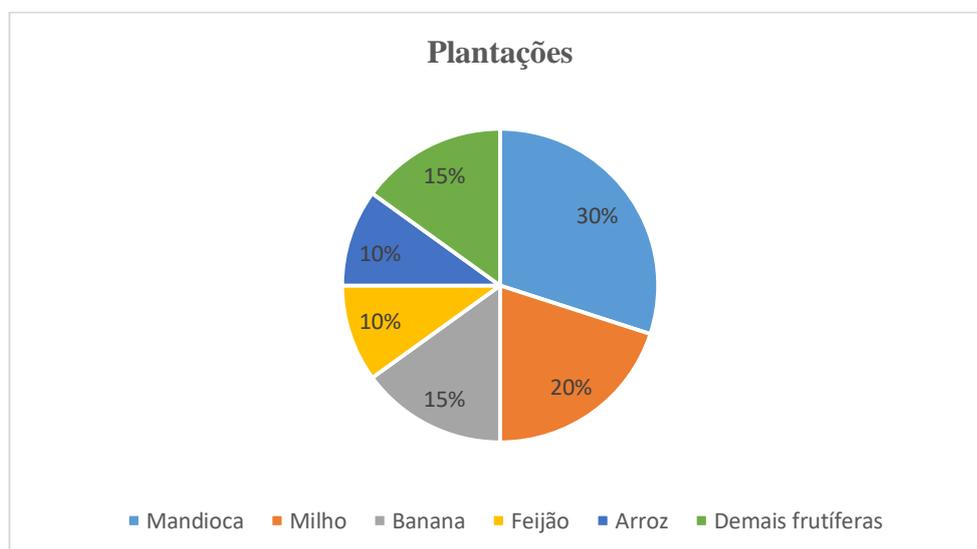
**Gráfico 1:** Criação de animais nos núcleos de moradia 2, 3 e 4 e na beira da beira da BR-155 do Assentamento 26 de Março.



Fonte: pesquisa de campo.

Como pode ser observado, o gado é o tipo de criação mais expressivo no assentamento, sendo utilizado tanto para a renda total da família, quando esta atividade produtiva é exclusiva no lote, como para a renda complementar, quando há outras atividades produtivas no lote.

**Gráfico 2:** atividades agrícolas praticadas nos núcleos de moradia 2, 3 e 4 e na beira da beira da BR-155.



Fonte: pesquisa de campo.

Nas plantações, foi possível identificar a produção da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), do milho (*Zea mays*), da banana (*Musa sp*), com pelo menos 18 hectares sendo produzidos por essa fruta nas áreas de produção coletiva do assentamento, além de outras frutíferas. Identificou-se ainda a produção do feijão (*Phaseolus vulgaris*) e do arroz (*Oryza sativa L.*).

A criação do gado teve início quando as famílias foram para seus lotes individuais após a criação do assentamento em 2008. Após a distribuição dos lotes, muitas famílias foram sorteadas com lotes que apresentavam a cobertura vegetal coberta predominantemente por pastagens. Já as práticas agrícolas foram continuadas desde a época do acampamento, sobretudo pelas famílias que foram sorteadas com lotes em que ainda restavam áreas de mata primária preservadas.

A caracterização dos sistemas de produção familiares no assentamento abrange cinco grupos (a, b, c, d, e)

a) este grupo prioriza a pecuária e possui menos de 1,0 há de atividades agrícolas (culturas anuais, perenes e horticultura) e soma 23% das famílias;

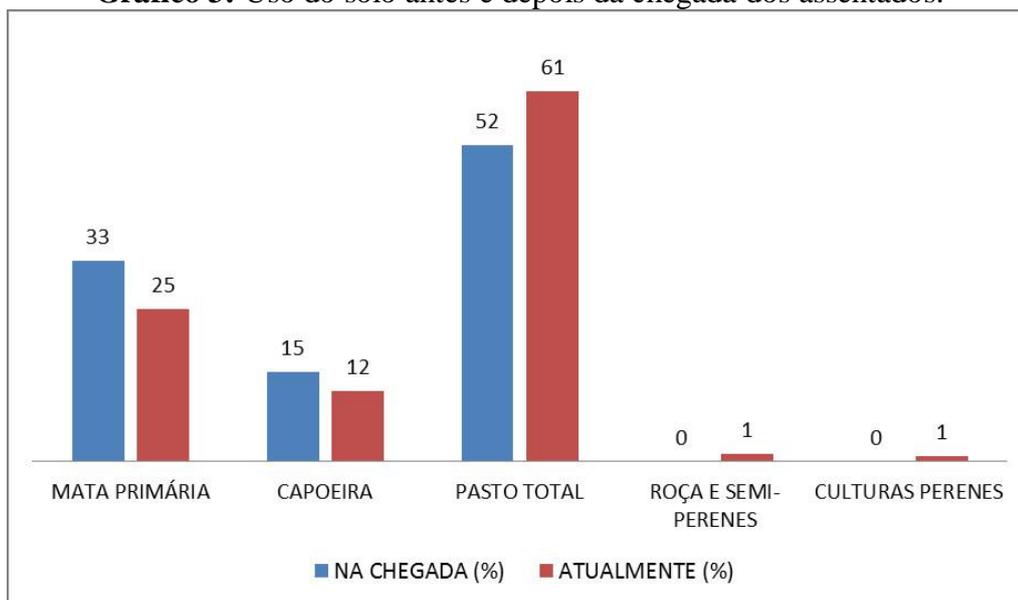
b) esse grupo também prioriza a pecuária, mas destina pelo menos 1,2 ha para a agricultura e soma 21 % das famílias;

c) o terceiro grupo prioriza a diversificação produtiva, possui bovinos, áreas cultivadas e cria animais de pequeno porte, como aves e suínos, soma 26% das famílias;

d) o quarto grupo prioriza a criação de pequenos animais (piscicultura e ovinos), a plantação de hortaliças e a criação de bovinos, soma 14% das famílias;

e) por último, um grupo com pouca ou nenhuma produção agropecuária constituída por famílias que possuem até 2 bovinos e até 1,0 ha de área cultivada ou nenhuma área cultivada, soma 16% das famílias.

Como pode ser observado, são desenvolvidas diversas atividades produtivas no assentamento com a predominância do sistema de criação de bovinos. Esta prática produtiva é predominante em razão da cobertura vegetal de pastagens herdada da fazenda Cabaceiras.

**Gráfico 3:** Uso do solo antes e depois da chegada dos assentados.

Fonte: EMATER (2013).

Considerando que o período de chegada representado no gráfico se refere à criação do assentamento em 2008, percebe-se que as áreas de pasto total aumentaram. Em contraste, as áreas de mata primária diminuíram em função do aumento da pecuária bovina e, também, do modelo de agricultura adotado pelos agricultores. Em relação às práticas agrícolas, um dos problemas levantados por Giselda Coelho foi a utilização da agricultura itinerante, sendo esta prática muito comum em função de existir pouca assistência técnica ou, no caso de algumas famílias, nenhum tipo de assistência. Além disso, essa prática depende de uma cobertura vegetal de mata primária ou secundária, como a capoeira, o que tem contribuído para o passivo ambiental já existente no assentamento.

Em relação à agricultura de “corte e queima”, entende-se que essa prática envolve um caráter diversificado e itinerante, além de ser sustentável na medida que a prática ocorre tradicionalmente e diante de uma densidade populacional baixa. Dessa maneira, garante a reprodução social de populações que vivem no campo. Mas a problemática que resulta dessa prática no Assentamento está relacionada com a pequena quantidade da mata que constitui a Reserva Legal, que continua sofrendo as consequências do desmatamento, e com o tamanho do lote, tornando essa prática inviável (EMATER, 2013).

De acordo com Giselda Coelho, o grupo mais preocupante é o que tem pouca produção, o que possui até dois bovinos e menos de 1,0 hectare ou nenhum de área cultivada. Nesses casos, como veremos adiante, esse grupo de sistema de produção familiar é constituídos por

famílias que acessaram lotes com a cobertura vegetal predominante de pastagens e são os que mais arrendam terras do assentamento para pecuaristas de Marabá.

Esses grupos de sistemas de produção familiar são distribuídos entre os 206 lotes do assentamento. Existe uma relação entre as disponibilidades dos trabalhadores da família, a penosidade do trabalho e o rendimento do trabalho. Dependendo do manejo adotado pelas famílias, as atividades do sistema de criação, sobretudo a pecuária extensiva, demandam menos mão de obra e são menos cansativas do ponto de vista físico em relação às atividades agrícolas e, dessa forma, tem contribuído com um melhor rendimento que o sistema de cultivo. Além disso, são mais viáveis em lotes com a cobertura de pastagens, predominantes no assentamento.

Parte-se também de uma observação sobre os assentados que os compreende por meio da indissociabilidade entre a unidade de produção e a unidade de consumo, uma vez que há tanto uma produção para o consumo interno do núcleo familiar como para a comercialização. Desta forma, os assentados estão inseridos também em um sistema de mercado, pois além da venda, estão sistematicamente vinculados à compra de produtos que não podem produzir.

De maneira geral, o problema associado à agricultura tem relação com a aptidão agrícola do assentamento que apresenta a classificação do solo bom para a pecuária e não recomendado para a agricultura devido os fatores impeditivos como a deficiência da fertilidade e a suscetibilidade à erosão (EMATER, 2013). Ainda assim, muitas famílias se dedicam por opção à produção agrícola, como é o caso de Edivaldo e seu núcleo familiar, constituído por sua esposa e seus dois filhos, um de 13 anos e outro de 17, que se aproximam das características do terceiro grupo de sistema de produção familiar.

Até hoje, ele nunca quis receber os financiamentos do Pronaf que foram liberados para o assentamento, pois ele considera que os recursos priorizam a pecuária e não contribuem para dinamizar a capacidade produtiva da terra.

A pecuária [bovina], desse jeito que tá hoje, só tá aumentando o desmatamento dentro do assentamento e piorando a condição da terra. Esse lote aqui tem a maior parte de pasto, mas eu planto. Tu podes ver aí [ele mostra a horta]. Aí eu pergunto: eu preciso de recursos pra pecuária ou pra minha horta? Eu sou agricultor, então preciso de recurso que fortaleça meu trabalho na terra (Edivaldo, entrevistado em fevereiro de 2018).

Segundo Edivaldo, quando o assentamento foi criado, houve muitas mudanças e “[...] era gente vendendo terra, queimando a mata pra plantar capim pro pasto, pra vender madeira [...]” mas, ao contrário dessas pessoas “[...] muitos ficaram na terra pra fazer agricultura [...]” e, por influência de uma coordenadora do assentamento “[...] que sempre se reunia com a gente pra falar da venda de terra, pra explicar que as coisas que aconteciam [desmatamento e

exploração de madeira, por exemplo] era por causa da decisão de vender a terra [...]”. Altino permaneceu em seu lote praticando a agricultura que tem garantido o seu sustento e o de sua família, pois entende que “[...] a gente [os assentados] precisa fortalecer nosso trabalho como agricultor *pra* ficar na terra, senão a gente não fica” (entrevista cedida em fevereiro de 2018).

A entrevista com Edivaldo perpassa assuntos que compreende a venda da terra, que será melhor analisado mais adiante, a exploração dos recursos naturais, o desmatamento e, por outro lado, revela a influência de uma coordenadora do MST, Izabel Rodrigues, que sempre se dedicou a conversar com os assentados sobre as consequências da venda de terras da reforma agrária pelos assentados e, ainda, sobre a necessidade de fortalecer as práticas agrícolas para permanecer na terra.

**Figura 21:** Produção de hortaliças de Edivaldo. **Figura 22:** Produção do feijão-trepa-pau (*Vigna unguiculata*) de Edivaldo.



Fonte: pesquisa de campo.

Podemos considerar que as práticas agroecológicas de Edivaldo são expressões empíricas das mudanças estruturais que a coordenação do MST preconiza no Assentamento 26 de Março em relação à agroecologia, com orientação da Reforma Agrária Popular, que espera que os acampamentos e assentamentos possam construir: “[...] mudanças na forma de usar os bens da natureza [...]” buscando “[...] contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna [...]”. A partir de uma garantia “[...] a) da função social do uso, posse e propriedade da terra; b) preservação, multiplicação e socialização das sementes crioulas, de acordo com a biodiversidade dos nossos biomas regionais, para que todo o campesinato possa usá-las [...]” e a partir do entendimento que “[...] os alimentos são um direito humano, de todos os cidadãos e não podem estar submetidos à lógica do lucro [...]” e, por isso,

todas as práticas que fazem uso de agrotóxicos, sementes transgênicas e que fortalecem as commodities devem ser substituídas pela agroecologia (MST, 2014, p. 35-36).

**Figura 23:** feijão guandu (*Cajanus cajan*). **Figura 24:** mudas de açaí (*Euterpe oleracea*).



Fonte: pesquisa de campo.

**Figura 25:** feijão trepa-pau-seco (*Vigna unguiculat* L. Walp.). **Figura 26:** viveiros de mudas de cacau (*Theobroma cacao*), café (*Coffea*) e castanha (*Bertholletia excelsa*).



Fonte: pesquisa de campo.

Como se observa nas figuras, outras experiências agroecológicas foram evidenciadas por meio da construção de viveiros de mudas de castanha (*Bertholletia excelsa*), café (*Coffea*), açaí (*Euterpe oleracea*), cacau (*Theobroma cacao*), limão (*Citrus limon*) e outras espécies de feijão, como o trepa-pau-seco (*Vigna unguiculat* L. Walp.) e o feijão guandu (*Cajanus cajan*).

Para o MST (2014, p. 33), as práticas agroecológicas<sup>27</sup> produzem relações que “[...] revigoram e promovem a biodiversidade em uma nova compreensão do convívio e do aproveitamento social da natureza [...]” em que os camponeses são protagonistas de um modo de fazer agricultura relacionado diretamente a um contraponto que este movimento social faz ao modelo hegemônico de produção de alimentos.

Com o objetivo de fortalecer a agricultura e a diversificação produtiva nos lotes, tendo em vista o aumento expressivo da bovinocultura, a Emater em parceria com o setor de produção do MST elaborou um Programa de Sustentabilidade Produtiva por meio do PDA do Assentamento 26 de Março (EMATER, 2013) que indicou várias iniciativas para que a produção diversificada fosse fortalecida com base na agroecologia. De modo geral, este programa buscou indicar a necessidade da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) e dos incentivos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para gerar a organização e o desenvolvimento dos sistemas produtivos com base na agroecologia.

Este programa se dividiu em três momentos. O primeiro momento foi relacionado à bovinocultura. Considerando que esta prática produtiva foi a opção de muitas famílias em função da cobertura vegetal que encontraram em seus lotes, reforçou-se a recomendação da adoção e o fortalecimento de sistemas produtivos baseados na diversificação produtiva por meio de práticas agroecológicas. Nesse contexto, a bovinocultura foi apresentada como uma alternativa viável, pois foi compreendida como uma atividade que poderia apresentar aspectos agroecológicos, produtivos e sociais bem aplicáveis à realidade das famílias assentadas, desde que mantida sob as diretrizes do Código Florestal<sup>28</sup>.

Para que a bovinocultura pudesse ser produzida de maneira agroecológica, indicou-se a necessidade de cursos de formação por meio da Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), sendo esta responsável pela elaboração de projetos agropecuários

---

<sup>27</sup> Além das sementes ilustradas, outras mais comuns no assentamento são: milho (*Zea mays*); arroz (*Oriza sativa*); fava (*Vicia faba*); maxixe (*cucumesanguiria*); amendoim (*Arachishypogaea*); quiabo (*Abelmoschusesculentus*); e jerimum (*Cuucubia spp.*)

<sup>28</sup> Lei federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012.

voltados às necessidades dos assentados. Assim, se essa atividade produtiva fosse desenvolvida com base nas premissas agroecológicas, de acordo com as diretrizes do Código Florestal e pelo manejo rotacionado das pastagens<sup>29</sup>, certamente os impactos ambientais negativos à pecuária poderiam ser evitados e/ou minimizados.

O segundo momento foi dedicado ao cultivo de frutíferas. Considerando os efeitos negativos já presentes no solo do assentamento no ano de 2013 em função das queimadas pela família Mutran, foi prevista que essa atividade produtiva deveria ser realizada sob os princípios da agroecologia e por meio de Sistemas agroflorestais (SAFs)<sup>30</sup>. Recomendou-se o cultivo de espécies nativas da região amazônica, como a Castanha-do-Pará. Como objetivo principal, essa proposta previa o aumento da área cultivada para o mínimo de 05 hectares por lote, já que a produção das frutíferas era de no máximo 02 hectares naquele momento.

Em um terceiro momento, foi desenvolvido um estudo para a introdução de culturais anuais. Com a precariedade de pesquisas e um sistema técnico que atendesse os produtores rurais em relação à produção de culturas anuais no Sudeste do Pará, além da necessidade de substituir a agricultura itinerante, uma vez que o tamanho do lote não favorecia um rodízio e o pousio com prazos suficientes para a recomposição dos nutrientes do solo, foi indicado que essas culturas deveriam ser implementadas por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Dessa maneira,

[...] o sistema de produção proposto leva em conta o manejo biológico do solo, como estratégias de minimizar os impactos ambientais negativos. Conforme descrito em todas as atividades produtivas, os assentados, na conjuntura atual, onde tanto as práticas tradicionais do sistema corte e queima, quanto as práticas da agricultura convencional oriundas da Revolução Verde necessitam serem avaliadas e redesenhadas a partir de paradigmas e práticas de bases agroecológicas. Mudanças estas que dependem de um serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental diferenciado, que seja mais estável, duradouro e dialógico e sem rupturas por pelo menos cinco anos consecutivos, com equipes multidisciplinares, onde os profissionais tenham identidade e formação com ênfase em agricultura familiar/camponesa e princípios agroecológicos. Nas condições em que vivem os assentados, todo e qualquer sistema de produção necessita de investimentos e ou custeio para serem desenvolvidos. Sozinhos e sem recursos para investir, dificilmente terão condições de desenvolver qualquer sistema produtivo. Nestas circunstâncias os assentados necessitarão de crédito rural da linha do PRONAF (EMATER, 2013, p. 132).

---

<sup>29</sup> No pastejo rotacionado, as áreas são divididas em piquetes que são submetidos a períodos alternados de pastejo e descanso. A grande vantagem deste método de pastejo é proporcionar um maior controle sobre o pasto. Ele permite definir quando e por quanto tempo as plantas estarão sujeitas à desfolha, os pastos tendem a ser mais uniformes e a eficiência de pastejo mais elevada (EMATER, 2013).

<sup>30</sup> Os SAFs são formas de uso da terra onde é promovido um consórcio de espécies arbóreas (frutíferas e/ou florestais), cultivos agrícolas e/ou criação de animais no espaço e ou no tempo (EMATER, 2013).

Conforme pode ser observado, o Programa de Sustentabilidade Produtiva realizado pelos técnicos da Emater em parceria com o setor de produção do MST sugeriu as recomendações necessárias para que as famílias desenvolvessem sistemas produtivos com base na agroecologia a fim de consolidar a diversificação produtiva e minimizar os impactos ambientais existentes no assentamento.

No entanto, como veremos adiante, a liberação dos financiamentos por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem privilegiado o custeio e o investimento da pecuária bovina no assentamento e pouco contribuído para a diversificação produtiva nos lotes. Veremos ainda que a ATER foi realizada só em 2015, ou seja, 7 anos após a criação do assentamento, e não foi satisfatória para a maioria dos agricultores, o que tem contribuído para o aumento do arrendamento e/ou venda da terra pelos assentados.

#### 5.4 COMPORTAMENTO DO PRONAF NO ESTADO DO PARÁ E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO

Nesta sessão, apresento uma breve análise dos investimentos dos créditos rurais no Pará na categoria que atende os assentados de reforma agrária, o Pronaf, para compreender de que maneira ele tem repercutido para a segurança alimentar promovida pelo MST no Assentamento 26 de Março.

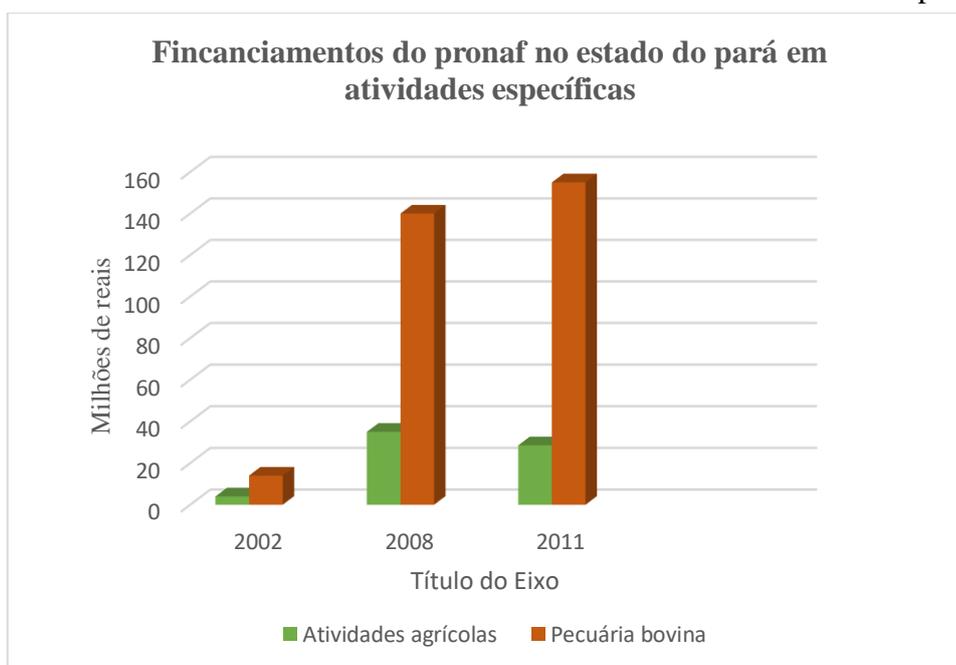
O Pronaf passou a atuar oficialmente a partir de 1996 e consiste em uma política pública construída pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para beneficiar atividades econômicas de agricultores familiares com linhas de crédito específicas. Dessa maneira, sua criação se constitui um marco na política agrícola brasileira uma vez que passou a disponibilizar o crédito rural para os agricultores familiares em todos os municípios do Brasil, fortalecendo, assim, a agricultura familiar em nível nacional (MATTEI, 2005). No entanto, no estado do Pará, as liberações dos recursos do Pronaf aconteceram de maneira a beneficiar determinadas atividades produtivas em detrimento de outras, fato que tem relação direta com o aumento da pecuária em Marabá.

O aumento da pecuária no Pará foi analisado por Costa (2012a), o qual analisou os dados do Censo Agropecuário de 1995-96 e concluiu que entre os agricultores com áreas menores de 200 hectares naquele contexto, 8,42% do valor bruto da produção animal e vegetal era advindo de lavouras perenes enquanto 42,5% resultava da pecuária. Segundo o autor, no final dos anos 1990, a pecuária já era um real potencial econômico para o estado do Pará, sendo objeto de

vários investimentos. Com a criação do Pronaf, este potencial aumentou consideravelmente, na medida em que parte desse crédito rural passou a financiar esta atividade produtiva, ultrapassando, inclusive, os próprios investimentos para atividades agrícolas da agricultura familiar estabelecida no estado.

Uma análise do laboratório Sócio-Agroeconômico do Tocantins identificou que entre os anos 1995 e 2005, 78,5% dos 11.895 contratos do Pronaf apresentavam itens exclusivamente relacionado à pecuária bovina para o Sudeste do Pará. Nesse contexto, o município de Marabá foi destacado por ser o mais expressivo rebanho bovino do estado, apresentando 300.00 cabeças de gado em 2010 (BRASIL, 2010). De acordo com os dados do Banco Central do Brasil, é possível perceber a diferença em milhões de reais dos investimentos do Pronaf no estado do Pará nos anos de 2002, 2008 e 2011, tendo como referência as atividades agrícolas e a pecuária.

**Gráfico 4:** Financiamentos do Pronaf no estado do Pará em atividades específicas.



Fonte: Banco Central do Brasil.

Em 2002, aproximadamente 4 milhões de reais foram destinados para atividades agrícolas, enquanto aproximadamente 14 milhões foram direcionados para a pecuária. Em 2008, a quantidade em reais dos investimentos para as atividades agrícolas alcançou aproximadamente 35 milhões e a pecuária deteve aproximadamente 140 milhões do total investido para o Pará naquele ano. Já em 2011, aproximados 28.500 milhões foram orientados para atividades agrícolas, ao passo que aproximadamente 155 milhões foram para a pecuária. Dessa maneira, pode ser observado que houve um direcionamento específico para fortalecer a pecuária enquanto atividade produtiva no Pará.

Nos anos posteriores, os investimentos do Pronaf no Pará continuaram concentrados na pecuária. De acordo com a análise do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), do total dos investimentos desse programa no Brasil entre 2013 e 2015, apenas 13% foram destinados para a Amazônia Legal, o que equivaleu a aproximadamente R\$ 2,9 bilhões em média ao ano, sendo 85% desses investimentos destinados à pecuária nos nove estados que compõem essa região (PINTO et al., 2017), como pode ser observado no quadro a seguir.

**Quadro 3:** Distribuição dos investimentos anuais do Pronaf na Amazônia Legal por atividade agrícola e pecuária entre 2013 e 2015.

	Pecuária	Atividades Agrícolas
2013	Aprox. <b>1,8 bilhões</b>	Aprox. <b>500 milhões</b>
2014	Aprox. <b>2,7 bilhões</b>	Aprox. <b>420 milhões</b>
2015	Aprox. <b>2,4 bilhões</b>	Aprox. <b>250 milhões</b>

Fonte: Pinto (et al., 2017).

É possível observar que a pecuária caminhou na casa dos bilhões entre 2013 e 2015, sendo seus investimentos superiores aos destinados às atividades agrícolas. Consoante o Boletim Agropecuário do Pará de 2015, os investimentos econômicos destinados à pecuária no Pará nos últimos 20 anos, com os quais o Pronaf está associado, elevaram essa unidade federativa como a principal produtora de rebanhos bovinos da região Norte, o que contribuiu para que a pecuária se tornasse uma das principais matrizes econômicas do setor de exportação do Pará, a qual participa em 54% do Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário do estado; ao passo que a produção agrícola no mesmo estado equivale a aproximadamente 29% do PIB agropecuário (BRASIL, 2015).

Em função desses investimentos econômicos, em 2015, o município de Marabá se destacava como o 5º maior produtor de rebanhos no Pará, possuindo um pouco mais de 705 mil cabeças de gado das 19 bilhões presentes no estado. Dessa maneira, nos últimos anos, a pecuária tornou-se um vetor importante na economia paraense com um bom desempenho na exportação do gado, alcançando um total de exportação de 616 mil cabeças para o Líbano em 2013, sendo, dessa maneira, o principal produto da pauta estadual em exportação depois da mineração, o que atraiu vários frigoríficos para o estado: de basicamente 2 em 2002 passou a ter 12 em 2013 (BRASIL, 2015).

De acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), a tendência de expansão da fronteira agrícola na Amazônia também pode ser observada nos investimentos

direcionados para as atividades agrícolas. Do total de créditos rurais destinados ao Pará em 2015, 71% foi destinado à produção de *commodities* (soja e dendê). Essa concentração dos créditos rurais na Amazônia em *commodities* tem estimulado esse setor nessa região brasileira: entre 2004 e 2014, a produção de soja cresceu 94%. Essa realidade contrasta com a presença ínfima dos créditos para produtos agrícolas e extrativistas de base local que estão na base da segurança alimentar: a produção de mandioca, por exemplo, apresentou um percentual de 0,5% do total de crédito de custeio em todos os estados da região Norte (CARDOSO, 2015). No mesmo estudo, foi identificado que, dos 1,9 bilhões liberados pelo FNO e investido pelo BASA, 26% do total desse valor, R\$ 503,00 milhões, foram para o Pronaf. Ele foi dividido da seguinte maneira: R\$ 405,00 milhões na pecuária (81%) e apenas R\$ 97 milhões na agricultura (19%).

Assim, entende-se que o crédito rural, especialmente por meio do Pronaf, tem sido um instrumento para potencializar a dinâmica produtiva do agronegócio e não para efetivar o real potencial da agricultura dos camponeses no Sudeste do Pará.

No entanto, a narrativa desse programa ao longo de sua execução sempre buscou marcar uma imagem que beneficia, respeita e fortalece as diversidades da agricultura familiar (MATTEI, 2005). Atualmente, como forma de fortalecer essa imagem, existem 17 categorias do Pronaf para atender as mais variadas demandas. No entanto, na prática, vemos que essa narrativa não tem sustentação: os dados do Banco Central do Brasil (PINTO et al., 2017) mostram, por exemplo, que não saiu nenhum Pronaf agroecologia para a Amazônia no ano de 2015.

A constatação da concentração desse programa de crédito em atividades relacionadas ao agronegócio é, infelizmente, a mesma tida por Edivaldo, assentado e produtor de hortaliças no Assentamento 26 de Março.

Isso [Pronaf] não ajuda a gente aqui não. A gente tem que começar a plantar *pra* fazer a terra criar nutrientes. O investimento *pra* pecuária, desse jeito que tá hoje, só tá aumentando o desmatamento dentro do assentamento e piorando a condição da terra. Esse lote aqui é só pasto, mas eu planto mesmo assim. *Cê* pode ver aí [ele mostra a horta], lá atrás tem cacau, castanha, mandioca. Aí pergunto: eu preciso de financiamento *pra* pecuária ou *pra* minha horta? Eu sou agricultor, então preciso fortalecer a minha agricultura. Mas do jeito que a política da reforma agrária tá, isso é difícil (Edivaldo, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

Para Edivaldo, os investimentos do Pronaf não contribuem para o fortalecimento da agricultura praticada pelos assentados, especialmente em seu próprio caso. Pelo contrário, eles ocasionam o problema do desmatamento e do empobrecimento do solo. Dessa maneira, esse assentado questiona o direcionamento dos investimentos do programa orientado para fortalecer

a agricultura familiar. Como consequência disso, as dificuldades de tal realidade são materializadas em seu cotidiano:

[...] é difícil manter a agricultura aqui sem investimentos. A gente faz um esforço. Temos a ajuda dos vizinhos quando a gente precisa de alguma coisa. Ontem mesmo eu tive problema com o sistema de irrigação da horta aí. Então eu tive mais essa despesa aí que eu não esperava [...]. Então, se depender do governo, a gente fica aí, nessa situação (Edivaldo, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

As dificuldades para manter o sistema de produção agrícola são constantes no lote de Edivaldo, mas além dele, seus dois filhos também contribuem para a continuidade da prática agrícola. Eles trabalham na horta e na roça durante às tardes nos dias de semana após o fim das aulas durante as manhãs. Assim, seu núcleo familiar de produção é essencial para que seja possível dar continuidade na produção agrícola em seu lote. Constatou-se também que esse assentado nunca recebeu a ATER.

Em outro caso, Maria da Paz também demonstrou a sua insatisfação com os investimentos do Pronaf no assentamento, embora a sua principal atividade produtiva seja a pecuária bovina de leite. Ela e seu esposo, Chico Onça, coordenador do núcleo de moradia 2, receberam o Crédito Instalação e acessaram a modalidade Apoio em 2009 para a aquisição de subsídios para a pecuária de matriz leiteira. Em 2011, acessaram o Fomento para a aquisição de arames e para a pecuária de matriz leiteira novamente. Em 2012, acessaram o Pronaf A para a aquisição de bovinos.

Quando eu entrei no curso de pecuária leiteira [Curso Técnico em Agropecuária], eu entendi muita coisa aqui [no assentamento] e uma delas é o motivo do Estado incentivar mais a pecuária leiteira do que outras atividades por causa do histórico social de Marabá com a família Mutran [...]. A gente desenvolveu um módulo no curso e eu percebi que com a pecuária aqui no assentamento nossa produção [agrícola] é pouca e difícil (Maria da Paz, entrevista cedida em julho de 2017).

Na fala de Maria da Paz, há uma diferença entre “produção” e pecuária, o que me levou a pensar, em um primeiro momento, que fossem duas realidades estranhas e distintas para ela e para outros assentados. Assim, inicialmente, essa diferença pareceu ser uma contradição, tendo em vista que as duas práticas produtivas existem no assentamento, em alguns casos são combinadas em um mesmo lote. No entanto, quando Maria da Paz falou “produção”, ela quis refletir acerca das dificuldades cotidianas da produção agrícola em razão de uma variável importante: a pecuária, atividade que recebe os maiores números de contratos e financiamentos no assentamento pelo Pronaf.

Se a gente pudesse plantar mais nossos produtos, a gente não ficaria tão limitado. Teríamos outras alternativas. O que a gente mais produz aqui é leite. Faz o queijo, o iogurte. Mas também produzimos outras coisas. A banana deu muito ano passado, mas esse ano deu pouca. Se a gente pudesse continuar plantando em grande quantidade, não só a banana, né?, mas outros cultivos também [...] tem o açaí, o cacau,

a castanha [...] a gente não teria tantas dificuldades na produção (Maria da Paz, entrevista cedida em julho de 2017).

Dessa maneira, embora a pecuária de matriz seja a principal atividade produtiva no lote de Maria de Paz e Chico Onça, é possível identificar uma insatisfação em relação ao pouco investimento na produção agrícola. Maria da Paz produz aproximadamente 20 litros de leite por dia e comercializa tanto o leite como alguns derivados, iogurte e manteiga, nas principais feiras de Marabá a um preço irrisório se comparado com o preço estipulado pelos principais supermercados no município. Ainda não há um escoamento satisfatório de sua produção. Uma alternativa para ela e seu esposo seria também investir na produção agrícola. No entanto, segundo ela, eles estão limitados em função de não receberem investimentos para a lavoura.

De acordo com Valmir, assentado no núcleo de moradia 4,

[...] essas dificuldades não são apenas aqui não. Tem vários assentamentos em Marabá que também apresentam a falta de incentivos à roça. Aqui no assentamento o serviço de assistência não foi bom. Nem todo mundo acessou. Então por isso muita gente deixa a terra, arrenda, vende. Tudo isso contribui pro enfraquecimento da gente aqui [...] aumenta o desmatamento [...]. E o jeito é o quê? A gente tem que buscar nossas próprias soluções. A gente busca, junto com o movimento [MST] os recursos, mas além de demorar, quase nunca sai *pra* produção agrícola aqui [no assentamento]. Agora se for *pra* pecuária... principalmente a leiteira, é rápido que aprova (Valmir, entrevistado em julho de 2017).

As pastagens na cobertura vegetal do lote de Valmir, segundo ele mesmo, correspondem a mais de 70% da área total. Sua atividade produtiva é diversificada: um sistema de produção agrícola, com produção destacada de banana e mandioca; criação de aves e suínos; e a pecuária de matriz leiteira. Além disso, ele também plantava banana no círculo central do núcleo de moradia, mas teve que abandonar a produção coletiva em função de suas atividades cotidianas. No período da pesquisa de campo, apenas Valmir e sua esposa produziam o sistema de produção diversificada nesse núcleo familiar, pois o único filho deles de 25 anos estava empregado em Canaã dos Carajás. A principal meta desse assentado para o futuro é aumentar a produtividade agrícola, sobretudo a sua produção de mandioca. Para tanto, ele tem buscado junto com os coordenadores do MST o acesso a créditos que financiem o custeio da sua produção, o que ainda não foi alcançado.

Além disso, outro problema ressaltado por Valmir foi sobre a ATER. Durante as pesquisas de campo, apenas 10 dos 17 entrevistados haviam recebido assistência. 5 dos que receberam disseram que o serviço não foi bom. Valmir foi um deles:

[...] o serviço aqui não foi bom não, rapaz. Eles [PROAGRI] vieram aqui, estudaram, fizeram pergunta. Eles não sabiam nada. Aí queriam dizer *pra* nós como é que tem que fazer. Quando são outras pessoas que vem aqui a gente aceita a opinião porque a gente conhece e sabe que eles são bons, nos ajudam, conhecem a gente. Mas essa

gente que vem de fora e não sabe nada daqui... [...] [e difícil (Valmir, entrevistado em julho de 2017).

Houve uma dificuldade para a aplicação da assistência técnica em função do não conhecimento dos técnicos a respeito dos assentados e, além disso, ela não foi para todos os assentados, segundo Valmir. Na pesquisa de Gama (2016), foi identificado que apenas 40% das famílias assentadas receberam assistência e mais da metade dos entrevistados que receberam não ficaram satisfeitos. Outro problema em relação à assistência tem relação com a sua demora: ela foi prestada apenas em 2015, ou seja, 7 anos após a criação do assentamento.

Conforme o exposto, os investimentos do Pronaf orientados para o assentamento significam para os assentados o aumento das dificuldades cotidianas em relação à produção agrícola, na medida em que há uma orientação desse programa em financiar a pecuária. Como consequência, é possível inferir que ao invés do “fortalecimento da agricultura familiar” esse programa está limitando a atividade produtiva dos assentados.

#### **5.4.1 Evasão e arrendamento de terras no Assentamento 26 de Março**

Outro problema constante nos últimos anos no Assentamento 26 de Março se refere à evasão e ao arrendamento de terras. Segundo Izabel Rodrigues, essa realidade é resultado da ausência das condições necessárias para fortalecer a permanência das famílias na terra.

As famílias deixam o lote porque elas não estão conseguindo produzir, não temos uma boa estrutura *pra* escoar os produtos. Aqui, tem casos de gente que deixa a terra porque não produz, porque tem as áreas de pastagens, e teve também o pessoal que recebeu gado pelo Pronaf em 2013, mas não conseguiu uma produção boa, se endividaram... muitos deles nem receberam assessoria técnica. Então qual é a melhor alternativa *pra* essas pessoas? É a venda da terra. E infelizmente estamos presenciando essa situação aqui [...] isso causa o nosso enfraquecimento enquanto movimento social, porque a gente *tá* assistindo a nossa base social vender as terras. A gente conversa, reúne, mas quem toma a decisão é a família (Isabel Rodrigues, entrevistada em fevereiro de 2018).

A venda da terra, de acordo com a coordenadora, é resultado dois motivos principais: das condições físicas do solo do assentamento que não são favoráveis para a produção agrícola. Nesse caso, as famílias que recebem o custeio ou o investimento pelo Pronaf não tem outra alternativa senão implantar o pasto para permanecer na terra, tendo em vista a ausência de investimentos e custeio por meio de outras linhas desse programa que possam fortalecer a agricultura. Além disso, chama-se atenção também para o fato de não haver um estímulo do governo federal e dos órgãos responsáveis para a execução de um projeto de recuperação de áreas degradadas e da valorização da produção agrícola. Nesse caso, a linha de crédito do Pronaf voltada para a agroecologia (Pronaf Agroecologia) seria uma alternativa viável para viabilizar

a produção diversificada e, conseqüentemente, a agricultura; além do Pronaf Floresta para investir nos SAFs, que poderia contribuir para a recuperação de áreas degradadas.

Além disso, outro problema ressaltado pela coordenadora foi a insuficiência de infraestruturas para estimular a comercialização. No assentamento, existe um caminhão para escoar a produção para as principais feiras de Marabá. Em um universo de 206 famílias assentadas, um caminhão se torna inviável para o escoamento da produção de todos os assentados. Assim, resta às famílias elas próprias criarem os meios necessários para o escoamento de sua produção. Por conta disso, a motocicleta é um veículo presente em quase todos os lotes, pois facilita o escoamento dos produtos até as feiras de Marabá, ainda que apresente uma limitação em relação à quantidade de produtos que podem ser levados.

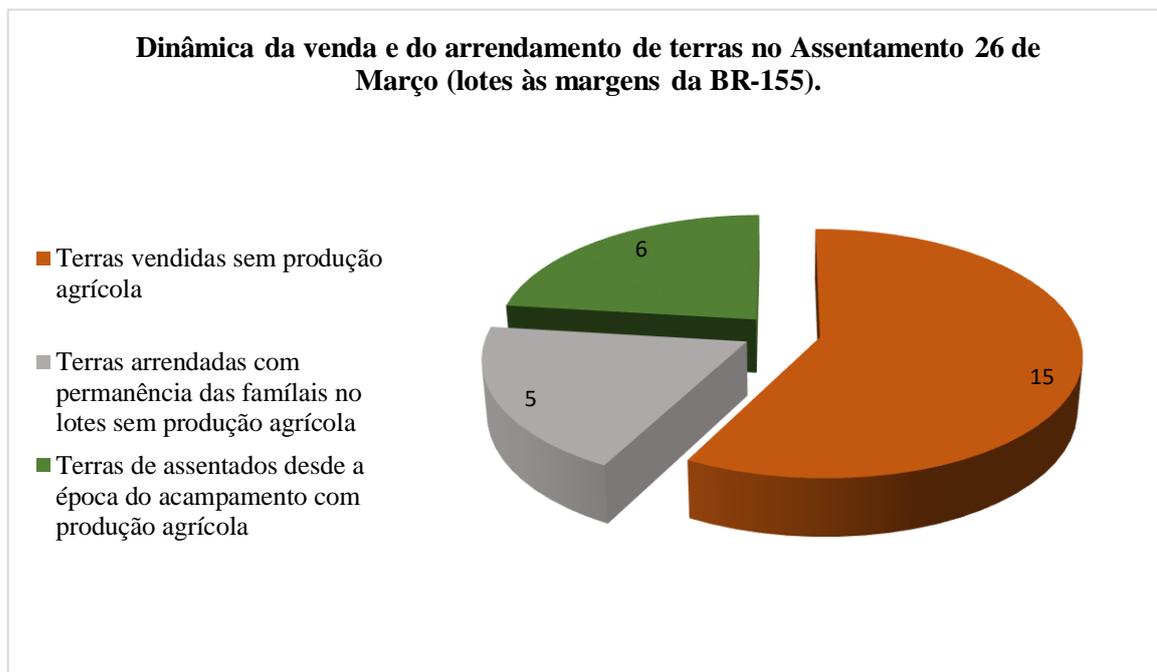
O segundo motivo tem relação com a ausência de assistência técnica para as famílias. Em uma entrevista com Mateus, estudante do curso de Educação do Campo na Unifesp e neto de um ex assentado no assentamento, ele revelou que o motivo pelo qual seu avô tinha deixado o assentamento teve relação com a ausência de assistência técnica e com o endividamento.

O vó teve que vender lá porque ele não conseguia produzir. Ele não recebeu a assistência, assim como um bocado [várias] famílias também não receberam. Ele deixou lá em 2016, faz pouco tempo. Ele recebeu o Pronaf *pra* implantar a pecuária e não *pra* agricultura. Ele plantava muito arroz [...] e os bezerros ele vendia por um preço baixo *pra* conseguir manter a situação financeira da casa. O resultado de tudo é que ele não conseguiu produzir, se endividou e teve que vender a terra (Mateus, entrevistado em fevereiro de 2018).

A venda da terra do avô de Mateus, que sempre foi agricultor, foi influenciada pela implantação da pecuária leiteira e pelo desestímulo à produção agrícola em seu lote. Além disso, o pouco conhecimento agrônômico indicava a necessidade de que ele deveria receber a assistência técnica para manter a produção de leite. Na ausência desse serviço, no decorrer dos anos, a obtenção da renda não vinha da produção do leite e sim da venda dos bezerros e das vacas. Com essa mesma renda, ele tinha que pagar pelo crédito recebido e manter a família. Com o passar do tempo, essa situação se tornou inviável e, como consequência, ele teve que vender a terra.

A venda da terra acontece também por meio do parcelamento do lote, ou seja, o lote não é vendido totalmente. Esse tipo de venda é mais comum. Outra estratégia usada por algumas famílias é o arrendamento para a geração da renda extra e a permanência nos lotes. Nos 26 lotes distribuídos na beira da BR-155, por exemplo, a configuração da venda e/ou arrendamento de terras está representada no gráfico a seguir.

**Gráfico 5:** Terras vendidas e/ou arrendadas na beira de BR-155 no Assentamento 26 de Março.



Fonte: Pesquisa de campo.

Às margens da BR-155, os lotes que apresentam produção agrícola sem arrendamento ou venda da terra, seis famílias, estão em menor quantidade se comparados com a soma dos lotes que já foram vendidos e/ou arrendados.

Retomando a entrevista com Izabel Rodrigues, esse fato está contribuído para o enfraquecimento do MST, uma vez que esse movimento está assistindo a sua base social vender e/ou arrendar as terras da reforma agrária. Em função disso, há vários pecuaristas vivendo no assentamento, os quais não apresentam nenhum interesse em participar da proposta de reforma agrária do MST. A principal estratégia utilizada pela coordenação do MST é a reunião com os assentados para tentar convencê-los a não vender e a não parcelarem os lotes para a venda ou para o arrendamento. Essa realidade coloca ao MST o desafio de desenvolver o conhecimento agrônômico em sua base social para que para que ela possa continuar produzindo e, conseqüentemente, permanecer na terra. No Assentamento 26 de Março, a juventude tem uma função importante para desenvolver estratégias que fortalecem a agricultura de base agroecológica no assentamento.

### 5.5 A FORMAÇÃO DA BASE SOCIAL NO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO

Além do processo de formação ser fundamental para que o MST construa meios para que a educação no assentamento priorize os fundamentos da Educação do Campo, a exemplo

do PPP da Escola Carlos Marighella, ele também exerce importância por contribuir para o fortalecimento de práticas agroecológicas. Assim, o Campus Rural de Marabá é um importante aliado para o fortalecimento da agricultura em nível local. Os egressos dos cursos técnicos e dos cursos de graduação do campus desenvolvem o Tempo Comunidade, compreendido como o período de vivência na comunidade rural como requisito para a obtenção do título de determinada formação na Educação do Campo, no próprio Assentamento 26 de Março e iniciam projetos de agroecologia de maneira voluntária em lotes de vizinhos e/ou em seus próprios lotes.

Durante as pesquisas de campo, acompanhei a execução de desses projetos realizado por dois estudantes do Curso de Agronomia do Campus Rural de Marabá em um lote na beira no km 25 da BR-155. Tendo em vista a grande quantidade de criação e reprodução de animais de grande porte da raça bovina, os alunos desenvolveram um trabalho prático para cultivar o Feijão-caupi e Feijão-guandu e, a partir da germinação do feijão, reservar as folhas das plantas para a produção de uma ração a fim de alimentar o sistema de criação desenvolvido no lote.

**Figura 27:** Composta de esterco e serragem.



Fonte: (NUNES; OLIVEIRA; SOUSA; LOPES DA SILVA, 2018).

**Figura 28:** Aviário utilizado no experimento.



Fonte: (NUNES; OLIVEIRA; SOUSA; LOPES DA SILVA, 2018).

**Figura 29:** massa aérea do Feijão-caupi devorado por insetos.



Fonte: (NUNES; OLIVEIRA; SOUSA; LOPES DA SILVA, 2018).

O local experimentado para o cultivo das duas espécies de feijão foi utilizado em consórcio com açaí e banana. As sementes para o cultivo foram doadas pelas famílias agricultoras do assentamento e como substrato para o cultivo, os alunos utilizaram as fezes bovinas (esterco), aproveitando a oportunidades locais.

Com este trabalho, os alunos recuperaram a criação de galinhas no lote em que a prática foi desenvolvida, pois a proprietária do lote não tinha aves no seu sistema de criação havia cinco anos. Isso explica o fato de o aviário apresentar as estruturas precárias como pode ser observado na imagem. Além disso, observou-se a perda de massa na área foliar do Feijão-guandu, oriunda do aparecimento de insetos como lagartos e gafanhotos, o que evidenciou a necessidade de desenvolver também meios para combater as pragas. Por fim, após a germinação das espécies

de feijão, os alunos formularam um tipo de ração a partir dos farelos das folhas do feijão guandu e do feijão caupi e tiveram um bom resultado na alimentação das aves.

Cabe ressaltar que a criação de galinhas é uma importante fonte de produção de alimentos proteicos (carne e ovos) dos quais os assentados se alimentam no assentamento, bem como uma fonte de renda por meio da venda das aves. Assim, ainda que em meios às dificuldades para a elaboração do projeto, esse trabalho teve importância por conduzir o desenvolvimento do cultivo de duas espécies de feijão muito consumidas no assentamento e produzir, a partir do farelo das folhas, ração para a alimentação do sistema de criação resgatado no lote.

Maria Helena, assentada no lote em que a experiência foi desenvolvida, ficou satisfeita após o fim do projeto: “eu fiquei muito feliz, porque é muito bom receber os jovens que tão interessado em fazer esse tipo de trabalho. Eles produziram ração, feijão [...] até as minhas galinhas ficaram felizes [risos]. Isso com certeza vai diminuir o custo que eu tinha antes *pra* criação das aves” (Maria Helena, entrevistada em fevereiro de 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que novas formas de apropriação do espaço se sucederam às oligarquias agrárias do século XX de Marabá, especialmente as que são desenvolvidas por movimentos sociais rurais como o MST. No contexto do Assentamento 26 de Março, uma nova lógica de apropriação e formação do espaço se circunscreve em um antigo castanhal como uma nova alternativa diante dos desafios que são colocados pelo modelo de reforma agrária atual, responsável pela institucionalização do assentamento. Disto resulta que: ainda que a terra tenha sido conquistada, os desafios permanecem.

Pode-se concluir quanto ao conceito de repertório que este foi capaz de analisar as modificações das formas de ações do MST ao longo do tempo, identificando as adaptações e inovações dessas mesmas ações em diferentes contextos históricos, a exemplo da inserção das ocupações aos prédios públicos. Da mesma forma que foi possível perceber o seu arrefecimento após a conquista da terra. Na época da ocupação, as ações eram realizadas em grupos de famílias; no momento da criação do assentamento, essas famílias foram separadas pela necessidade de divisão dos lotes e, por consequência, impôs uma nova realidade diante da qual as ações dos agricultores se deram de forma mais isolada.

Os exemplos cotidianos aduzidos no final do texto no que concerne à agroecologia e as próprias práticas agrícolas cotidianas dos agricultores entrevistados revelam um limite da lente analítica do repertório para analisar o cotidiano. Embora eles continuem realizando as ocupações após a conquista da fazenda Cabaceiras. As evidências empíricas por meio de imagens e entrevistas revelam que as ocupações deixaram de ter um sentido centralizador, ou seja, orientado apenas para a conquista da terra, e passaram a ser realizadas por intermédio de uma rede de interações nas quais pessoas de outros assentamentos e acampamentos vinculadas ao MST, bem como representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, fazem parte. A partir disso, pode-se inferir que os sujeitos compartilham das mesmas demandas e decidem igualmente confrontar as autoridades por meio de ações semelhantes, mesmo separados no que concerne à organização espacial dentro do próprio assentamento. Nesse sentido, os repertórios de ação coletiva do MST podem ser vinculados às obrigações que compõem um compromisso que adquire sentido a partir de uma dinâmica de reciprocidade (LOERA, 2009), na qual não são abandonados quando a terra é conquistada, pois um assentamento pode estar vinculado a outro assentamento ou acampamento e com ele compartilhar objetivos afins.

A necessidade de colocar os repertórios de ação coletiva em prática mesmo depois de criado o assentamento reflete os problemas que o MST enfrenta no cotidiano. Em relação a tal assertiva, no que diz respeito à proposta de Reforma Agrária Popular do MST, identifica-se que esta visa contribuir ativamente para romper com a ideia de uma reforma agrária nos moldes capitalistas com o apoio do próprio Estado e indicar um novo modelo que impõe a necessidade de implementar outro padrão de uso e posse da terra, onde haja a integração de relações amplas entre os seres humanos e a natureza com base na agroecologia. Por meio dos quadros interpretativos (SNOW, BENFORD, 2000), vimos que a proposta de reapropriação da natureza promulgada pelo MST resulta de sua capacidade de interpretação e de renovação enquanto movimento social por meio de seus programas agrários, por meio dos quais houve a transição para a agroecologia através de um sistema de interpretação que buscou a substituição de um *status quo* mediante uma proposta em que os protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura e promoção da reforma agrária sejam os camponeses.

A aliança com a Via Campesina e a articulação de sua estrutura orgânica local por meio do setor de educação e do setor de produção, além da presença do Campus Rural de Marabá no assentamento, vem permitido que as práticas desse novo modelo de agricultura representem um contraponto à agricultura capitalista em nível local. No entanto, isso não acontece senão em meio a desafios. Inferiu-se que o processo denominado de “mudança institucionalizada” do MST foi responsável por promover os principais desafios enfrentados atualmente. Pudemos perceber que ainda que o MST busque efetivar seu processo educacional por meio de um PPP baseado nas premissas agroecológicas e na Educação do Campo, há barreiras que são impostas em função da Escola Carlos Marighella estar vinculada à Prefeitura de Marabá. No entanto, mesmo com os desafios, o Projeto Político-Pedagógico reflete mais uma via pela qual esse movimento social desenvolve seus quadros de ação coletiva.

No que se refere à escala temporal, vários fatores influenciaram de maneira negativa a continuidade das práticas agrícolas antes realizadas na fase do acampamento. Inicialmente, a maioria das famílias foram para os lotes individuais e encontraram áreas com a cobertura vegetal quase ou completamente coberta por pastagens. Para enfrentar este desafio, o MST fez uma aliança com os técnicos da Emater e juntos produziram um Programa de Sustentabilidade, que indicou a necessidade da ATER, da ATES e dos financiamentos adequados do Pronaf para que a agricultura de base agroecológica fosse implementada a fim de recuperar também as áreas degradadas no assentamento. No entanto, a realidade não tem sido positiva. A ATER foi

realizada apenas em 2015, sete após a criação do assentamento, e teve um índice de insatisfação considerável entre os agricultores, contribuindo, inclusive, para a venda da terra.

Por consequência, os assentados começaram a enfrentar o desafio promovido pela orientação errada do Pronaf, que continua não seguindo as indicações apontadas pelo Programa de Sustentabilidade elaborado pela Emater e pelo MST. Vimos que as linhas de crédito do Pronaf priorizam o investimento na pecuária bovina e, assim, coloca os desafios à produção agrícola no assentamento. Em uma média de cinco anos, sem assistência técnica, a tendência é que as famílias assentadas vendam completamente ou parte do lote e contribuam para a inserção de pecuaristas que são alheios ao projeto de reforma agrária do MST.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O MST e a formação da consciência de classe trabalhadora: ideologia política ou realidade camponesa? **Revista Formação**, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 142-162, 2005.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço de debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um Conceito. **Revista Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 21-41, 2012.
- ASSIS, Willian Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. Curitiba: CRV, 2014.
- BARROS, Carlos Juliano. **O sonho se faz a mão e sempermissão: “escravidãotemporária” e reforma agrária no Sudeste do Pará**. 2011. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BEAUD, S. WEBER, F. Observar. In: BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Tradução de Sérgio Joaquim Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 95-117.
- BLUMER, Herbert. Social Movements. In: LYMAN, Stanford (Org.). **Social movements: critiques concepts, case-studies**. New York University Press, 1995. p. 60-83.
- BORGES, Juliano Luís. **MST: do produtivismo à agroecologia**. Goiânia: Terceira Margem, Editora da PUC de Goiás, 2010.
- BORSATO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). **RERS**, Piracicaba, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2014.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v.10, n.1, p. 11-27, 2007.
- BRANFORD, Sue. Lindando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 409-432.
- BRASIL. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Sudeste do Pará**. Pará, Marabá, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Rural, 2010.
- BRASIL DE FATO. **Reportagem**. Após 20 anos, assassinato de lideranças sem-terra no Pará permanece impune: Fusquinha e Doutor foram mortos em uma emboscada, planejada por um consórcio de fazendeiros, em Parauapebas em 1998, 26 de março, 2018.
- BRENNENSEIN, Eliane C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamento rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- CALDART, Roseli Salet. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.
- CAMPUS RURAL DE MARABÁ. **Diagnóstico preliminar sócio, cultural e agroambiental do Projeto de Assentamento 26 de Março e da área do Campus Rural de Marabá (CRMB)**. Marabá-PA, 2012.

- CARDOSO, Eulália E. Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p.140-153, set/dez, 1994.
- CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 27-78.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- CHAZEL, François. Movimentos sociais. In: BOUDON, Raymond (Org.). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Igreja e problemas da terra**. São Paulo: Itaici, 1980.
- COELHO, Fabiano. **A prática da mística e a luta pela terra no MST**. 2010. 284f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Campo Grande, 2010.
- COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Civil society and political theory**. Great Britain: Cambridge University, 1992.
- CORREIO DO TOCANTINS. **Sem-terra persiste em invadir fazenda Macaxeira**. Marabá, edição de 26 janeiro a 01 fevereiro, 1996.
- COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. Belém: NAEA, 2012b.
- COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA, 2012a.
- DELGADO, Guilherme. Questão agrária hoje. **Revista da ABRA**, San Pedro, ano 35, v. 1, n. 2, p. 27-40, 2014.
- D'INCÃO, Maria Concencição; ROY, Gérard. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements: an introduction**. 2. ed. Blackwell Publishing, 2006.
- EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1987.
- EMMI, Marília Ferreira. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. **Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)**, Belém, p. 1-25, 2002.
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento 26 de Março**. Marabá-PA, 2013.
- FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamento e campesinato. **Terra livre**, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 75-94, 2002.
- FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2005.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST (1979-1999)**. 1999. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 161-198.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BRASIL. Fundação da Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Boletim agropecuário do estado do Pará**. Pará, Belém, Governo do Estado do Pará, 2015.
- GAMA, Andreza Angélica Frota. **Desmatamento no Assentamento 26 de Março em Marabá: em busca de alternativas agroecológicas aliadas à educação ambiental**. 2016. 80f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016.
- GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA: Porto Alegre/RS, 2013. GOMES, Maria Suely Ferreira; SILVA, Murilo da Serra. Assentamento 26 de Março: resgatando e disseminando sementes crioulas, p. 1-5.
- GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2013.
- HÉBETTE, Jean. A ocupação humana recente da microrregião de Marabá. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira – 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, v. IV, 2004. 63-72.
- HÉBETTE, Jean. Movimento sindical e ação de desenvolvimento rural: a construção de um nível regional de ação e parceria. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira – 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, v. IV, 2004b. 139-164.
- HÉBETTE, Jean. O certo está se fechando. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira – 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, v. III, 2004c. 23-30.
- HOUTART, François. A formação de quadros e a ENFF. In: MST. **Cadernos de estudos ENFF: a política de formação de quadros**. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2007.
- IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: vozes, 1979.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **II Pesquisa nacional sobre a educação na Reforma Agrária: repercussões no estado do Pará (regiões Sul e Sudeste)**. Rio de Janeiro, 2016.
- JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. **Governo e MST fazem a 1ª reunião para tratar pauta de reivindicações**. Belém, 13 de fevereiro de 2003.

- KARNER, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (org.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. Brasília: Editora Brasiliense, 1987.
- LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação Coletiva em Assentamentos de Reforma Agrária:** processos de organização dos trabalhadores rurais. Cascavel: Edunioeste: 2003.
- LOERA, Nashieli. Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas (v. II). São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 73-94.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia:** estado, homem, natureza. Belém: Cejup, 2004.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n.54, p. 77-98, 2005.
- MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF:** Análise de Indicadores. Brasília, NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, v.76, p. 11-48, 2009.
- MEDEIRO, Leonilde Sérvolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 113-136.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MELUCCI, Alberto. **Challenging code:** collective action in the information age. Great Britain: Cambridge University, 1996.
- MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.
- MICHELOTTI, F.; RODRIGUES, F. N. C. V. Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada a trajetórias de estabilização da agricultura familiar na Região de Marabá. **Novos Cadernos NAEA/UFGA**, Belém, v.5, n.1, p.73-103, 2004.
- MIRANDA, Rogério Rego. **(Contra) hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no Sudeste paraense.** 2017. 380f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MORAIS, Clodomir Santos de. **Elementos sobre a teoria da organização no campo.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1986.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). **Programa de Reforma Agrária.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1998.

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). **Construindo o caminho**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2001.

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). **15º Encontro Estadual MST/PA: do movimento de massa para a organização de massa**. Marabá: Coordenação Regional, 2003.

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Campanha das sementes: Via Campesina. In: **IV Conferência Internacional da Via Campesina: documentos preparatórios**. São Paulo: Coordenação Nacional, 2004, p. 70-75.

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). **Programa Agrário do MST: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!** São Paulo: Coordenação Nacional, 2014.

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Programa Agrário do MST (2013): natureza, fundamentos, proposta e lema de luta. **Revista InSurgência**, v.1, n. 1, p. 247-279, 2015.

NEVES DA SILVA, Émerson. **Formação e ideário do MST**. São Paulo: Editora Unisinos, 2004.

CURSO DE AGRONOMIA (PRONERA) DO INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DO MARANHÃO – CAMPUS MARACANÃ. TEMPO COMUNIDADE. IFMA, São Luís, 2018. NUNES, Daniel Dário Oliveira; OLIVEIRA, Juaninha da Silva; SOUSA, Hiago Soares; LOPES DA SILVA, Igor. Análise da cultura do feijão caupi a partir dos métodos de utilização do solo e sua utilização como complemento alimentar em rações para aves.

O LIBERAL. **Atualidade**: movimento sem-terra invade fazenda, mata gado e queima pasto no Pará. Marabá, 27 de novembro, 1997.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo, Edusp, 1999.

ONDETTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista Gonçalves. De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 257-284.

ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL. UFPE, 2010. PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos de terra e violência no Sul do Pará (1975-1990).

PEREIRA, Antônio de Jesus. O sentido da mística como uma performance cultural do MST. **Caderno de Educação, Tecnologia e Sociedade**: Inhumas, v.6, p. 289-300, 2014.

PINTO, Erika; AZEVEDO, Andrea; CARDOSO, Alcilene; GORI, Alexandre; EUSÉBIO, Gabriela; CABRAL, Guilherme F.; GUADAGNIN, João Luiz. **Boletim Amazônia em pauta**: estratégias para reorientar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para atividades produtivas de baixo impacto ambiental na Amazônia Legal. Pará: IPAM, 2017.

RIBEIRO, Maria Antônia de. **A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) nos Programas de Pós-graduação em Educação**. Revista Brasileira de Educação, v.12, n. 36, p. 443-455, 2004.

SADER, Regina. **Espaço e luta no bico do papagaio**. 1986. 427 f. FFLCH/USP, 1986, 427p. Tese de doutorado em geografia humana – Universidade de São Paulo, 1986.

SANTOS, Natal da Silva dos. **Mística**: outra linguagem na escola. 2010. 86f. ICL/UFPA, 86p. Monografia de graduação em Letras – Universidade Federal do Pará – 2010.

SARANDÓN, Santiago J.; FLORES, Claudia C. La agroecología: el enfoque necesario para una agricultura sustentable. In: SARANDÓN, Santiago J.; FLORES (orgs.). **Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014. p.13-42.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.17, n. 1, p. 255-280, 2000.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo social**, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 7, 2005.

SILVA, Henry Willians Silva da. **Formação e resistência do MST no Pará**. 2003. 134f. CFCH/UFGA, 2003. 134p. Dissertação de mestrado em ciências sociais, área de concentração: sociologia – Universidade Federal do Pará, 2003.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo dos movimentos sociais. **Revista Sociologia e Política**, v.25, n. 61, p. 143-164, 2017.

SNOW, D.; BENFORD, Robert. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review Sociology**, v. 26, p. 611-639, 2000.

SNOW, David. Analyse de cadres e movement sociaux: In: CEFAL, Daniel; TROM, Danny (Dir.). **Les forms de l’action collective: mobilisations dans des arènes publiques**. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001, p. 27-49.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Ideology, frame resonance and participant mobilization. **International Social Movement Research**, v.1, p. 197-271, 1988.

SNOW, David; ROCHFORD JR.; Burke E.; WORDEN; Steven K.; BENFORD, Robert. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v.51, n.4, p. 464-481, 1986.

STÉDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro. **Landless Battalions: the sem terra movement of Brasil**. New Left Review, n.15, p. 77-104, 2002.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TERENCE, Marcelo Fernando. **Avanços e limites da reforma agrária no Sul do Pará: um estudo a partir do Projeto de Assentamento Canarana**. 2013. 196 f. FFLCH/USP, 2013. 196p. Dissertação de mestrado em geografia humana – Universidade de São Paulo, 2013.

TILLY, Charles. Contentious Repertoires in Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham, N.C.: Duke University Press, p. 15-52, 1995.

TILLY, Charles. **Getting together in Burgundy, 1675-1975**. Ann Arbor: University of Michigan, Center for Research on Social Organization, 1976.

TILLY, Charles. Les origines du repertoire d'action collective contemporaine en France et en Grande-Bretagne. **VingtièmeSiécle, Revue d'histoire**, n.4, p. 89-108, 1984.

TILLY, Charles. **Nineteenth-century origins of our twentieth-century collective-action repertoire**. Ann Arbor: University of Michigan, Center for Research on Social Organization, 1981.

TOURAINÉ, Alain. “**Os novos conflitos sociais**. Para evitar mal-entendidos”. Lua Nova, n.17, p. 5-18, jun. 1989.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009b.

VELHO, Otávio Guilherme. Frente de expansão de estrutura agrária: estudo comparativo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009a.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.